**LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.**

**Disciplina o Sistema Tributário do Município de Flores da Cunha, consolida Leis e institui o novo Código Tributário Municipal.**

**PREFEITO MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no inciso IV, do art. 63, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1°** Esta Lei Complementar disciplina o Sistema Tributário do Município de Flores da Cunha, consolida leis e institui novos regramentos com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e Leis Complementares, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, base de cálculo, alíquotas, incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenções, a administração tributária e os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes aos tributos de competência Municipal, nas relações entre a Fazenda Municipal, os contribuintes e terceiros.

**Parágrafo único.**Esta Lei tem a denominação de "**Código Tributário Municipal de Flores da Cunha”.**

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**Elenco Tributário Municipal**

Art. 2º Integram o Sistema Tributário do Município os seguintes tributos:

**I - Impostos:**

**a)** Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

**b)** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

**c)** Imposto Sobre a Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos - ITBI;

**II - Taxas** de**:**

**a)** de Serviços Diversos;

**b)** Coleta de Lixo;

**c)** Licença para Localização e Permanência;

**d)** Fiscalização e Vistoria;

**e)** Execução de Obras:

**f)** Licença ambiental;

**g)** Expediente de âmbito Ambiental;

**h)** Serviços de Saúde Pública.

**III - Contribuições:**

**a)** Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;

**Art. 3º** Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas serão estabelecidos, pelo Executivo, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

**TÍTULO II**

**IMPOSTOS**

**CAPÍTULO I**

**IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU**

**Seção I**

Incidência e Fato Gerador

**Art. 4º** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bem imóvel edificado ou não, conforme definido na lei civil, localizado na zona urbana ou urbanizável do Município.

**Parágrafo único.** Considera-se ocorrido o fato gerador no dia 31 de dezembro do ano anterior ao do exercício objeto do lançamento e, na hipótese de prédio particular alugado por entidade religiosa, na data de início e de término do prazo da locação.

**Art. 5º** Para efeitos de aplicação do IPTU, entende-se como zona urbana as áreas em que existam, no mínimo, 2 (duas) das seguintes melhorias:

**I -** meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

**II -** abastecimento de água;

**III -** sistema de esgotos sanitários;

**IV -** rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição de energia domiciliar; e

**V -** escola de ensino fundamental ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**Art. 6º** As áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos regularizados ou aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação ou às atividades econômicas serão tributadas pelo IPTU, respeitadas as disposições do Art.5º.

**Parágrafo único.** O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, abrange ainda o imóvel que, embora não localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente como sítio ou chácara de lazer, quando:

**I -** sua produção não seja comercializada;

**II -** sua área não seja superior à área do módulo, nos termos da legislação agrária aplicável, para exploração não definida na zona típica em que estiver localizado;

**III -** tenha edificação e seu uso seja reconhecido para a destinação de que trata este parágrafo.

**Art. 7º** As áreas urbanas, para os efeitos deste Código, serão definidas em lei, com vigência para o exercício seguinte ao de sua fixação.

**Art. 8º** Para efeitos do “IPTU – territorial”, não será considerado edificado, ainda que regularizado, o terreno que contenha:

**I -** construção de natureza temporária ou provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

**II -** edificação em andamento ou paralisada, excetuando-se o caso em que haja expedição do "habite-se" parcial;

**III -** edificação em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;

**IV -** somente construção ou estrutura que a autoridade competente considere obsoleta ou inadequada, pela área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida;

**V -** edificação com área até 20 m² (vinte) metros quadrados para os imóveis não residenciais; e

**VI -** somente telheiro, assim caracterizado como a edificação rudimentar fechada somente em uma face ou, no caso de encostar-se nas divisas do lote, somente nestes locais, tendo no mínimo uma face completamente aberta, em qualquer caso.

**Art. 9º** Para efeitos do IPTU - Predial, será considerado como imóvel edificado, o terreno que possua:

**I -** edificação com altura livre do teto ao chão, ou seja, o “pé direito” com metragem superior a 1,90m (um metro e noventa centímetros);

**II -** edificações permanentes que sirvam para habitação, uso, recreio ou exercício de quaisquer atividades, seja qual for sua forma ou destinação;

**III -** construção com a respectiva carta de habitação (Habite-se);

**IV -** edificação concluída, mesmo que não habitada;

**V -** construção não concluída, mas que esteja sendo utilizada ou habitada, desde que não compreendida nas situações do Art. 8º.

**Art. 10.** A incidência do IPTU independe:

**I -** da legitimidade do título de aquisição ou da posse do imóvel;

**II -** do resultado econômico da exploração do bem imóvel; e

**III -** do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, sem prejuízo das penalidades correspondentes.

Seção II

Do Sujeito Passivo

**Art. 11.** São sujeitos passivos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, o proprietário, o usufrutuário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel, nos termos definidos neste Código.

**§ 1º** O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direitos reais sobre imóvel alheio e ou fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.

**§ 2º** Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de ser imune ou isento de imposto, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel, seja cessionário, posseiro, comodatário ou ocupante a qualquer título.

**§ 3º** Quando o adquirente do domínio útil ou da propriedade de bem imóvel já lançado, for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao imposto, respondendo por elas o alienante, salvo se declarado de utilidade pública para fins de desapropriação.

**Seção III**

**Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 12.** A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, sendo o tributo apurado com base nas seguintes alíquotas:

**I** – 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) quando se tratar de imóvel com edificação, também tratado como “IPTU Predial”;

**II** – 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) quando se tratar de imóvel sem edificação, também abordado como “IPTU Territorial”;

**Parágrafo único.**Sobre a base de cálculo a que se refere o caput deste artigo aplicar-se-á um redutor de 23% (vinte e três por cento).

**Art. 13.** O Valor Venal do Imóvel (VVI) será obtido através da soma do Valor Venal do Terreno (VVT) ao Valor Venal da Edificação (VVE).

**§ 1º** O valor venal do terreno será determinado pela multiplicação da Área do Terreno (AT) pelo Valor unitário do metro quadrado do Terreno (Vm²T) e pelos fatores corretivos de Situação do terreno dentro da quadra (S), de Topografia (T), de Pedologia (P), de Nível (N), de Conservação do Terreno (CT), de Ajardinamento (AJ) e de Conservação de Calçada/passeio (CC).

**I -** O Valor do metro quadrado do Terreno (Vm²T) será obtido através de uma Planta de Valores Genéricos de Terrenos constantes no Anexo XV desta Lei.

**II -** O fator corretivo de Situação (S) é atribuído ao imóvel conforme sua localização mais ou menos favorável dentro da quadra, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

a) Esquina ......................................... 1,10

b) Interno com mais de uma frente ....... 1,05

c) Interno .......................................... 1,00

d) Encravado ..................................... 0,50

**III -** O fator corretivo de Topografia (T) é atribuído ao imóvel conforme as características do relevo do solo, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

a) Plano ............................................. 1,00

b) Aclive ............................................ 0,85

c) Aclive Acentuado ............................ 0,70

d) Declive .......................................... 0,85

e) Declive Acentuado .......................... 0,70

f) Combinação de todos os fatores ........ 0,75

**IV** – O fator corretivo de Pedologia (P) é atribuído ao imóvel conforme as características do solo que o compõe, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

a) Firme ............................................ 1,00

b) Alagado ........................................ 0,50

c) Inundável ...................................... 0,60

d) Rochoso ........................................ 0,70

e) Combinação de todos os fatores ....... 0,75

**V -** O fator corretivo de Nível (N) é atribuído ao imóvel conforme sua localização em relação ao nível da rua, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

a) Ao nível da Rua .............................. 1,00

b) Abaixo da Rua ................................ 0,80

c) Acima da Rua ................................. 0,80

**VI -** O fator corretivo de Conservação do Terreno (CT) é atribuído ao imóvel conforme seu estado de conservação, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

a) Conservado ................................... 0,95

b) Abandonado .................................. 1,00

**VII -** O fator corretivo de Ajardinamento (AJ) é atribuído ao imóvel conforme a existência ou não de ajardinamento, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

a) Ajardinado .................................... 0,95

b) Não Ajardinado ............................. 1,00

**VIII - O fator corretivo de Conservação de Calçada/passeio (CC) é atribuído ao imóvel conforme a existência ou não de passeio bem como o seu estado de conservação, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:**

**a) Inexiste ......................................... 1,00**

**b) Bom ............................................. 0,95**

**c) Regular ......................................... 0,97**

**d) Ruim ............................................. 1,00**

**§ 2º** O Valor Venal da Edificação (VVE) será obtido através da multiplicação da Área da Edificação (AE) pelo Valor unitário do metro quadrado equivalente ao tipo de Edificação (Vm²E), pelo coeficiente de Categoria (Cat/100) e pelo fator corretivo do Estado de Conservação da edificação (EC).

**I -** o Valor do metro quadrado da Edificação (Vm²E) será obtido aplicando-se a Tabela I do Anexo II desta Lei.

**II -** o coeficiente de Categoria (Cat/100) será obtido pelo somatório de pontos aplicando-se a tabela de 100 pontos por categoria constante na tabela II do Anexo II desta Lei.

**III -** o fator corretivo do Estado de Conservação (EC) é atribuído conforme as condições de conservação da edificação, e será obtido aplicando-se os seguintes coeficientes:

**a) Especial ......................................... 1,10**

**b) Ótimo ............................................ 1,00**

**c) Bom .............................................. 0,90**

**d) Regular ......................................... 0,70**

**e) Ruim ............................................ 0,50**

**Art. 14.** Para cada unidade imobiliária autônoma dentro do mesmo lote será definida uma correspondente Fração Ideal de Terreno (FIT) que será obtida pelo resultado da multiplicação da Área do Terreno (AT) pela Área da Unidade (AU) dividido pela Área Total da Edificação (ATE).

**Art. 15.** Para efeito de lançamento do IPTU a gleba de terras será beneficiada com um desconto sobre o valor venal do terreno de acordo com o fator corretivo correspondente a sua metragem, expresso pelos seguintes coeficientes:

a) 900,01m² a 1.000,00m² ............... 0,90

b) 1.000,01m² a 2.000,00m² ............... 0,85

c) 2.000,01m² a 3.000,00m² ............... 0,80

d) 3.000,01m² a 4.000,00m² ............... 0,75

e) 4.000,01m² a 5.000,00m² ............... 0,70

f) 5.000,01m² a 6.000,00m² ............... 0,67

g) 6.000,01m² a 7.000,00m² .............. 0,65

h) 7.000,01m² a 8.000,00m² .............. 0,62

i) 8.000,01m² a 9.000,00m² .............. 0,60

j) 9.000,01m² a 10.000,00m² .............. 0,57

**§ 1º** Entende-se por gleba a quantidade de terras situadas dentro do perímetro urbano que tenha uma área superior a 900,00 m² (novecentos metros quadrados).

**§ 2º** Para efeitos de apuração do valor venal do terreno das glebas de terras, para cobrança do IPTU, será considerada a metragem máxima de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), mesmo quando a metragem da gleba exceder essa área.

Art. 16. No cômputo da área construída em prédios cuja propriedade seja condominial, será acrescida a área privativa de cada condômino àquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da quota parte a ele pertencente.

Art. 17. O valor venal do imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno e o valor da construção obtida na forma dos artigos desta seção.

Art. 18. Os valores unitários do metro quadrado (m²) de terrenos e das edificações, constantes na Planta de Valores Genéricos do Município, serão expressos em URM.

**Seção IV**

**Inscrição**

**Art. 19.** Todos os imóveis, inclusive os imunes ou isentos, sujeitos ao IPTU, deverão ser inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal por iniciativa de seus proprietários ou responsáveis, ou pelos órgãos municipais competentes ante a constatação da existência desses imóveis por meio de processos administrativos que a eles se refiram, ou por qualquer forma legal de cadastramento.

**§ 1º** A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio de seu Departamento competente, poderá promover de ofício inscrições e alterações cadastrais de imóveis para efeitos tributários e fiscais, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**§ 2º** Para os efeitos deste imposto, na caracterização da unidade imobiliária, a situação de fato, que deverá ser verificada pelo órgão competente do Município, terá prevalência sobre a descrição do bem imóvel contida no respectivo título de propriedade.

**§ 3º** Nos casos em que o imóvel pertencer a mais de um proprietário ou possuidores, indistintamente, exercendo simultaneamente atos de posse sobre todo o bem, constarão no cadastro os nomes de todos os proprietários, sendo a titularidade em nome de um deles, com a designação de “outros” para os demais.

**Art. 20.** Para fins de inscrição e lançamento, todo o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de bem imóvel é obrigado a declarar os dados ou elementos necessários à perfeita identificação do imóvel ou seu domínio útil, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da:

**I –** convocação ou intimação que eventualmente seja efetuada pelo Município;

**II -** conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;

**III -** aquisição da propriedade de bem imóvel, no todo ou em parte certa, desmembrada ou ideal;

**IV -** aquisição do domínio útil ou da posse do bem imóvel;

**V -** demolição ou da deterioração da construção existente no imóvel; e

**VI -** conclusão da reforma ou aumento da construção existente no imóvel ou formação de nova unidade imobiliária.

**Art. 21.** A inscrição de que trata o Art. 19 é procedida mediante a comprovação, por documento hábil, da titularidade do imóvel ou da condição alegada.

**§ 1º** Quando se tratar de área loteada, deverá a inscrição ser precedida do arquivamento, na Fazenda Municipal, da planta completa do loteamento aprovado na forma da lei.

**§ 2º** Qualquer alteração praticada no imóvel ou no loteamento deverá ser imediatamente comunicada pelo contribuinte à Fazenda Municipal.

**§ 3º** O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram, observado o tipo de utilização.

**Art. 22.** Serão objeto de uma única declaração de inscrição, acompanhada, respectivamente, da planta do imóvel, do loteamento ou do arruamento:

**I -** a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização;

**II -** a quadra indivisa de áreas arruadas; e

**III -** o lote isolado de cada quadra.

**Art. 23.** Os elementos ou dados da declaração para inscrição deverão ser atualizados, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência dos fatos ou circunstâncias que possam alterar ou originar nova inscrição, inclusive nas hipóteses de reforma, com ou sem aumento da área construída, e de registro de compromisso de compra e venda de bem imóvel ou de sua cessão.

**Parágrafo único.** O dever previsto neste artigo estende-se à pessoa do compromissário vendedor e ao cedente do compromisso da compra e venda de bem imóvel.

**Art. 24.** O contribuinte ou seu representante legal deverá comunicar, dentro do prazo de trinta (30) dias, as alterações de que tratam o Art. 20, assim como, no caso de áreas loteadas ou construídas, em curso de venda:

**I -** indicação dos lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;

**II -** as rescisões de contratos ou qualquer outra alteração.

**§ 1º** No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, o proprietário ou o incorporador fica obrigado a apresentar perante o Cadastro Imobiliário Fiscal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do habite-se, a descrição de áreas individualizadas.

**§ 2º** O não cumprimento dos prazos previstos neste artigo ou informações incorretas, incompletas ou inexatas, que importem em redução da base de cálculo do imposto, determinarão a inscrição de ofício, considerando-se infrator o contribuinte.

**§ 3º** No caso de transferência da propriedade do imóvel, a inscrição será procedida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do registro do título junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

**Art. 25.** O contribuinte poderá retificar os dados da declaração ou de sua atualização, antes de ser notificado do lançamento, desde que comprove o erro em que se fundamenta a retificação.

**Art. 26.** Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nas informações que dispuser o órgão competente do Município, verificados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo das demais cominações ou penalidades cabíveis.

**Art. 27.** Até o último dia útil de cada mês, os Tabeliães de Notas ou Notários e os Oficiais de Registro de imóveis encaminharão eletronicamente a Secretaria Municipal da Fazenda, as cópias de Matrículas e Escrituras Públicas da prática de qualquer ato, ou transmissão relativa a imóveis situados em Flores da Cunha.

**Parágrafo único.** Regulamentação pertinente poderá ser editada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 28.** Os tabeliães, escrivães e demais serventuários do ofício ficam obrigados:

I - a facultar, aos encarregados da fiscalização municipal de tributos o exame em cartório, dos livros, autos e papéis que interessarem ao lançamento e arrecadação do imposto;

II - a fornecer à fiscalização, quando solicitada, informação relativa aos atos lavrados ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos;

III - a fornecer quaisquer dados relativos a transações imobiliárias inerentes ao imposto predial e territorial.

**Seção V**

**Lançamento e Notificação**

**Art. 29.** A notificação do lançamento do IPTU aos sujeitos passivos se dará de forma global e impessoal, por meio de remessa do carnê ao endereço do próprio imóvel ou para o local por ele indicado ou, se necessário, pela publicação única de edital na página da Prefeitura na internet ou, em jornal de grande circulação local e afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Flores da Cunha contendo:

**I -** a notificação do lançamento;

**II -** adata de vencimento do imposto para pagamento em cota única e das parcelas em caso de pagamento parcelado;

**III -** o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal, nunca inferior a 30 dias do primeiro vencimento;

**IV -** o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê de pagamento, junto à Secretaria Municipal da Fazenda ou no local indicado, caso não o tenha recebido na forma do inciso III deste artigo.

**§ 1º** Para todos os efeitos de direito, será considerada feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III deste artigo.

**§ 2º** A presunção referida no § 1º deste artigo é relativa e poderá ser contestada, mediante comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal da Fazenda em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III deste artigo.

**§ 3º** A regra prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também aos sujeitos passivos ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Imobiliário Fiscal, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme determinação prevista no inciso IV deste artigo.

**§ 4º** Além das informações do contribuinte, a folha de rosto dos carnês do IPTU e Taxa de Coleta de Lixo ou os envelopes nos quais estes serão postados poderão apresentar textos, frases ou slogans de cunho educacional e/ou informativo.

**§ 5º** A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito pelo sujeito passivo quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

**Art. 30.** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado:

**I -** anualmente, respeitada a situação do imóvel no dia 31 de dezembro do ano anterior ao do exercício, objeto do lançamento a que se referir a tributação; e

**II -** específico, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte.

**Parágrafo único.** O lançamento do imposto não pressupõe a regularidade do imóvel e não se presta para fins não tributários.

**Art. 31.** O imóvel e/ou unidade imobiliária detentora de isenção do IPTU, ao sofrer a transferência da propriedade no período de vigência do benefício, terá seu lançamento alterado a partir do mês subsequente ao da respectiva alienação.

**§ 1º** Será procedido novo cálculo do IPTU, nos termos do caput deste artigo e a cobrança se dará proporcionalmente aos meses faltantes ao encerramento do Exercício.

**§ 2º** Ao valor do IPTU resultante deste cálculo será concedido o mesmo desconto aplicado para a cota única do respectivo Exercício.

**Art. 32.** O imposto será lançado em nome do contribuinte, levando-se em conta os dados ou elementos constantes no Cadastro Imobiliário Fiscal.

**§ 1º** Tratando-se de condomínio, o lançamento será procedido:

**I -** quando *pro indiviso*, em nome de um, com a designação de “outros” para os demais, de alguns ou de todos os coproprietários, sem prejuízo, nos dois primeiros casos, da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do imposto; e

**II -** quando *pro diviso*, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

**§ 2º** Em se tratando de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do imposto poderá ser procedido indistintamente em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador ou, ainda, no de ambos, sendo solidária a responsabilidade pelo pagamento do imposto.

**§ 3º** O lançamento do bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto, fideicomisso ou de direito real de superfície será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário, do fiduciário ou do superficiário.

**§ 4º** Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias as modificações.

**Seção VI**

**Revisão do Lançamento**

**Art. 33.** Discordando do lançamento do IPTU, o sujeito passivo poderá, no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da data prevista no inciso III do Art. 29, protocolizar pedido de revisão com a devida fundamentação, direcionado à Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 1º** Continuando em desacordo, é facultado ao sujeito passivo encaminhar reclamação, na forma disciplinada no Art. 366 deste Código.

**§ 2º** O pedido de revisão ou impugnação contra o lançamento do IPTU de que trata o caput deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**Seção VII**

**Arrecadação**

Art. 34. O calendário de arrecadação do IPTU, correspondente a cada exercício financeiro, será fixado por Decreto do Executivo Municipal, determinando a quantidade de parcelas e seus respectivos vencimentos.

**§ 1º** A quantidade de parcelas não poderá ser inferior a 03 (três).

**§ 2º** As taxas correlatas serão discriminadas e arrecadadas conjuntamente.

**§ 3º** O pagamento do imposto de um exercício não quita os débitos anteriores, porventura existentes e inscritos ou não em dívida ativa.

Art. 35. Os, percentuais de desconto e formas de revisões da base de cálculo serão regulamentados por Lei específica.

**Seção VIII**

**Isenções**

**Art. 36.** São isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

**I -** o imóvel de propriedade de clubes de serviços, sociedades esportivas e recreativas, associações, entidades ou instituições de cultura, de educação ou de assistência social, desde que sem fins lucrativos, em pleno exercício de suas atividades e utilizado exclusivamente para as finalidades estatutárias;

**II -** o imóvel pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à Federação Esportiva Estadual, quando utilizado efetivamente e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

**III -** o imóvel de propriedade das entidades sindicais ou entidades representativas de classe, quando utilizado em suas finalidades essenciais, sem fins lucrativos;

**IV** - o imóvel cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período não inferior a 5 (cinco) anos, para uso exclusivo das entidades imunes e das descritas nos incisos I e II deste artigo enquanto perdurar a cedência;

**V -** o imóvel sem edificação quando cedido ao Município, por meio de comodato, havendo interesse deste para fins de prática esportiva, atividades de lazer ou para outras finalidades de interesse da municipalidade, durante o período em que estiver cedido ao Município a título gratuito;

**VI -** o imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir do exercício seguinte em que ocorrer a lavratura da escritura pública, a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

**VII -** total ou parcialmente os imóveis considerados de preservação histórica, artística, cultural, ecológica ou de preservação paisagística e ambiental, tombado por ato da autoridade competente, a partir do exercício seguinte à data de inscrição do imóvel no Livro Tombo, nos termos da Lei que o instituiu ou outra legislação que venha substituí-la;

**VIII -** o imóvel enquadrado no Programa de incentivo a construção ou ampliação de edificação com finalidade hoteleira, bem como a instalação de campings, por um período de 10 (dez) anos, conforme regulamentação dada mais adiante no Título VII dos Benefícios Especiais.

**IX -** o imóvel locado e destinado a Templos de qualquer culto, comprovadamente para tal fim, desde que atendidas as disposições de prazos e demais comprovações a serem estabelecidas em regulamento;

**X -** total ou parcialmente o imóvel com destinação rural, mesmo que localizado no perímetro urbano e destinado a exploração de culturas extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que comprovada a produtividade, os requisitos pertinentes a renda anual, progressiva em relação a área, obtida e comprovada com o talão de produtor, prazos para renovação do benefício, além de atender aos demais parâmetros estabelecidos em regulamento.

**~~XI -~~** ~~o imóvel cujo proprietário ou usufrutuário seja aposentado, pensionista, inativo, usufruidor do Benefício de Prestação Continuada - BPC da Assistência Social ou outro que venha substituí-lo, observadas as exigências abaixo, sem prejuízo do disposto no artigo 41 deste Código e as demais exigências estabelecidas em regulamento:~~

**~~a)~~** ~~o bem imóvel para o qual pretende a isenção deve servir-lhe de residência;~~

**~~b)~~** ~~a área do terreno do imóvel deve ser inferior ou igual a 600,00m² (seiscentos metros quadrados);~~

**~~c)~~** ~~a soma dos rendimentos mensais, devem ser inferiores ao valor correspondente a 3 (três) salários mínimos nacional, vigentes na data do requerimento;~~

**~~d)~~** ~~o sujeito passivo deve ser proprietário de um único imóvel em todo o território nacional;~~

**~~e)~~** ~~o sujeito passivo deve ter idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos, exceto os aposentados por invalidez;~~

**~~Parágrafo único.~~** ~~Observado o prazo previsto no artigo 41 quanto ao pedido de isenção, a concessão de sua renovação do presente inciso XI deverá ser renovada a cada 04 (quatro) anos, a contar da primeira solicitação.~~

**XI** – o imóvel cujo proprietário, usufrutuário ou possuidor seja aposentado, pensionista, inativo, usufruidor do Benefício de Prestação Continuada – BPC da Assistência Social ou outro que venha substituí-lo, observadas as exigências abaixo, sem prejuízo do disposto no artigo 41 deste Código e as demais exigências estabelecidas em regulamento:

a) o bem imóvel para o qual pretende a isenção deve servir-lhe de residência;

b) a área do terreno do imóvel deve ser inferior ou igual a 600,00m² (seiscentos metros quadrados);

c) a soma dos rendimentos mensais, devem ser inferiores ao valor correspondente a 3 (três) salários mínimos nacional, vigentes na data do requerimento;

d) o sujeito passivo deve ser proprietário de um único imóvel em todo o território nacional;

e) o sujeito passivo deve ter idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos, exceto os aposentados por invalidez.

§ 1º Observado o prazo previsto no artigo 41 quanto ao pedido de isenção, a concessão de sua renovação do presente inciso XI deverá ser renovada a cada 04 (quatro) anos, a contar da primeira solicitação.

**§ 2º** Poderá ser concedida a isenção ao possuidor, que também atende aos requisitos do inciso XI nos seguintes casos:

I - imóveis ocupados anteriormente à urbanização pelo plano diretor urbano, lançados de ofício no cadastro imobiliário;

II - imóveis urbanos lançados de ofício junto ao cadastro imobiliário municipal, identificado no levantamento cadastral realizado nos anos 2005 e 2006;

III – imóveis em processo de inventário;

IV - imóveis com contrato de promessa de compra e venda entre Município através do Fundo de Habitação Popular (FUNHAP) vigente ou outro programa que vier a substituí-lo.”

(redação dada pela Lei Complementar nº 180, de 25 de outubro de 2023)

**Art. 37.** Será concedida mediante requerimento do interessado, isenção total ou parcial do IPTU ao imóvel residencial, cujo usufrutuário ou proprietário, seu cônjuge ou alguém, legalmente sob sua tutela, seja Pessoa Portadora de Deficiência - PPD, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam incapacidade ou dificuldade extrema para o desempenho de funções ou ainda, seja portador de alguma das seguintes patologias:

**I -** Neoplasia maligna;

**II -** HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana);

**III -** Doença renal crônica, submetido ao tratamento de hemodiálise;

**IV -** Paralisia irreversível e incapacitante;

**V -** Doença de Alzheimer; e

**VI -** Doença de Parkinson.

**Parágrafo único.** Para ter direito ao benefício deste artigo, além das disposições do caput e seus incisos deverão ser atendidos os prazos, condições e demais exigências estabelecidas em regulamento e principalmente as disposições dos incisos a seguir:

**I -** o imóvel para o qual pretende a isenção deve servir de residência ao Deficiente ou portador das patologias citadas nos incisos I a VI do caput deste artigo;

**II -** a soma dos rendimentos mensais, devem ser inferiores ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos nacional, vigentes na data do requerimento; e

**III -** o sujeito passivo deve ser proprietário de um único imóvel em todo o território nacional.

**Art. 38.** No caso em que o beneficiário possuir um imóvel em condomínio ou com mais de uma unidade familiar e/ou comercial, a isenção somente será concedida em relação à unidade utilizada como sua residência, observados os demais critérios para concessão do benefício.

**Art. 39.** Fica o contribuinte ou seu representante legal, obrigado a informar ao fisco municipal no prazo de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de qualquer situação que torne indevido o gozo do benefício fiscal previsto nesta seção, contados a partir do momento em que as condições que justificaram a concessão deixaram de existir.

**Parágrafo único.** Deixando de fazer a comunicação especificada neste artigo ou fazendo provas falsas visando o benefício, o sujeito passivo estará cometendo infração, portanto, será procedido o lançamento do valor do IPTU devido e acrescida a penalidade prevista no inciso II do Art. 47 deste código.

**Art. 40.** Visando possibilitar a aplicação dos incisos VII e XI do Art. 36, o imóvel poderá ser objeto de fracionamento em unidades imobiliárias autônomas, somente para fins tributários municipal, cada qual com suas respectivas benfeitorias e a área do terreno resultante, não poderá ser inferior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados).

**Art. 41.** Para concessão das isenções mencionadas nesta seção, o contribuinte deverá formular requerimento e protocolizar na Prefeitura Municipal no período compreendido entre os dias 1º (primeiro) de maio à 31 de outubro do exercício anterior ao do lançamento do imposto, declarando sob as penas da Lei que se enquadra nas hipóteses de isenção.

**§ 1º** Os documentos originais e as respectivas cópias devem ser juntados ao requerimento, conforme elencados em lei ou regulamento, atendendo a forma, as condições e prazos estabelecidos.

**§ 2º** Ao requerimento da isenção pretendida, nos termos regulamentares, não poderão ser dispensadas as cópias dos seguintes documentos:

**I –** comprovante dos rendimentos de aposentadoria, pensão, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e contra cheque, que comprove renda total;

**II –** CPF, Carteira de Identidade (RG) ou outro documento de identificação;

**III –** declaração de que é proprietário de um único imóvel, com área inferior a 600m² e sendo utilizado exclusivamente como sua moradia;

**IV -** comprovante de sua condição de aposentado, inativo ou pensionista contendo o número do Benefício.

**IV –** quando ase tratar de Pessoa Portadora de Deficiência – PPD:

**a)** laudo médico diagnosticando a doença ou a incapacidade; e

**b)** comprovação de ser o cônjuge ou responsável legal, quando couber.

**§ 3º** No caso de falecimento do proprietário do imóvel, o cônjuge sobrevivente deverá apresentar, também, certidão de casamento e certidão de óbito, quando ainda não possuir Formal de Partilha.

**§ 4º** Os documentos serão recepcionados pelo servidor responsável que após a autenticação fará a devolução dos originais, ressaltando que a inobservância pelo sujeito passivo, aos requisitos exigidos, implica na renúncia ao benefício fiscal ou extinção do processo administrativo sem análise do mérito.

**~~Art. 42.~~** ~~Não será concedida a isenção do IPTU prevista no inciso XI do Art. 36 para as seguintes situações:~~

*“*Art. 42. Não será concedida a isenção do IPTU prevista no inciso X do Art. 36 para as seguintes situações:” (redação dada pela Lei Complementar nº 179, de 31 de julho de 2023)

**I -** Para a área do mesmo imóvel, destinada para outras atividades econômicas remuneráveis, diferentes das atividades agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial; e

**II -** Quando o imóvel for de propriedade de pessoa jurídica, com objeto social diferente das atividades agrícola, pecuária, extrativo vegetal ou agroindustrial.

Art. 43. As Isenções relativas ao IPTU, não serão cumulativas ou concomitantes com as reduções previstas na Seção IX, portanto, o sujeito passivo poderá usufruir de um único benefício, desde que atendidas as exigências para tal finalidade.

**Seção IX**

**Reduções**

Art. 44. O imóvel poderá ter sua área reduzida para fins de cálculo do IPTU nas situações em que houver restrições quanto a sua utilização em decorrência de:

**I -** Área de Preservação Permanente (APP), considerada como sendo aquela protegida nos termos da legislação ambiental;

**II -** Área de Preservação do Verde (APV), compreendida como sendo aquela coberta por vegetação nativa ou não, protegida em lei por possuir funções ambientais; e

**III -** Área Não Edificável (ANE), fração do terreno afetada pela existência de rede elétrica de alta tensão ou canalização de esgoto.

**Parágrafo único**. Será aplicado o fator de redução de 50% (cinquenta por cento), exclusivamente às áreas citadas no Caput deste artigo, compreendidas pela faixa ou fração do terreno em que haja a limitação de uso do solo, contanto que sejam atendidas as hipóteses do Art. 45 deste código.

Art. 45. A concessão da redução prevista nesta seção, com vigência a partir do ano seguinte, depende de requerimento e apresentação dos documentos elencados em lei ou regulamento a serem entregues na Prefeitura Municipal.

**§ 1°** O pedido de Redução do IPTU deverá ser protocolizado no período compreendido entre o dia 1º de maio ao último dia útil do mês de outubro do exercício que antecede o ano para o qual pretende o benefício.

**§ 2°** O sujeito passivo deverá juntar ao requerimento, declaração sob as penas da lei, que se enquadra em uma ou mais hipóteses de redução.

**§ 3°** Para efeitos deste artigo, serão considerados os dados cadastrais existentes no Cadastro Imobiliário Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 4º** As áreas citadas no requerimento, para as quais o sujeito passivo está pleiteando o benefício da redução, devem possuir averbação na matrícula do imóvel, fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis e informar ao Cadastro Imobiliário Fiscal.

**§ 5º** A conservação da área intacta e/ou efetivamente preservada nos termos da legislação municipal e federal afetas ao assunto, são condicionantes que devem ser comprovados, a qualquer tempo, pelo órgão municipal competente, sob pena de indeferimento do pedido ou na aplicação de penalidade, nos termos do inciso II do Art. 47, conforme o caso.

**§ 6°** A inobservância pelo Sujeito Passivo aos requisitos desta seção e os constantes em regulamento, resulta na renúncia ao benefício fiscal ou extinção do processo administrativo sem análise do mérito.

**Art. 46.** O benefício estabelecido nesta seção, não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias nem da aplicação das penalidades cabíveis pelo descumprimento.

**Seção X**

**Infrações e Penalidades**

**Art. 47.** As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

**I –** multa no valor condizente a 05 (cinco) URM, por declaração, na falta de apresentação ou entrega fora do prazo das declarações de cadastramento e de atualização cadastral, previstas nos artigos 20 e 21 deste Código;

**II -** multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do crédito tributário que deixou de ser constituído em função de omissão ou falsidade nos dados apresentados pelo contribuinte em declaração, ou quando houver adulteração em qualquer outro documento fiscal ou não, que implique em alterações do lançamento, obtenção de benefício ou redução de tributo;

**III –** multa no valor equivalente a 20 (vinte) URM, por declaração, em função de omissão ou falsidade quanto aos dados apresentados pelo contribuinte em declaração ou adulteração em qualquer outro documento fiscal ou não; e

**IV –** multa no valor correspondente a 50 (cinquenta) URM a qualquer forma ou tentativa de embaraçar ou obstruir a ação fiscal.

**Parágrafo único.** Na concorrência de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que previstas no mesmo dispositivo legal.

**CAPÍTULO II**

**IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS**

**Seção I**

**Fato Gerador**

**Art. 48.** Observado o disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, o Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, tem como fato gerador:

**I -** a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

**II -** a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia; e

**III -** a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

**Art. 49.** Para fins do imposto - ITBI, são direitos reais:

**I -** a propriedade;

**II -** a superfície;

**III -** as servidões;

**IV -** o usufruto;

**V -** o uso;

**VI -** a habitação;

**VII -** o direito do promitente comprador do imóvel;

**VIII -** o penhor;

**IX -** a hipoteca;

**X -** a anticrese;

**XI -** a concessão de uso especial para fins de moradia;

**XII -** a concessão de direito real de uso; e

**XIII -** a laje.

**Seção II**

**Incidência**

**Art. 50.** A incidência do Imposto (ITBI) alcança as seguintes mutações patrimoniais, considerando-se ocorrido o respectivo fato gerador:

**I -** compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

**II -** dação em pagamento;

**III -** permuta;

**IV -** mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bem imóvel ou de direito a ele relativo e respectivo substabelecimento;

**V -** arrematação, adjudicação e remição;

**VI -** instituição, extinção, venda ou cessão do usufruto, do uso ou da habitação;

**VII -** reposições onerosas que ocorram:

**a)** referentemente aos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro;

**b)** nas divisões para extinção de condomínio de bens imóveis, quando qualquer condômino receber quota-parte cujo valor seja maior ao de sua fração ideal; e

**c)** na cessão onerosa de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, o valor dos bens que ultrapassar o respectivo quinhão.

**VIII -** instituição, cessão ou extinção do direito de superfície;

**IX -** transferência de direitos reais sobre construções existentes em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

**X -** cessão de direito à herança ou legado de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

**XI -** cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

**XII -** cessão dos direitos relativos ao compromisso de compra e venda de bens imóveis, sem cláusula de arrependimento, inscrito no Registro de Imóveis;

**XIII -** distrato e consolidação;

**XIV -** transmissão do domínio útil;

**XV -** transmissão de bens imóveis ou direitos reais a eles relativos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica no montante do valor correspondente a avaliação fiscal que for excedente ao do capital subscrito; e

**XVI -** demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou por acessão física e de direitos reais sobre imóveis não previstos nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direitos à aquisição.

**Art. 51.** Consideram-se bens imóveis para fins de imposto:

**I -** o solo e tudo quanto lhe for incorporado natural ou artificialmente;

**II -** os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram; e

**III -** o direito a sucessão aberta.

**Seção II**

**Não Incidência**

**Art. 52.** O imposto não incide nas seguintes situações:

**I -** transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade;

**II -** desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

**III -** transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

**IV -** retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;

**V -** usucapião;

**VI -** extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

**VII -** transmissão de direitos possessórios;

**VIII -** promessa de compra e venda;

**IX -** transmissão de bens imóveis ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente, em qualquer exercício financeiro, for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

**X -** transmissão de bens ou direitos de propriedade do Município de Flores da Cunha em operações de permuta, até o limite do valor dos bens ou direitos adquiridos pelo poder público em contrapartida.

**XI -** extinção do usufruto do imóvel, desde que tenha sido pago antecipadamente e assim conste expressamente em documento público;

**XII -** instituição de um bem de família.

**§ 1º** O disposto no inciso II, do *caput* deste artigo, somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

**§ 2º** Considera-se preponderante a atividade referida no inciso IX do *caput* deste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrer das transações mencionadas.

**§ 3º** Apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior:

**I -** nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição;

**II -**  nos 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela;

**III -** no tempo em que permanecer ativa a adquirente, quando inferior aos prazos previstos nos incisos anteriores.

**§ 4º** Verificada a preponderância da atividade referida no inciso IX do *caput* deste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da transmissão, sobre o valor atualizado do bem ou direito, podendo o sujeito passivo declarar esta condição à Administração Tributária a qualquer tempo, antes dos prazos especificados no parágrafo anterior e recolher o imposto devido.

**§ 5º** Para fins de não incidência prevista no inciso IX do *caput* deste artigo, será considerada como receita operacional, aquela realizada em consequência das atividades empresariais típicas de pessoa jurídica, excluindo-se as receitas financeiras, quando não decorrerem da atividade fim da sociedade (caso das instituições de crédito), ou seja, produção de bens e serviços direcionados à venda no mercado.

**§ 6º** No caso em que a estimativa fiscal for superior ao valor integralizado, a não incidência prevista no inciso IX do *caput* deste artigo, fica restrita ao valor do bem suficiente à integralização da cota de capital social e a diferença será tributada normalmente.

**§ 7º** A Inexistência de Receita Operacional, em todos os anos da análise, exclui o direito à imunidade.

**Art. 53.** O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo, corrigido monetariamente desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiário prestou informação falsa.

**Seção III**

**Isenções**

**Art. 54.** É isenta do pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Inter Vivos*, por ato oneroso, de Bens Imóveis - ITBI:

**I -** a primeira aquisição de terreno, situado em zona urbana ou rural, quando este se destinar à construção da casa própria, e cuja estimativa fiscal não ultrapasse a 1.300 (um mil e trezentas) URM;

**II -** a primeira aquisição da casa própria, situada em zona urbana ou rural, cuja estimativa fiscal não seja superior a 1.500 (um mil e quinhentas) URM;

**§ 1º** Para efeitos do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, considera-se:

**I -** primeira aquisição: a realizada pelo sujeito passivo que comprove não ser ele próprio, seu cônjuge, ou pessoa com quem mantenha união estável, proprietários de terreno ou outro imóvel, no momento da transmissão ou cessão; e

**II -** casa própria: o imóvel que se destinar à residência do adquirente, com ânimo definitivo.

**§ 2º** O imposto dispensado nos termos do inciso I e II do *caput* deste artigo, tornar-se-á devido na data da aquisição do imóvel, devidamente corrigido para efeitos de pagamento, se o beneficiário não apresentar à fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aquisição, prova de licenciamento para construir, fornecida pelo Município ou se, antes de esgotado o referido prazo, der ao imóvel destinação diversa.

**§ 3º** As isenções de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo somente serão concedidas mediante comprovação de regularidade fiscal e tributária e não abrangemas aquisições de imóveis destinados a recreação, lazer ou veraneio.

**§ 4º** Para fins do disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, a estimativa fiscal será convertida em URM na data da avaliação fiscal.

**Art. 55.** As situações de não-incidência e isenções tributárias ficam condicionadas ao seu reconhecimento pelo titular da área a que compete a administração do tributo, atendidos os requisitos regulamentadores.

**Art. 56.** O reconhecimento das situações de não-incidência e de isenção não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo, corrigido monetariamente na forma da legislação municipal, desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou prova falsa ou, quando for o caso, deixou de utilizar o imóvel para os fins que lhes asseguram o benefício.

**Art. 57.** Fica isenta do ITBI a aquisição de imóvel enquadrado no Programa de Incentivo a construção ou ampliação de edificação com finalidade hoteleira ou instalação de campings, por um período de 10 (dez) anos a partir da apresentação do primeiro projeto no setor competente da Prefeitura Municipal e conforme especificações no Capítulo Único do Título VII que trata das Disposições Sobre as Isenções.

**Art. 58 -** O benefício da isenção do pagamento do ITBI deverá ser requerido juntamente com o pedido de avaliação.

**Art. 59 -** O promitente comprador goza, também, do benefício da isenção, desde que o contrato de compra e venda esteja devidamente inscrito no Registro de Imóveis e seja averbado à margem da ficha cadastral.

**Seção IV**

**Sujeito Passivo**

**Art. 60.** São Contribuintes do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI:

**I -** os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

**II -** os cessionários, nas cessões de direitos;

**III -** cada um dos permutantes, em relação ao imóvel ou ao direito adquirido, no caso de permuta;

**IV -** os superficiários e os cessionários, nas instituições e nas cessões do direito de superfície;

**V -** nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

**Seção V**

**Base de Cálculo**

**Art. 61.** A base de cálculo do imposto - ITBI é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor de mercado pela estimativa fiscal, atribuído pela Secretaria Municipal da Fazenda ao imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, se este for maior.

**Art. 62.** O Valor de Mercado será deliberado pela Autoridade Municipal, mediante estimativa fiscal, onde serão considerados, dentre outros elementos, os valores correntes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário de Flores da Cunha, valores de cadastro, declaração do contribuinte na guia do imposto, características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação, custo unitário de construção, infraestrutura urbana, e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

**Parágrafo único.** A estimativa fiscal prevalecerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que tiver sido realizada, independente da ciência do interessado, findo o qual, sem o pagamento do imposto, uma nova estimativa deverá ser realizada ou atualizada a anterior, a critério da autoridade municipal.

**Art. 63.** Não serão deduzidas da base de cálculo do imposto os valores de quaisquer dívidas ou gravames, ainda que judiciais, que onerem o bem, nem os valores das dívidas do espólio.

**Art. 64.** São, também, base de cálculo do ITBI:

**I -** na adjudicação, o valor da estimativa fiscal ou preço pago, se este for maior;

**II -** na arrematação judicial, o preço pago, atualizado pela URM do período compreendido entre a data do auto de arrematação ou da ata de leilão e a data de emissão da guia para pagamento do ITBI;

**III -** na instituição ou extinção de usufruto, a estimativa fiscal ou valor declarado, se este for superior;

**IV -** nos demais casos, o valor declarado ou o valor constante de documento apresentado pelo contribuinte, se este for maior que a estimativa fiscal.

**§ 1º** O disposto no inciso II deste artigo não se aplica nos casos em que a arrematação ocorrer por preço vil, assim entendido o valor inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital.

**§ 2º** Não existindo fixação de preço mínimo, considerar-se-á vil o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial.

**§ 3º** Nos casos de arrematação por preço vil, a base de cálculo do ITBI será o valor da estimativa fiscal.

**Art. 65.** A apuração da base de cálculo observará as seguintes situações específicas:

**I -** na dissolução da sociedade conjugal a base de cálculo será o valor dos bens imóveis incluídos no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse a meação.

**II -** na cessão onerosa de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, a base de cálculo será o valor dos bens imóveis que ultrapassar o respectivo quinhão;

**III -** na arrematação, na adjudicação, na alienação extrajudicial e na venda com autorização judicial, o valor da base de cálculo será aquele consignado no documento comprobatório como o valor da aquisição;

**IV -** na transmissão de terreno ou fração ideal, constatada a existência de edificações, mesmo que inacabadas, no momento da estimativa fiscal, a base de cálculo será composta pelo valor do terreno e da edificação no estado em que ela se encontrar, salvo se comprovado que o adquirente assumiu o ônus da construção por conta própria ou de terceiros;

**V -** na transmissão de terreno ou fração ideal com edificação inacabada ao tempo da transmissão da propriedade, a base de cálculo será composta pelo valor do terreno e da edificação no estado em que se encontrar no momento em que o adquirente assumiu o ônus da construção, por conta própria ou de terceiros;

**VI -** na aquisição de imóvel financiado pelos Programas Governamentais para a população de baixa renda (antigo Minha Casa Minha Vida), a base de cálculo será composta pelo valor venal do terreno ou fração ideal.

**VII -** nas operações de permuta de imóvel particular com bens ou direitos de propriedade do Município de Flores da Cunha, quando não houver coincidência entre os valores permutados, a base de cálculo corresponderá ao montante que ultrapassar o valor dos bens adquiridos pelo particular em contrapartida.

**Art. 66.** Não se inclui na avaliação ou estimativa fiscal do imóvel o valor da construção nele executada pelo adquirente, devendo o contribuinte comprovar que assumiu o ônus da construção, por conta própria, mediante a apresentação de, pelo menos, um dos seguintes documentos:

**I -** contrato particular de promessa de compra e venda do terreno, com firmas reconhecidas, datadas da época de sua celebração;

**II -** contrato de prestação de serviços de construção civil, celebrado entre o adquirente e o executor da obra, com firmas reconhecidas, datadas da época de sua celebração;

**III -** registros contábeis relativos à edificação ou documentos fiscais de compra de materiais de construção e de prestação de serviços referentes a construção civil;

**IV -** contas de água ou de luz de unidades situadas no último pavimento, emitidas em nome do adquirente que assumiu o ônus da construção; e

**V –** projeto aprovado e licenciado para a construção, desde que esteja em nome do adquirente.

**VI -** quaisquer outros documentos, admitidos em Direito que, a critério do Fisco municipal, possam comprovar que o adquirente assumiu o ônus da construção.

**Seção VI**

**Alíquotas**

**Art. 67.** As alíquotas do imposto são:

**I -** nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação (SFH):

**a)** sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);

**b)** sobre o valor restante: 2% (dois por cento);

**II -** nas demais transmissões: 2% (dois por cento).

**§ 1º -** A adjudicação de imóvel pelo credor hipotecário ou a sua arrematação por terceiro estão sujeitas à alíquota de 2% (dois por cento), mesmo que o bem tenha sido adquirido, antes da adjudicação, com financiamento do Sistema Financeiro de Habitação.

**§ 2º -** Não se considera como parte financiada, para fins de aplicação da alíquota de 0,5% (meio por cento), o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS liberado para a aquisição do imóvel.

**§ 3º** - Nas transmissões realizadas através de financiamento do SFH, os financiadores deverão informar, para fins de cálculo do imposto, o valor a ser efetivamente financiado em moeda corrente nacional.

**Seção VII**

**Processo Eletrônico de ITBI**

**Art. 68.** O Processo Eletrônico do Imposto de Transmissão Inter Vivos de bens imóveis – ITBI, é o instrumento pelo qual é realizada a declaração eletrônica, que dá ciência à Administração Tributária do Município de Flores da Cunha sobre a ocorrência de negócio jurídico que possa constituir fato gerador e a respectiva apuração da base de cálculo do Imposto de Transmissão Inter Vivos de bens imóveis – ITBI.

**Art. 69.** O envio eletrônico da declaração da base de cálculo do ITBI ou a solicitação de reconhecimento de benefícios fiscais, para homologação e lançamento pelo Fisco, é de responsabilidade do contribuinte e deverá ser realizado através de link disponível no site do Município de Flores da Cunha.

**Parágrafo único.** Juntamente com a declaração mencionada no caput deste artigo, será obrigatória a anexação dos documentos demandados, conforme termos regulamentares.

**Art. 70.** Para a apuração eletrônica da base de cálculo do Imposto – ITBI, serão aplicadas as disposições previstas nos artigos que compõem este capítulo, aplicando-se, em cada caso, a alíquota correspondente e conforme disposições do Art. 67 deste dispositivo legal.

**Parágrafo único.** É facultativo informar características peculiares do imóvel que interfiram em seu valor venal, tais como tipo construtivo, estado de conservação, tempo estimado de construção, relevo do terreno ou qualquer outra informação relevante para fixação da base de cálculo.

**Art. 71.** Havendo contrato de Financiamento Bancário relativo à transmissão, será obrigatória a anexação de cópia junto a Declaração Eletrônica da base de cálculo do ITBI.

**Art. 72.** Verificados indícios de divergência de base de cálculo pelo Fisco, será realizada a instauração de processo administrativo simplificado que terá início com a concessão do prazo eletrônico de 07 (sete) dias úteis, no próprio aplicativo de que trata o Art. 69, para que o contribuinte apresente os documentos que justifiquem os valores informados.

**§ 1º** Após o recebimento tempestivo da documentação solicitada, o processo será analisado tecnicamente pelo Departamento competente da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente que terá o prazo de 15 (quinze) dias para emissão de Parecer Técnico.

**§ 2º** Recebido o parecer de que trata o parágrafo anterior, a Divisão de Auditoria Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda terá o prazo de 15 (quinze) dias para emissão do Termo de Arbitramento da Base de Cálculo do ITBI e liberação da guia para pagamento.

**Art. 73.** É facultado ao Fisco solicitar outros documentos que considere indispensáveis para apuração da base de cálculo do ITBI ou para reconhecimento de benefícios fiscais solicitados.

**Art. 74.** O não recebimento da documentação no prazo previsto no caput do Art. 72, determinará o indeferimento do processo por falta de documentos e/ou informações.

**Art. 75.** As impugnações e os recursos ao lançamento do crédito tributário tratados nesta Seção deverão obedecer os tramites e prazos regulamentados de que trata o Capítulo do Contencioso Administrativo deste Código Tributário.

**Seção VIII**

**Lançamento**

**Art. 76.** O imposto será lançado com base nos elementos declarados através do Processo Eletrônico de ITBI e nos documentos anexados ou apresentados pelo contribuinte ou pela Estimativa Fiscal, se esta for maior.

**Parágrafo único.** O lançamento do imposto será efetuado de ofício sempre que ocorrer uma das hipóteses de incidência previstas no Art. 50 deste Código.

**Art. 77.** O sujeito passivo será notificado do lançamento do imposto:

**I -** por meio do sistema de Processo Eletrônico de ITBI;

**II -** pessoalmente, por meio de Notificação ou da Guia para Pagamento do ITBI;

**III -** por via postal, com aviso de recebimento, no endereço por ele indicado; ou

**IV -** por edital publicado no mural ou na página da Prefeitura na internet.

**Seção IX**

**Pagamento**

**Art. 78.** O pagamento do imposto - ITBI:

**I -** na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura; e

**II -** nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos, antes do registro do ato no ofício competente.

**Art. 79.** Não será admitido parcelamento no pagamento do ITBI, devendo este ser efetuado no prazo de validade da estimativa Fiscal.

**Art. 80.** A Secretaria Municipal da Fazenda instituirá o modelo da guia para pagamento do ITBI e o modelo da certidão do pagamento.

**Art. 81.** Será facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente à extinção do usufruto quando da alienação do imóvel com reserva daquele direito na pessoa do alienante ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

**Parágrafo único.** O pagamento antecipado nos moldes deste artigo elide a exigibilidade do imposto quando da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação tributária.

**Seção X**

**Restituição**

**Art. 82.** O valor pago a título de ITBI somente poderá ser restituído quando:

**I -** não se formalizar o ato ou negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

**II -** for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento; e

**III -** for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado.

**Art. 83.** A restituição será efetuada ao sujeito passivo, mediante requerimento, desde que prove ter pago o valor respectivo, e será atualizado monetariamente conforme a variação da URM.

**Parágrafo único.** Para que a restituição pretendida possa ser efetuada é indispensável a apresentação de declaração expressa do Tabelionato de Notas e/ou do Registro de Imóveis deste município, afirmando que a guia do ITBI pertinente não foi utilizada.

**Seção XI**

**Obrigações de Terceiros**

**Art. 84.** Não poderão ser lavrados, registrados, transcritos ou averbados pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem a prova do pagamento do imposto (ITBI) devido e, quando for o caso, da exoneração tributária correspondente.

**§ 1º -** Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á também a prova de pagamento do laudêmio e da concessão da licença quando for o caso.

**§ 2°** Os Tabeliães, os Escrivães e os Oficiais de Registro de Imóveis farão constar, nos autos e termos que lavrarem:

**I -** o valor da transação declarada;

**II -** o valor da avaliação/estimativa Fiscal;

**III -** o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda e a data de quitação; e

**IV -** quando for o caso, a identificação do documento comprobatório do reconhecimento da exoneração tributária (ITBI).

**§ 3°** Quando lavradas escrituras de imóveis sem a devida comprovação de recolhimento do imposto, respondem pelo seu pagamento as pessoas indicadas no caput deste artigo.

**Art. 85.** Os Tabeliães, Escrivães, Oficiais de Registro de Imóveis e demais serventuários de ofício, ficam obrigados a facilitar, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

**Seção XII**

**Obrigações Acessórias**

**Art. 86.** Ao Processo Eletrônico de ITBI deverão ser anexados arquivos contendo os seguintes documentos:

**I -** Matrícula atualizada com menos de 90 (noventa dias) de expedição pelo Ofício de Registro de imóveis;

**II -** Mapa de localização do lote com as coordenadas geográficas e identificação da área transmitida, quando se tratar de imóvel rural; e

**III -** De acordo com a especificidade da transmissão, outros documentos poderão ser solicitados nos termos regulamentares.

**Seção XIII**

**Infrações e Penalidades**

**Art. 87.** Os Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, ou seus prepostos, que infringirem o disposto no Art. 84 ficam sujeitos à multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado do ITBI.

**Parágrafo único.** O valor mínimo da multa será correspondente a 100 (cem) URM.

**Art. 88.** Será aplicada multa no valor correspondente a 50 (cinquenta) URM aos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis que não cumprirem ou cumprirem parcialmente o disposto no Art. 85 deste Código.

**Seção XIV**

**Disposições Finais**

**Art. 89.** Estão sujeitos à fiscalização, os contribuintes e as pessoas físicas ou jurídicas que interferirem em atos ou negócios jurídicos alcançados pelo imposto, bem como aquelas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicial, pratiquem ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto.

**Art. 90.** O lançamento do imposto dar-se-á por declaração, ficando o declarante sujeito às penalidades previstas neste diploma, nos casos de falsidade ou omissão.

**Art. 91.** Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de liberação do Processo Eletrônico de ITBI, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda.

**Parágrafo Único**. Revisto o lançamento pela Auditoria Tributária a partir dos elementos trazidos pelo interessado, o lançamento tornar-se-á definitivo, salvo contestação nos termos desta Lei.

**CAPÍTULO III**

**IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS**

**Seção I**

**Fato Gerador, Incidência, Não Incidência e Local da Prestação**

**Art. 92.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, tem como fato gerador a prestação de serviços por pessoa natural, empresário ou pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.

**§ 1**º Para os efeitos deste artigo, são considerados serviços, nos termos da Lei Complementar a que se refere o artigo 156, inciso III, da Constituição Federal, os constantes na Lista do Anexo XIV do presente Código Tributário, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

**§ 2**º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

**§ 3º** Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços do Anexo XIV, a que se refere o § 1º, deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

**§ 4º** O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão, concessão ou delegação, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

**§ 5º** A incidência do imposto independe:

**I -** da denominação dada ao serviço prestado, mesmo que ele seja citado em contrato ou qualquer outro documento;

**II -** da existência de estabelecimento fixo;

**III -** do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas às atividades, sem prejuízo da penalidade aplicável;

**IV -** do recebimento pelos serviços prestados ou do resultado financeiro e econômico obtido;

**V -** da conta contábil utilizada para registro da receita; ou

**VI -** do caráter permanente ou eventual da prestação;

**Art. 93.** Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS:

**I -** em 1º de janeiro de cada exercício, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, desde que o imposto seja calculado mediante fatores que independem do respectivo preço;

**II -** no momento da prestação do serviço, nos demais casos.

**Art. 94.** O imposto não incide sobre:

**I -** as exportações de serviços para o exterior do País;

**II -** a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados; e

**III -** o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único.**  Não se enquadram ao disposto no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos por estabelecimento prestador obrigado, por este dispositivo legal, ao recolhimento do imposto no município de Flores da Cunha, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

**Art. 95.** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, no local do domicílio do prestador.

**§ 1º** Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§ 2º** Unidade econômica ou profissional é uma unidade física, organizacional ou administrativa, não necessariamente de natureza jurídica, onde o prestador de serviços exerce atividade econômica ou profissional.

**§ 3º** Independentemente do disposto no caput e § 1º deste artigo, ficando comprovado que, para a realização do serviço, o prestador precisou se deslocar para outro município, ocupando local, instalações, equipamentos, enfim, configurando uma unidade econômica ou profissional, o ISS será devido ao município de Flores da Cunha, sempre que seu território for o local:

**I** - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço, ou, na falta de estabelecimento, do seu domicílio, no caso de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

**II -** da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços do Anexo XIV;

**III** - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços do Anexo XIV;

**IV -** da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços do Anexo XIV;

**V -** das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços do Anexo XIV;

**VI -** da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços do Anexo XIV;

**VII -** da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços do Anexo XIV;

**VIII -** da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços do Anexo XIV;

**IX -** do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços do Anexo XIV;

**X -** do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios previstos no subitem 7.16 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XI** – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XII** – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XIII** – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XIV** – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XV** – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XVI** – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços do Anexo XIV;

**XVII –** do município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XVIII** – do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XIX** – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XX** – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XXI** - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XXII** - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo XIV;

**XXIII** - do domicílio do tomador dos serviços descritos no subitem 15.09 da lista de serviços do Anexo XIV;

**§ 4º** No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços do Anexo XIV, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no município de Flores da Cunha, relativamente à extensão de rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, existente no seu território.

**§ 5º** No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços do Anexo XIV, considera-se ocorrido o fato gerador e o imposto devido no município de Flores da Cunha relativamente à extensão da rodovia explorada e existente em seu território.

**§ 6º** Na hipótese de descumprimento do Art. 112 desta Lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

**§ 7º** No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres, descritos no subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo XIV desta Lei Complementar, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

**§ 8º** Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 9º ao 15 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXI, XXII e XXIII do § 3º deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§ 9º** No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços do Anexo XIV deste código, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

**§ 10** Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 9º deste artigo.

**§ 11** No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo XIV deste código, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

**§ 12** O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo XIV deste código, relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

**I -** bandeiras;

**II -** credenciadoras; ou

**III -** emissoras de cartões de crédito e débito.

**§ 13** No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo XIV deste código, o tomador é o cotista.

**§ 14** No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

**§ 15** No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 96.** Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS é o prestador do serviço.

**Parágrafo Único.** Considera-se prestador de serviço o profissional autônomo ou a empresa que exercer, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da lista referida no Anexo XIV deste Código Tributário Municipal.

**Art. 97.** Para os efeitos do ISS, considera-se:

**I -** Empresa:

**a)** toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviços; e

**b)** sociedade de fato que explore atividade econômica de prestação de serviços.

**II -** Profissional Autônomo:

**a)** profissional que exerce atividade econômica direcionada para a prestação de serviços, sem a participação de sócios; e

**b)** pessoa física que fornece o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem vínculo empregatício.

**§ 1º** Equipara-se à empresa, para efeito de pagamento do ISS, o profissional autônomo que não comprovar, sua inscrição no Cadastro Econômico Fiscal do Município e a prestação de serviço de caráter pessoal, aplicando-se a alíquota prevista para a atividade exercida, exceto quando for o caso compreendido pelo §2º do Art. 104 deste mesmo dispositivo legal.

**§ 2º** O ISS devido em razão dos serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços do Anexo XIV deste Código será apurado pelo contribuinte e declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional, sendo que a forma de pagamento, o prazo de vencimento e os acréscimos legais decorrentes de atraso no recolhimento do tributo obedecerão às determinações da Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020, ou legislação superveniente, e regulamentações expedidas pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISS.

**Art. 98.** O escritório de serviços contábeis, quando optante pelo regime do Simples Nacional que não ultrapasse o sublimite de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será tributado pelo ISS, de forma fixa e com recolhimentos mensais em relação a cada profissional habilitado, nos termos da tabela do Anexo III deste código Tributário.

**§ 1º** Serão considerados profissionais habilitados os Contadores, Técnicos em Contabilidade, sócios e empregados inscritos no Conselho Regional de Contabilidade, atuantes no escritório ou a serviço do mesmo.

**§ 2º** A informação da quantidade de profissionais, efetuada para atendimento das finalidades deste artigo, firmada sob as penas da Lei, deverá ser prestada até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, e sempre que se alterar a situação.

§ 3° A falta do cumprimento das disposições do parágrafo anterior, ou por constatação ulterior, pela Fiscalização Tributária, de que asinformações prestadas, ao seu tempo, não conferem com a verdade, constitui infração às disposições da legislação do Simples Nacional e passível de exclusão daquele Regime Tributário Federal.

**Art. 99.** Não se aplicam as disposições da tributação do Art. 98 às receitas estranhas ao subitem 17.19 da lista de serviços constante no Anexo XIV deste Código, as quais estarão sujeitas às alíquotas determinadas nos anexos definidos pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e legislação superveniente.

**Art. 100.** No licenciamento de edificação para habitação, o proprietário do bem imóvel e/ou o proprietário da obra são responsáveis solidários com o prestador dos serviços, pelo ISS devido sobre os serviços aplicados na execução de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica que lhes forem prestados sem documentação fiscal.

**§ 1º** No momento do requerimento da Carta de Habite-se, o interessado deverá apresentar documentação fiscal referente à prestação de serviços na execução da obra.

**§ 2º** A base de cálculo do ISS será apurada mediante a multiplicação entre a metragem total do projeto arquitetônico aprovado e o valor do Custo Unitário Básico – CUB da Construção Civil publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon/RS), atribuindo-se os percentuais de 40% (quarenta por cento) a título de mão de obra e de 60% (sessenta por cento) a título de materiais.

**§ 3º** Se o valor de mão de obra apurado com base nos documentos fiscais relativos à execução da obra de construção civil, apresentados, não atingir o valor mínimo da base de cálculo do ISS referido no § 2º do presente artigo, o proprietário da obra é responsável pelo recolhimento da diferença do imposto.

**§ 4º** Não havendo apresentação de documentos fiscais, o proprietário da obra deverá recolher a totalidade do imposto devido.

**§ 5º** Quando o proprietário da obra utilizar mão de obra de seus empregados, devidamente registrados, os valores pagos, a título de salários e encargos sociais, serão deduzidos da base de cálculo.

**§ 6º** Para fins de enquadramento no padrão de construção previsto na Tabela III do Anexo II, deste Código Tributário Municipal, em caso de aprovação de projetos de ampliação e/ou alteração de obras de construção civil, será considerado o somatório das respectivas áreas dos projetos.

**§ 7º**Somente serão considerados no cálculo referido no § 3º deste artigo os documentos fiscais que atendam às regras definidas nesta Lei e em regulamento, inclusive quanto à especificação do serviçoa ser computado e identificação da obra.

**Seção III**

**Substituição Tributária**

**Art. 101.** São responsáveis por substituição tributária, pela retenção e pelo pagamento do ISS, sem prejuízo da responsabilidade supletiva do contribuinte, pelo cumprimento total da obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais:

**I -** o tomador, ou o intermediário do serviço, estabelecido ou domiciliado em Flores da Cunha, relativamente ao serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior e neste Município tenha sido efetivamente realizado;

**II -** as entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, ou Fundacional, de qualquer um dos poderes da União, do Estado e do Município, bem como todos os demais tomadores de serviços, sejam eles, pessoas jurídicas ou intermediários, estabelecidos ou não no Município de Flores da Cunha, relativamente aos serviços executados neste território e devidos na forma da Lei, e que lhe forem prestados por profissionais autônomos, pessoas jurídicas ou empresários, sem estabelecimento licenciado ou sem domicílio neste Município;

**III -** a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens (3.05), (7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19,), (11.02), (17.05 e 17.10), da lista de serviços do Anexo XIV, deste Código Tributário, sem prejuízo do disposto nos incisos anteriores deste artigo.

**IV -** os titulares dos estabelecimentos que cederem espaço físico, no todo ou em parte, para exploração das atividades previstas no item 12 e seus subitens, exceto o subitem 12.13 da lista de serviços do Anexo XIV;

**V -** os titulares dos estabelecimentos que explorem, de terceiros, máquinas, aparelhos, computadores e equipamentos, pelo imposto devido;

**VI -** as entidades de Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, do Estado e do Município, pelo ISS devido sobre qualquer serviço a elas prestados, exceto para os serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista constante no Anexo XIV desta lei;

**VII -** as incorporadoras e as construtoras, pelo imposto devido sobre as comissões pagas em decorrência de intermediação de bens imóveis;

**VIII -** as pessoas jurídicas que explorem serviços de planos de medicina, de grupo ou individual, e convênios, ou de outros planos de saúde, quando tomarem ou intermediarem serviços de saúde, dos quais resultem remunerações por elas pagas;

**IX -** as pessoas jurídicas que explorem serviços de energia elétrica e de telefonia, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza a elas prestados, exceto para os serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista se serviços do Anexo XIV deste Código Tributário Municipal;

**X -** as empresas, entidades, administradoras que explorem loterias, em todas suas modalidades, pules ou cupons de apostas, cartões, sorteios, raspadinhas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes, revendedores, concessionários ou qualquer pessoa jurídica que explore as atividades;

**XI -** os que utilizarem serviços de empresas e autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documento fiscal idôneo;

**XII -** as instituições financeiras, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza a elas prestados, exceto para os serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista constante no Anexo XIV deste diploma legal;

**XIII -** os promotores de eventos de diversão pública, quando contratarem serviços de pessoas físicas e/ou jurídicas cadastradas ou não neste Município, exceto para os serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista constante no Anexo XIV deste código;

**XIV -** as pessoas referidas nos incisos II e III do § 12 do Art. 95 desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo XIV deste Código.

**§ 1º** Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, observado o previsto no § 7º deste artigo.

**§ 2º** A responsabilidade prevista no *caput* deste artigo só é aplicada quando o tomador dos serviços for estabelecido no Município de Flores da Cunha, independentemente das denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou depósito.

**§ 3º** Os responsáveis de que trata este artigo não poderão utilizar qualquer tipo de incentivo fiscal previsto na legislação municipal para recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS relativo aos serviços tomados ou intermediados.

**§ 4º** Os responsáveis tributários ficam desobrigados de efetuar a retenção, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o prestador do serviço:

**I -** for profissional autônomo, desde que comprove sua inscrição;

**II -** comprovar estar sob regime de estimativa;

**III -** for microempreendedor individual (MEI).

**§ 5º** Os prestadores de serviços alcançados pela retenção do Imposto não estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, previstas na legislação tributária, em especial ao ISS a ser retido pelo tomador, devendo manter controle em separado das operações sujeitas a esse regime, conforme regulamento, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**§ 6º** Para fins de retenção do imposto devido por substituição tributária, ao emitir a nota fiscal de serviços, o prestador de serviços, deverá informar a base de cálculo, bem como a alíquota, na forma prevista em lei, visando à correta apuração da receita tributável.

**§ 7º** Quando as informações a que se refere o §6º forem prestadas em desacordo com a lei, implicando retenção a menor ou não retenção do ISS devido, a respectiva responsabilidade pelo recolhimento da diferença ou do valor total do imposto devido poderá ser imputada ao prestador, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**§ 8º** Na hipótese prevista no § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, na redação dada pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29 de dezembro de 2016, é responsável a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta.

**§ 9º** Os responsáveis tributários de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo ficam desobrigados a efetuar a retenção, quando o serviço em questão for prestado por Instituição Financeira e por Registros Públicos, Cartorários e Notariais.

**Seção IV**

**Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 102.** A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

**§ 1º** Considera-se preço do serviço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, recebido ou não, em consequência da sua prestação.

**§ 2º** Na falta do preço previsto no § 1°, ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado mediante estimativa ou através de arbitramento, que reflita o preço do serviço corrente na praça, cobrado dos usuários ou contratantes;

**§ 3º** Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condições, como tal entendida a que subordinar a sua efetivação a eventos futuros ou incertos;

**§ 4º** O valor do serviço, para efeito de apuração da base de cálculo, será obtido:

**I -** pela receita mensal do contribuinte, quando se tratar de prestação de serviço em caráter permanente;

**II -** pelo preço cobrado, quando se tratar de prestação de serviço eventual, descontínuo ou isolado;

**III -** considerando tudo que for cobrado em decorrência da prestação do serviço, seja dinheiro, bens, serviços, ou qualquer vantagem financeira; e

**IV -** o valor do imposto é parte integrante da base de cálculo, mesmo quando cobrado em separado, excetuando-se o disposto no parágrafo único do Art. 103 deste Código.

**§ 5º** A caracterização do serviço, em função de sua permanente execução ou eventual prestação, apurar-se-á, a critério da autoridade fiscalizadora, levando-se em consideração a habitualidade com que o prestador desempenhar a atividade.

**§ 6º** No caso de casas lotéricas, considera-se preço do serviço a diferença entre o preço da aquisição dos bilhetes e/ou cupons de aposta e o apurado em sua venda.

**§ 7º** Quando a prestação de serviços referidos no subitem 3.04 da lista anexa forem prestados em mais de um Município, a base de cálculo será proporcional à extensão da ferrovia, rodovia, dutos, condutos e cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes existentes no Município.

**§ 8º** Na prestação dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, a base de cálculo considerará a extensão da rodovia situada no território do Município.

**§ 9º** Quando se tratar de organização de viagens ou excursões, as agências poderão deduzir do preço contratado os valores relativos às passagens aéreas, bem como a hospedagem dos viajantes ou excursionistas.

**§ 10**  Nos serviços de plano de saúde de que tratam os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, a base de cálculo será o montante da receita bruta resultante da prestação de serviços, deduzidos os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, clínicas e laboratórios, observando-se:

**I -** a dedução de que trata este parágrafo somente será concedida mediante a apresentação de documentação idônea, nos termos da legislação aplicável; e

**II -** no caso de sociedades organizadas sob a forma de cooperativa, além da dedução prevista, serão excluídos da base de cálculo os atos cooperativados.

**§ 11**  Nos serviços de cuidados pessoais e estética, prestados por cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, quando executados em parceria prevista na Lei Federal nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, será permitido ao salão-parceiro deduzir da base de cálculo a cota-parte destinada ao profissional parceiro, prevista em contrato homologado pelo sindicato da categoria ou junto ao Ministério do Trabalho.

**§ 12** Para os serviços prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito a alíquota será de 5% (cinco por cento) para qualquer dos subitens constantes da lista de serviços anexa a este Código.

**Art. 103.** Os tabeliães e escrivães deverão destacar, na respectiva nota ou recibo de emolumentos dos serviços prestados, o valor relativo ao ISS, calculado sobre o total dos emolumentos e acrescido deles.

**Parágrafo único.**  O valor do imposto destacado na forma do caput não integra o preço do serviço.

**Art. 104.** Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será anual e calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço, sobre uma base estimada de receita, onde o resultado se dará pela Unidades de Referência Municipal – URM, na forma da tabela que constitui o Anexo III desta Lei.

**§ 1º** Para fins de cobrança do ISS, nos termos do caput deste artigo, será observada a seguinte classificação:

**I -** Profissionais liberais que prestem serviço em razão da qualificação por curso superior e os legalmente equiparados;

**II -** Profissionais com qualificação técnica em geral;

**III -** Profissionais das áreas de agenciamento, corretagem, representação, comissionados ou qualquer outro tipo de intermediação;

**IV -** Profissionais autônomos não qualificados nos incisos anteriores; e

**V -** Serviços de Táxis – por veículo.

**§ 2º** Quando se tratar de profissionais autônomos, engenheiros ou arquitetos, estabelecidos em outro Município, o imposto será devido, por cada obra executada em Flores da Cunha, segundo a especificação constante na tabela do Anexo III deste código, com a seguinte classificação:

**I -** obras até 150,00 m² de área a ser construída;

**II -** obras de 150,01 m² a 1.000,00 m² de área a ser construída;

**III -** para obras acima de 1.000,00 m² de área a ser construída.

**§ 3º** Os profissionais, descritos no parágrafo anterior, recolherão o imposto devido no momento do encaminhamento do projeto, em guia própria do Município, não sendo necessário efetuar cadastro para tal finalidade.

**Art. 105.**  Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste Capítulo, o valor do imposto será o resultante da aplicação da alíquota correspondente a cada subitem da lista de serviços, sobre a base de cálculo, conforme disposto na Tabela do Anexo XIV deste Código.

**Art. 106.**  Não integram a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza as exceções expressamente previstas na lista de serviços e, para os serviços dos itens 7.02 e 7.05, quando prestados sob regime de empreitada global, o valor:

**I -** dos materiais produzidos pelo prestador de serviços fora do local da prestação, sujeitas ao ICMS;

**II -** do custo das mercadorias adquiridas de terceiros pelo prestador para incorporar fisicamente à obra, desde que haja comprovação através de notas fiscais.

**§ 1º** Não são dedutíveis os custos ou despesas com materiais, serviços ou alugueis, ainda que relativos a equipamentos utilizados na prestação do serviço.

**§ 2º** A comprovação dos requisitos para as deduções efetuadas com base neste artigo deverá ser feita pelo contribuinte ou responsável, através de documentação idônea mantida à disposição do Fisco, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

**§ 3º** Sem prejuízo do § 2º, as deduções estão sujeitas à declaração obrigatória por parte do sujeito passivo, na forma e prazos regulamentares.

**§ 4º** Também não se incluem na base de cálculo do ISS os valores relativos a descontos ou abatimentos incondicionais, concedidos e destacados na nota fiscal.

**Art. 107.**  O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade fazendária:

**I -** por arbitramento, após a ocorrência do fato gerador, nas seguintes hipóteses:

**a)** o sujeito passivo não exibir à fiscalização os elementos necessários para verificação das operações realizadas, inclusive nos casos de extravio ou inutilização de documentos fiscais;

**b)** pelo não atendimento de regular intimação para cumprimento de obrigação acessória, exibição de documentos ou para a prestação de esclarecimentos;

**c)** prestação de serviço que constitua fato gerador do imposto, sem que o sujeito passivo esteja inscrito no Cadastro Econômico Fiscal do Município;

**d)** fundadas suspeitas de que os documentos não refletem o real preço de mercado, ou insuficiência de receita perante o volume de serviços prestados e de suas despesas; ou

**e)** comprovada prestação de serviços sem a correspondente emissão da nota fiscal, omissão ou que as declarações do contribuinte não merecem fé;

**II -** mediante estimativa, antes da ocorrência do fato gerador, nas seguintes situações:

**a)** a prestação de serviços dificultar ou impossibilitar a emissão de documentos fiscais, seja pelo volume de operações, seja pelo tipo de atividade;

**b)** quando se tratar de prestadores de serviços de precária organização;

**c)** atividade realizada de forma eventual; ou

**d)** a critério da autoridade fiscal, quando a espécie de atividade recomendar, considerando a peculiaridade de cada situação, a receita apresentada em período anterior, o preço de mercado de idêntica atividade, a localização e outros elementos que possam ser utilizados para estimar a base de cálculo.

**Art. 108.** O regime de estimativa será implementado mediante lavratura de Termo de Responsabilidade, estabelecendo as condições, prazo de vigência e valor estimado, devendo ser firmado pelo sujeito passivo.

**Art. 109.**  A autoridade fiscal pode, a qualquer tempo e a seu critério, rever os valores estimados ou cancelar o regime de estimativa.

**Parágrafo único.**  Eventual alteração no valor estimado ou cancelamento do regime em curso deverá ser feito por despacho da autoridade fiscal, surtindo seus efeitos a contar da data da comunicação ao sujeito passivo.

**Art. 110.** Na hipótese de serviços enquadráveis em mais de um item ou subitem da Lista de Serviços, prestados por uma mesma empresa ou pessoa a ela equiparada, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas previstas nesta Lei.

**Parágrafo único.** O contribuinte deverá manter escrituração fiscal que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado na forma mais onerosa, mediante aplicação para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

**Art. 111.** A atividade caracterizada como serviço e não prevista na tabela do Anexo XIV, será tributada de conformidade com a atividade que apresentar com ela maior semelhança de características.

**Art. 112.** As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, são as seguintes:

**I** – mínima 2% (dois por cento);

**II** – máxima 5% (cinco por cento).

**Parágrafo único.** A tabela constante no Anexo XIV identificará para cada subitem da Lista de Serviços com a alíquota correspondente.

**Seção V**

**Desconto na Fonte**

**Art. 113.** Toda empresa privada, órgãos da administração direta da União, do Estado e do próprio Município, bem como suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista sob seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público que se utilizarem do serviço prestado por empresa ou profissional autônomo, sob a forma de trabalho remunerado, deverá exigir, na ocasião do pagamento, a comprovação de inscrição no Cadastro Econômico Fiscal do Município.

**Parágrafo único.**  No recibo de qualquer outro documento que comprove a efetivação do pagamento, deverá constar o número da inscrição municipal do prestador do serviço, seu endereço e atividade tributada.

**Art. 114.**  Não sendo apresentada a comprovação da inscrição municipal, aquele que se utilizar do serviço descontará, no ato do pagamento, o valor do tributo correspondente à alíquota prevista para a respectiva atividade.

**Parágrafo único.**  Quando se tratar de profissional autônomo, observar-se-á o disposto no § 1º do Art. 97 deste Código.

**Art. 115.**  Na hipótese de não efetuar o desconto do ISS a que estava obrigado a providenciar, o tomador do serviço ficará responsável pelo pagamento do valor correspondente ao tributo não descontado.

**Art. 116.** O recolhimento do imposto descontado na fonte ou, em sendo o caso, a importância que deveria ter sido descontada, far-se-á em nome do responsável pela retenção, com uma relação nominal contendo os endereços dos prestadores de serviço, observando-se o prazo do recolhimento.

**Art. 117.** As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regimes de imunidade ou isenção tributária sujeitam-se às obrigações previstas nesta seção, sob pena de suspensão ou perda do benefício.

**Art. 118.** Toda prestação de serviços diretamente à prefeitura Municipal ou aos Órgãos da Administração Indireta, ao ser efetuado o pagamento do respectivo serviço, o valor correspondente ao ISS deverá ser retido na fonte, desde que o mesmo seja devido ao Município de Flores da Cunha.

**Seção VI**

**Inscrição**

**Art. 119.** Todas as Pessoas Jurídicas, independentemente de sua atividade, e as pessoas físicas que prestem serviços que configure fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, estabelecidas no município de Flores da Cunha, deverão promover junto ao Cadastro Econômico Fiscal do Município, inscrição, alteração e baixa, ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto, respeitadas as normas exigidas pela legislação aplicável e os procedimentos definidos em regulamento.

**§ 1º** A inscrição deverá ser realizada na Secretaria Municipal da Fazenda, antes do início de qualquer atividade.

**§ 2º** Os eventos de inscrição, alteração e baixa deverão ser protocolados por todas as pessoas referidas no caput deste artigo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro no órgão competente no caso das pessoas jurídicas e da data em que ocorrerem no caso dos profissionais autônomos.

**§ 3º** A baixa da inscrição do estabelecimento matriz não implica em baixa das inscrições dos estabelecimentos filiais da pessoa jurídica.

**Art. 120.** O deferimento da baixa independe da regularidade das obrigações tributárias, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o evento.

**§ 1º** A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

**§ 2º** A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica, importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

**Art. 121.**  Regularmente, a Diretoria de Arrecadação e Fiscalização Tributária revisará os pedidos de baixa deferidos e, constatados indícios de irregularidades relevantes, face aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, determinará o início dos procedimentos fiscalizatórios aplicáveis.

**Art. 122 -** Sempre que se alterar o nome, firma, razão ou denominação social, localização ou, ainda, a natureza da atividade, e quando esta acarretar enquadramento em alíquotas distintas, deverá ser feita a devida comunicação à Fazenda Municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 123.** O descumprimento de qualquer das disposições desta Seção determinará procedimento de ofício, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**Art. 124.**  O Titular da Secretaria Municipal da Fazenda fica autorizado a normatizar, por meio de Instruções Normativas ou Regulamentos, a forma e os procedimentos aplicáveis à inscrição, alteração e baixa das inscrições municipais, bem como os procedimentos de Ofício, em razão do descumprimento de obrigações principais ou acessórias.

**Art. 125.** Para efeito de inscrição, constituem atividades distintas as que:

**I -** exercidas no mesmo local, ainda que sujeitas à mesma alíquota, correspondam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

**II -** embora exercidas pelo mesmo contribuinte, estejam localizadas em prédios distintos ou locais diversos;

**III -** estiverem sujeitas a alíquotas fixas e variáveis.

**Parágrafo único.** Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos, com comunicação interna, nem em vários pavimentos de um mesmo imóvel.

**Seção VII**

**Lançamento**

**Art. 126.**  O imposto será lançado com base nos elementos do Cadastro Econômico Fiscal do Município e, quando for o caso, pelo contribuinte por meio da Declaração Mensal do ISS, tendo esta, efeito de confissão de dívida.

**Parágrafo único.**  O lançamento será de ofício:

**I -** quando a apuração do ISS e geração da guia de recolhimento não forem realizados eletronicamente até o prazo previsto;

**II -** nas situações previstas no Art. 107 deste Código; e

**III -** na hipótese de atividades sujeitas à taxação fixa.

**Art. 127.** Quando se tratar de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será lançado por ano ou fração, nos termos do Art. 104.

**Parágrafo único.**  No caso de atividade iniciada antes de ser promovida a inscrição, o lançamento retroagirá ao mês do início.

**Art. 128.** A receita bruta, declarada pelo contribuinte, quando realizada a apuração do ISS na guia de recolhimento mensal, será posteriormente revisada e, quando for o caso, promover-se-á o lançamento complementar.

**§ 1º** No mês em que o contribuinte não auferir receitas de prestação de serviços, deverá proceder a Declaração Mensal de Serviços - DMS com a expressão “SEM MOVIMENTO” até a data prevista para o vencimento do mês da competência pertinente.

**§ 2º** O não cumprimento ao disposto no parágrafo anterior faculta a aplicação de penalidade.

**Art. 129.** Determinada a baixa da atividade, o lançamento abrangerá o mês em que ocorrer a cessação, respectivamente, para as atividades sujeitas ao valor fixo mensal ou com base no preço do serviço.

**Art. 130.**  O Poder Executivo Municipal definirá os modelos de declarações, de notas fiscais de serviços, Cupom Fiscal de Serviço e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte.

**§ 1º** A autoridade fazendária, à vista da natureza do serviço prestado, poderá autorizar a dispensa ou obrigar o envio de determinadas informações, prestadas por qualquer meio, permitir a emissão de certos documentos e admitir o uso de documentos equivalentes.

**§ 2º** O Poder Executivo Municipal poderá exigir a prestação de informações, mediante apresentação de declarações periódicas, na forma e prazos definidos em regulamento.

**Seção VIII**

**Arrecadação**

**Art. 131.** A arrecadação do ISS se dará na forma convencionada em regulamento e no prazo determinado em Lei, observadas as disposições nos seguintes parágrafos:

**§ 1º** Os contribuintes (Autônomos), tributáveis pelo trabalho pessoal, o pagamento do ISS obedecerá a calendário a seguir definido:

**I -** Cota Única com vencimento no dia 20 de maio, podendo ser concedido o desconto de até 5% (cinco por cento); ou

**II -** dividido em três parcelas com vencimento nos dias 20 de maio, 20 de julho e 20 de setembro;

**§ 2º** As atividades sujeitas à incidência do ISS com base no preço do serviço e no caso de estimativa fiscal, o recolhimento será até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da competência.

**§ 3º** Nas situações de lançamento por Auto de Infração o vencimento do tributo ocorrerá 20 (vinte) dias após a data da ciência do autuado e/ou em igual prazo em se tratando de decisão de recurso em qualquer instância.

**§ 4º**Nos casos em que as datas previstas neste artigo não corresponderem a dia útil, poderá ser utilizado o dia imediatamente posterior em que haja expediente bancário.

**§ 5º**No caso de empresa optante pelo Simples Nacional, a arrecadação fica sujeita as determinações da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e regulamentações do Conselho Gestor do Simples Nacional – CGSN.

**Art. 132.** O ISS incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços do Anexo XIV desta Lei, será pago até o 15° (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, exclusivamente por meio de transferência bancária, nos termos da legislação federal - Lei Complementar nº 175.

**Seção IX**

**Isenções**

**Art. 133.** O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no inciso “I” do Art. 112, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do Anexo XIV desta Lei Complementar.

**Art. 134.** São isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, em relação aos seus objetivos institucionais, as pessoas físicas, jurídicas e entidades não imunes a seguir:

**I -** cultural, beneficente, filantrópica, hospitalar e recreativa, legalmente organizada, sem fins lucrativos e a esportiva registrada na respectiva federação;

**II -** a pessoa portadora de deficiência física que lhe determine a redução da capacidade laboral, sem empregados;

**III -** O profissional liberal com formação universitária, nos 2 (dois) primeiros anos de exercício a contar da data da inscrição no seu respectivo Conselho de Classe ou Ordem, terá direito a isenção de 50% (cinquenta por cento) do ISS, desde que requerido nos termos regulamentares;

**IV -** os prestadores dos serviços enquadrados nos subitens 7.01; 7.02; 7.03; 7.04; 7.17; 7.19 e 7.20 da lista de serviços especificada no Anexo XIV deste Código Tributário, em relação aos referidos serviços, quando prestados no âmbito dos Programas “MINHA CASA MINHA VIDA” e "CASA VERDE E AMARELA", vinculados à produção de novas unidades habitacionais no Município de Flores da Cunha, destinadas à famílias de baixa renda.

**V -** as construções executadas no âmbito dos Programas Habitacionais “MINHA CASA MINHA VIDA” e "CASA VERDE E AMARELA", destinadas para famílias de baixa renda;

**VI** – a pessoa física ou jurídica, enquadrada no Programa de Incentivo a construção ou ampliação de edificação com finalidade hoteleira, bem como a instalação de campings, por um período de 10 (dez) anos, conforme regramento especificado no Capítulo Único do Título VII e com observância aos dispositivos do artigo anterior.

**§ 1º** As isenções, de que tratam os incisos I, II e III deverão ser solicitadas em requerimento, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do direito.

**§ 2º** A isenção relativa ao prestador de serviços para os Programas Habitacionais “MINHA CASA MINHA VIDA” e "CASA VERDE E AMARELA", depende de requerimento do empreiteiro principal, dirigido ao Secretário Municipal da Fazenda, com provas de prévio cadastramento da obra na Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

**§ 3º** Os contribuintes que prestarem serviços no âmbito dos Programas Habitacionais “MINHA CASA MINHA VIDA” e "CASA VERDE E AMARELA", ao emitirem as Notas Fiscais de Serviços deverão fazer constar no corpo das mesmas, o nome do programa e o número do contrato firmado junto ao agente financiador, sob pena de serem tributadas normalmente.

**§ 4º** O correspondente valor dos serviços descritos neste artigo, quando alcançados pela isenção, serão escriturados como serviço não tributável pelo ISS.

**§ 5º** Verificado, a qualquer tempo, que um ou mais dos requisitos enunciados neste artigo não são mais atendidos, cessará a isenção, tornando-se devidos os tributos desde o momento em que desaparecerem as condições para o benefício.

**§ 6º** Vindo a ser constatado que quaisquer documentos ou declarações não se encontravam revestidos das formalidades legais ou exteriorizaram conteúdo falso, a isenção será cassada e os tributos tornar-se-ão imediatamente devidos e cobrados, em sua integralidade e em relação a todos os exercícios exigíveis, inclusive retroativamente, com todas as onerações legais, se for o caso.

**§ 7º** Os beneficiários desta Seção estão sujeitos ao pagamento dos demais tributos municipais, ressalvadas as exceções previstas em Lei.

**135.** As isenções, tratadas nesta Seção, deverão ser solicitadas em requerimento, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do direito ao benefício fiscal, com vigência a partir do mês seguinte ao da solicitação.

**§ 1º** No caso dos contribuintes sujeitos ao ISS Fixo anual, será cobrado o valor proporcional em meses, até aquele em que o pedido da isenção for protocolado.

**§ 2º** O pedido de isenção de que tratam os incisos I e II do Art. 134, deverá ser renovado a cada 3 (três) anos, sob pena de perda automática do benefício ao final da vigência.

**136.** O contribuinte que aderir ao Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderá gozar de nenhuma isenção, redução de base de cálculo ou qualquer outro tipo de benefício fiscal disposto na legislação do Município de Flores da Cunha referente ao ISS e será tributado por meio das regras da Lei Complementar Federal instituidora do regime.

**Seção X**

**Documentos Fiscais**

**Art. 137.**  O Poder Executivo Municipal definirá os modelos de declarações, de notas fiscais de serviços e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte.

**§ 1º** A autoridade administrativa, à vista da natureza do serviço prestado, poderá autorizar a dispensa ou obrigar o envio de determinadas informações, prestadas por qualquer meio, permitir a emissão de certos documentos e admitir o uso de documentos equivalentes.

**§ 2º** O Poder Executivo Municipal poderá exigir a prestação de informações, mediante apresentação de declarações periódicas, na forma e prazos definidos em regulamento.

**Art. 138.**  A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), documento de emissão compulsória, por ocasião da prestação de serviços, conforme regulamento.

**§1º** Considera-se NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente na base de dados informatizada sob a responsabilidade do Município de Flores da Cunha, com o objetivo de registrar e documentar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 2º** A NFS-e deverá ser emitida em sequência numérica e em ordem cronológica.

**§ 3º** A NFS-e conterá os dados e obedecerá ao modelo predefinido e predeterminado pelo Poder Executivo Municipal.

**§ 4º** Recibo Provisório de Serviço (RPS) que servirá como comprovante provisório da prestação de serviços podendo ser impresso, ou gerado eletronicamente (RPS-e), devendo ser substituído por NFS-e, conforme disposto em Decreto Executivo Municipal que trata sobre a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

**§ 5º** A NFS-e poderá ser substituída por Cupom Fiscal de Serviço - CFS, mediante requerimento do contribuinte e devida aprovação da Autoridade Fiscal.

**§ 6º** O Cupom Fiscal de Serviço - CFS, poderá ser emitido por máquina Emissora de Cupom Fiscal - ECF ou por outro meio equivalente, desde que contenha elementos indispensáveis à perfeita identificação do contribuinte e da transação efetuada e demais exigências previstas em Regulamento.

**§ 7º** O Cupom Fiscal de que trata o parágrafo anterior, poderá ser adotado para servir de comprovante de prestação de serviços de contribuintes não sujeitos à obrigatoriedade do uso da NFS-e que, concomitantemente ou não, com atividades sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, prestem serviços incidentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, observado o disposto em Regulamento.

**Art. 139.** Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar, tornarem impraticável ou desnecessária a emissão da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, a Autoridade Fiscal, a seu juízo poderá:

**I -** dispensar o contribuinte das exigências do artigo anterior, calculando-se o imposto com base na receita estimada ou apurada na forma em que for estabelecida em regulamento;

**II -** autorizar o contribuinte a utilizar o sistema de emissão de Cupom Fiscal de Serviços (CFS).

**Art. 140.** Cada estabelecimento prestador de serviços terá documento fiscal próprio, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito ou qualquer outro.

**Art. 141.** Quando o valor da base de cálculo for diverso do valor da prestação de serviço, o contribuinte mencionará esta circunstância no documento fiscal, indicando o montante sobre o qual foi calculado o imposto.

**Art. 142.** A isenção do ISS atribuída ao prestador do serviço não dispensa o uso e a emissão de documentos ora instituídos, ressalvadas as hipóteses aqui previstas.

**Art. 143.** O prestador de serviços qualificado como Microempreendedor Individual - MEI, nas situações previstas no § 1º do art. 26, da Lei Complementar Federal nº [123](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)/2006, ficará obrigado a fornecer ao tomador do serviço, pessoa jurídica, por ocasião da prestação do serviço, a correspondente Nota Fiscal de Serviços, com a devida indicação de "MEI", dados de seu cadastramento no Município e no CNPJ, e dos serviços prestados.

**Art. 144.**  Constituem confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISS que não tenha sido recolhido, resultantes das informações constantes ou prestadas através dos seguintes documentos:

**I -** Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);

**II -** Cupom Fiscal de Serviços Eletrônico (CFS);

**III -** Declaração Mensal de Serviços Eletrônica (DMS-e);

**IV -** Declaração Mensal de Serviços Tomados Eletrônica (DMST-e);

**V -** Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF);

**VI -** Termo de Regime de Estimativa.

**Art. 145.** O Poder Executivo regulamentará as normas relativas ao modelo, forma, acesso, emissão e a utilização dos documentos citados no Art. 144, em todos os aspectos pertinentes, podendo estipular prazos diversos para inicialização de seu uso, em face da natureza dos serviços, do montante das receitas, das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica e de outros aspectos de interesse da Administração Pública.

**Art. 146.**  O Poder Executivo Municipal poderá instituir programa de premiações ou geração de créditos fiscais para os tomadores de serviços.

**Parágrafo único.** O Programa tratado no caput deste artigo será instituído e regulamentado por Decreto Executivo.

**Art. 147.**  As administradoras de cartões de crédito e/ou de débito, estabelecidas no Município, ficam obrigadas a declarar à Secretaria Municipal da Fazenda as transações com cartões de crédito e/ou débito realizadas em estabelecimentos credenciados, prestadores de serviços, localizados no Município de Flores da Cunha.

**§ 1º** As administradoras de cartão de crédito e/ou de débito em conta corrente e outras operações assemelhadas, ficam também obrigadas a declarar, na forma do *caput*, as receitas obtidas com a cobrança de tarifas dos usuários, bem como as receitas com comissões, obtidas sobre percentual das vendas e das prestações de serviços realizadas através de cartões de crédito e/ou débito, provenientes de estabelecimentos credenciados no Município de Flores da Cunha.

**§ 2º** Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se administradora de cartões de crédito e/ou débito, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem como pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito e/ou débito, em relação aos estabelecimentos credenciados.

**§ 3º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar Convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para que este informe os dados que receber por declaração das empresas de que trata o caput e, inclusive, para que o Estado exija daquelas empresas, a transferência ao Município, a informação relativa também às prestações de serviços sujeitas ao ISS, tudo na forma que dispuser o Convênio.

**§ 4º** Caberá ao regulamento disciplinar a forma, os prazos e demais considerações necessárias ao cumprimento das obrigações de que trata este artigo.

**Art. 148.**  Os tomadores, intermediários e substitutos tributários do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, estabelecidos no Município de Flores da Cunha, ficam sujeitos, a critério do Poder Executivo Municipal, à apresentação de quaisquer declarações de dados, inclusive por meio magnético ou eletrônico, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento.

**Art. 149.** A Declaração de contribuintes com serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços do Anexo XIV, deverá ser transmitida através do sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional, de que trata o § 2º do Art. 97, de acordo com os prazos, *layout* e padrões definidos em legislação federal.

**Seção XI**

**Penalidades**

**Art. 150.**  O descumprimento de obrigação prevista na legislação tributária sujeita o infrator às seguintes penalidades:

**I -** importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, atualizado monetariamente, nas situações em que:

**a)** não recolher, total ou parcialmente, o imposto retido, na fonte ou por substituição tributária, dentro do prazo previsto;

**b)**  deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) ou emitir qualquer documento em substituição à NFS-e, sem autorização da autoridade Fazenda Municipal;

**c)** praticar crime contra a ordem tributária, definido em lei federal, não disposto neste artigo;

**d)** consignar na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), valor de prestação de serviços a menor que importe em supressão ou redução do imposto devido;

**e)** não recolher o imposto devido e não declarado, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária municipal que institui e regulamenta as declarações, no caso das pessoas jurídicas dispensadas da emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), dos prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais; e

**f)** não recolher o imposto devido, calculado com base no número de profissionais habilitados, não declarados ou declarados a menor;

**II -** importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido, atualizado monetariamente:

**a)** nas deduções de valores não legalmente previstos ou não comprovados por documentos hábeis; e

**b)** pela diferença constatada na utilização de alíquota inferior à legalmente prevista;

**III -** importância igual a 30 (trinta) URM nas situações em que:

**a)** omitir ou prestar informações incorretas ou negar-se a apresentar documentos necessários à fixação de estimativa ou à apuração do imposto, mediante intimação fiscal;

**b)** deixar de atender, no todo ou em parte, ao solicitado por meio de intimação fiscal, no prazo estabelecido;

**c)** embaraçar, iludir, dificultar ou impossibilitar, por qualquer forma, a ação fiscal;

**d)** deixar de remeter às repartições municipais documento exigido pela legislação tributária;

**e)** prestar serviços sujeitos à substituição tributária e não destacar em nota fiscal o valor do imposto a ser retido; e

**f)** contratar serviço sujeito à substituição tributária e não efetuar a devida retenção, ainda que o imposto não esteja destacado;

**IV -** importância igual a 10 (dez) URM nas situações em que:

**a)** deixar de cumprir, no todo ou em parte, com qualquer obrigação acessória a que está obrigado pela relação jurídico-tributária de que for parte, mesmo não sendo sujeito passivo de obrigação tributária principal;

**b)** não promover os registros de inscrição, alteração, e baixa cadastral dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro no órgão competente no caso das pessoas jurídicas, independentemente de sua atividade, e da data em que ocorrerem no caso dos profissionais autônomos;

**c)** exercer atividade diversa daquela para a qual foi licenciado;

**d)** utilizar indevidamente a NFS-e ou o Cupom Fiscal de Serviços (CFS), consignando operação diversa daquela para a qual foi autorizado, ou consignar atividade que não esteja sujeita à incidência do ISS;

**e)** efetuar o pagamento do ISS fora do prazo previsto, sem os acréscimos legais; e

**f)** não afixar o Alvará de Licença em local visível e de acesso ao fisco, no endereço para o qual está licenciado;

**V -** importância igual a 5 (cinco) URM, por mês de ocorrência, ao contribuinte que deixar de apresentar ou apresentar de forma incorreta, indevida ou incompleta, a Declaração Mensal de Serviços Tomados Eletrônica (DMST-e), em desconformidade com o regulamento, observada a multa máxima de 100 (cem) URM;

**VI -** importância igual a 50 (cinquenta) URM, por mês de ocorrência, aos contribuintes da área financeira, sujeitos ao controle do Banco Central do Brasil (BACEN), que deixarem de apresentar, apresentarem fora do prazo previsto, apresentarem de forma incorreta, indevida ou incompleta, Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF), em desconformidade com o regulamento;

**VII -** importância igual a 5 (cinco) URMs, por documento, ao contribuinte que emitir e/ou gerar documento fiscal em desacordo com o modelo aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda, observada a multa máxima de 100 (cem) URM;

**VIII -** importância igual a 50 (cinquenta) URM, por mês de ocorrência, à administradora de cartão de crédito e/ou de débito que omitir, apresentar fora do prazo previsto, apresentar de forma incorreta, indevida ou incompleta, as declarações a que está obrigada a prestar à Secretaria Municipal da Fazenda;

**IX** **-** importância igual a 50 (cinquenta) URMs, por mês de ocorrência, aos contribuintes que deixarem de apresentar, apresentarem fora do prazo previsto, apresentarem de forma incorreta, indevida ou incompleta, a Declaração de contribuintes com serviços referidos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista anexa, de que trata o art. 105.

**Art. 151.**  Quando o contribuinte estiver sujeito a exigências simultâneas e não excludentes, a penalidade será aplicada cumulativamente.

**Art. 152.**  A aplicação da penalidade disposta na alínea "e" do inciso IV do Art. 150 não elide o pagamento dos acréscimos previstos e não recolhidos.

**~~Art. 153.~~**~~A reincidência da infração será punida com multa em dobro, e a cada reincidência subsequente essa pena será acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor, exceto para as infrações tipificadas nas alíneas "a" e "b" do inciso VI e nos incisos VI, VIII e IX do art. 150 deste Código Tributário.~~

“Art. 153.  A reincidência da infração será punida com multa em dobro, e a cada reincidência subsequente essa pena será acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor, exceto para as infrações tipificadas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV e nos incisos VI, VIII e IX do art. 150 deste Código Tributário.” (redação dada pela Lei Complementar nº 179, de 31 de julho de 2023)

**Parágrafo único.**  O contribuinte reincidente poderá ser submetido a regime especial de fiscalização, nos termos regulamentares.

**Art. 154.** O contribuinte que deixou de cumprir suas obrigações tributárias principal e acessórias, em decorrência de discussão judicial sobre conflito de competência, relativo à incidência do imposto municipal, fica dispensado do pagamento de multas, permanecendo exigível o valor do principal do ISS atualizado monetariamente e acrescido dos juros moratórios, desde que prove o recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), relativamente ao mesmo período em apreciação em demanda judicial.

**TÍTULO III**

**TAXAS**

**CAPÍTULO I**

**TAXA DE COLETA DE LIXO**

**Seção I**

**Incidência**

**Art. 155.** A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, domiciliar ou não, prestados ao contribuinte ou colocado a sua disposição.

**Art. 156.** Para efeitos de incidência e cobrança da Taxa de Coleta de Lixo, consideram-se beneficiados pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo quaisquer imóveis, edificados ou não, inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal do Município de modo individualizado, tais como terrenos ou glebas, prédios ou edificações de qualquer tipo, que constituam unidade autônoma, residencial, comercial, industrial, de prestação de serviços ou de qualquer natureza e destinação.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 157.** São contribuintes da Taxa de Coleta de Lixo os proprietários, titulares do domínio útil ou os possuidores, a qualquer título, de imóvel localizado no território do Município de Flores da Cunha e beneficiado pelo serviço, nos termos dispostos no art. 156 desta Lei.

**Seção III**

**Base de Cálculo**

**Art. 158.** A Taxa de Coleta de Lixo, diferenciada em função da natureza, volume de resíduos e do custo estimado do serviço, terá sua base de cálculo obtida nos termos da tabela do Anexo V deste Código.

**Art. 159.** A Taxa de Coleta de Lixo não incide sobre terrenos sem edificação ou assim considerados.

**Seção IV**

**Lançamento**

**Art. 160.** A Taxa de Coleta de Lixo será lançada anualmente e simultaneamente com o IPTU.

**Parágrafo único.** Nos casos em que o serviço seja instituído ou alterado no decorrer do exercício, as taxas ou a diferença eventualmente existente serão lançadas a partir do mês seguinte ao de início da prestação dos serviços, na proporção do período faltante para o seu término, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

**Seção V**

**Arrecadação**

**Art. 161.** A arrecadação da Taxa de Coleta de Lixo poderá ser processada juntamente com o IPTU, aplicando-se, no que couber, as mesmas normas estabelecidas para o referido imposto.

**CAPÍTULO II**

**TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA**

**Seção I**

**Incidência**

**Art. 162.**  A Taxa de Licença para Localização e Permanência de Estabelecimentos de Qualquer Natureza será concedida, tendo como fato gerador o licenciamento obrigatório, as diligências realizadas, a fiscalização do cumprimento da legislação relativa à segurança, à ordem, à tranquilidade pública, em especial a urbanística, aplicável a qualquer pessoa física ou jurídica que se localize, instale ou exerça atividade no território do Município de Flores da Cunha.

**Art. 163.** O licenciamento de que trata o Art. 162, será concedido pela Secretaria Municipal da Fazenda, mediante emissão do ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA, devendo o funcionamento estar condicionado à Licença do Alvará de Bombeiros, Alvará de Saúde e Alvará Ambiental, quando for o caso, segundo as exigências da Lei pertinente.

**Art. 164.** Nenhuma pessoa física ou jurídica, ou a ela equiparável, poderá se estabelecer ou funcionar, com ou sem estabelecimento, sem a outorga do Alvará de Localização e Permanência, observadas as disposições desta lei, da Lei Complementar nº 167 de 27 de dezembro de 2021 (Código de Posturas e de Convivência Cidadã) e demais normas atinentes ao poder de polícia do município de Flores da Cunha.

**§ 1º** Considera-se estabelecimento o local do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, profissional, de prestação de serviço e similar, ainda que exercida no interior de residência, com localização fixa ou não.

**§ 2º** Entende-se por atividade ambulante a exercida em tendas, trailers, estandes ou veículos de qualquer natureza, estacionados nas vias ou logradouros públicos, na forma disciplinada pelo Código de Posturas e de Convivência Cidadã e demais normas regulamentadoras.

**Art. 165.**  A Licença para Localização e Permanência, (ALVARÁ) poderá ser concedida provisoriamente, pelo prazo de 6 (seis) meses prorrogável uma única vez por igual período.

**Parágrafo único.**  Expirado o prazo previsto neste artigo, a licença provisória tornar-se-á inválida, devendo o estabelecimento ser imediatamente fechado independente de qualquer notificação dos órgãos competentes, sujeitando ao infrator as penalidades previstas no Art. 150 deste código e, sendo o caso, sua exclusão do SIMPLES NACIONAL.

**Art. 166.**  Na liberação do ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA PROVISÓRIO, de forma eletrônica ou em meio físico, constarão no mesmo as Restrições e/ou Observações, das quais o contribuinte fica cientificado e automaticamente Notificado das sanções e penalidades a que fica sujeito em caso de não atendimento.

**§ 1º** A liberação de que trata o caput deste artigo, formaliza o compromisso do contribuinte com a Administração Municipal (TCAM), portanto deverá providenciar as regularizações a que se comprometeu para tornar seu Alvará definitivo e diante da constatação do não atendimento será punido com multa nos termos do Anexo XIII e demais penalidades previstas no Art. 150 deste Código Tributário.

**§ 2º** A prorrogação do "alvará provisório" deverá ser promovida através de requerimento, dentro dos 15 (quinze) dias que antecedem o fim do prazo, e desde que venha instruído com o pedido formal, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica, justificando os motivos pelos quais não efetivou a regularização no prazo previsto.

**Art. 167.** Será concedida a Licença para Localização e Permanência Provisória, para a localização e instalação de qualquer atividade econômica, que não estejam com plena regularização e que estão na dependência de providências e ajustes nos seguintes quesitos:

**I -** urbanização do imóvel;

**II -** habite-se da edificação.

**Art. 168.**  A Licença para Localização e Permanência Provisória será cancelada se após o prazo fixado para regularização não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela fiscalização ou sempre que o fisco julgar conveniente, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

**Art. 169.**  O Município poderá cassar, a qualquer momento, o "Alvará Provisório", com base em decisão fundamentada, para resguardar o interesse público.

**Art. 170.** A realização de feiras, exposições e similares no município de Flores da Cunha, além de satisfazer as obrigações tratadas neste Código Tributário Municipal, ficam condicionadas à Autorização Especial concedida pelo município.

**§ 1º** Considera-se feira a reunião de 3 (três) ou mais comerciantes ou vendedores aglomerados em espaço físico destinado à negociação de mercadorias ou prestação de serviços.

**§ 2º** A Autorização Especial será concedida individualmente aos participantes.

**§ 3º** Tratando-se a feira apenas de expositores, ou de feira cuja realização se der em espaços públicos ou mediante o apoio ou promoção do Município, ficam estes dispensados da Autorização Especial, desde que presente o interesse público na sua realização, manifestado expressamente pelo chefe do Poder Executivo, autorizando a sua realização.

**§ 4º** Ficam dispensados de Autorização Especial as feiras de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

**Art. 171.** As autorizações constantes no artigo anterior deverão ser requeridas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, mediante protocolo, e será analisado, previamente, por uma comissão composta por 6 (seis) membros, sendo dois representantes indicados pela Administração Pública Municipal, 2 (dois) representantes indicados pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Flores da Cunha, e 2 (dois) representantes indicados pelo Centro Empresarial de Flores da Cunha, devendo ser acompanhados dos seguintes documentos:

**I -** quitações Fazendárias Municipal, Estadual e Federal em nome do requerente;

**II -** croqui de localização dos boxes, firmado por profissional competente;

**III -** laudo de aprovação das instalações, quanto à segurança, expedido pelo Corpo de Bombeiros;

**IV -** termo de vistoria e fiscalização municipal, emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, de que foi realizada a inspeção no local a ser realizado o evento, certificando:

**a)** viabilidade urbana, mediante a verificação de que o empreendimento guarda harmonia com o meio ambiente e os aspectos urbanísticos;

**b)** a existência de espaço de estacionamento compatível com a afluência de veículos ao local, bem como as instalações sanitárias adequadas e suficientes;

**c)** o oferecimento de serviços de alimentação, em local apropriado.

**§ 1º** Obtido parecer favorável pela comissão, o pedido será colocado sob apreciação do Prefeito, ou a pessoa nomeada por este para o ato, a qual, motivadamente, apreciará o pedido.

**§ 2º** Da decisão proferida no requerimento de realização de feira não caberá recurso.

**§ 3º** A autorização concedida tem caráter precário e poderá ser revista a qualquer tempo, caso seja constatado o descumprimento dos requisitos descritos em lei.

**Art. 172.** A Taxa de Licença para funcionamento de estabelecimento em horário especial é devida por qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

**Parágrafo único.** Compreende-se por horário especial o intervalo entre às 22 (vinte e duas) horas até às 6 (seis) horas do dia seguinte.

**Art. 173.** A Licença para Localização e Permanência, provisória ou não, é comprovada pela posse do respectivo Alvará, o qual deve obrigatoriamente ser fixado em local visível ao público no estabelecimento do contribuinte ou mantida e conduzida pelo titular quando a atividade não for exercida em local fixo, sob pena de multa, nos termos do Art. 150 desta Lei Complementar.

**Art. 174.** A Licença para Localização e Permanência, abrangerá todas as atividades, desde que exercidas em um só local por um só meio e pela mesma pessoa física ou jurídica.

**Art. 175.** Os contribuintes pessoas físicas ou jurídicas, e a essas equiparadas, e/ou por elas credenciadas, são obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva ocorrência a informar ao Cadastro Econômico Fiscal:

**I -** alterações de endereço, de ramo de atividade, opção, alteração ou desenquadramento no regime tributário do simples nacional ou qualquer alteração contratual ou estatutária, mediante a correspondente exibição dos documentos pertinentes;

**II -** o encerramento de suas atividades, a fim de ser dada baixa da sua inscrição;

**III -** eventos relativos à liquidação judicial e extrajudicial;

**IV -** decretação ou reabilitação da falência;

**V -** abertura de inventário do empresário individual;

**VI -** outros assuntos de interesse fiscal, solicitados pela Administração Tributária.

**§ 1º** Far-se-á a inscrição e alterações de ofício quando necessário ou não forem cumpridas as disposições contidas neste capítulo, não eximindo o infrator das penalidades cabíveis e da obrigação de promover os respectivos pedidos de inscrição ou alteração cadastral.

**§ 2º** A inscrição de ofício terá por finalidade a identificação do infrator e o registro cadastral para fins tributários e administrativos, não implicando em concessão de Alvará de Licença de Localização e Permanência.

**§ 3º** A baixa ocorrerá de ofício sempre que constatado o não-cumprimento do disposto nos incisos II e III deste artigo.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 176.** Contribuinte da taxa de Licença para Localização e Permanência é a pessoa física ou jurídica que no Município se instale para exercer atividade comercial, industrial, de prestação de serviço ou atividade ambulante, de caráter provisório, permanente, eventual ou transitório, sujeito ao poder de polícia do Município.

**Seção III**

**Base de Cálculo**

**Art. 177.** As taxas de licença, diferenciadas em função da natureza da atividade ou do empreendimento, ou do ato praticado, serão calculadas em conformidade com a Tabela que constitui o Anexo VI deste Código.

**Seção IV**

**Não Incidência**

**Art. 178.** A Taxa de Licença correspondente ao Alvará de Localização e Permanência, não incide para a empresa com atividades de Baixo Risco, assim definidas em lei e respectiva norma regulamentadora do programa “TUDO FÁCIL EMPRESAS” ou seu substituto;

**Seção V**

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 179.** A Taxa será lançada:

**I -** em relação à Licença de Localização e Permanência, simultaneamente com a arrecadação, seja ela decorrente de solicitação do contribuinte ou ex-ofício;

**II -** em relação à Licença para Funcionamento em Horário especial e aos Ambulantes e atividades similares, simultaneamente com a arrecadação, no momento da concessão do Alvará.

**Seção VI**

**Penalidades**

**Art. 180.** O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos à licença sem o pagamento da respectiva taxa ficará sujeito à multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais cominações cabíveis e constantes no Art. 150 deste código.

**Art. 181.** O descumprimento de quais quer restrições e/ou observações citadas no Alvará conforme disposição do Art. 166, acarretará em sanções e penalidades de acordo com o Art. 150 combinado com as multas do Anexo XIII, quando for o caso.

**CAPÍTULO III**

**TAXA DE FISCALIZAÇÃO**

**Seção I**

**Incidência**

**Art. 182.** A Taxa de Fiscalização tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante, realizada por diversos meios, nos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 183.** Contribuinte da Taxa de Fiscalização é a pessoa física ou jurídica que no Município desenvolva atividades de comercio, indústria, agropecuária, prestação de serviço em geral, de caráter permanente e sujeito ao poder de polícia do Município.

**Seção III**

**Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 184.** A Taxa de Fiscalização, diferenciada em função da natureza da atividade, é calculada em função da área utilizada, conforme disposto na Tabela que constitui o Anexo VII deste código.

**Art. 185.** Para os efeitos desta Lei será considerado como área edificada, aquela identificada, no mínimo, por paredes, telhado ou estrutura semelhante, que seja utilizada no processo produtivo ou de transformação de bens e serviços.

**Art. 186.** Para os avicultores e suinocultores de pequeno e médio porte e para as entidades esportivas, sociais e salões comunitários, o valor da taxa será único, conforme especificado na Tabela que constitui o Anexo VII deste código.

**Seção IV**

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 187.** A Taxa de Fiscalização lançada anualmente, nos termos do Art. 182 e a arrecadação realizada em parcela única, no último dia útil do mês de julho.

**Art. 188.** A incidência e o pagamento da Taxa independem:

**I -** do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulares ou administrativas;

**II -** de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

**III -** do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização do local;

**IV -** do caráter permanente, eventual ou transitório do estabelecimento;

**V -** de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

**VI -** da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

**CAPÍTULO IV**

**TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**Seção I**

**Fato Gerador, Incidência e Licenciamento**

**Art. 189.** A Taxa de Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia tem como fato gerador o poder de polícia regularmente exercido pela administração pública sobre a execução de qualquer obra de construção civil, demolição, reforma, arruamentos ou parcelamento do solo no âmbito do Município de Flores da Cunha, verificando sua adequação à legislação vigente.

**Art. 190.** A Taxa de Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia incide sobre todas as obras de construção civil, reformas, reconstruções, aumentos ou demolições no âmbito do Município de Flores da Cunha, devidamente licenciados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, exceto quando se tratar de projetos habitacionais de interesse social, que obedeçam a quesitos determinados por legislação específica.

**Parágrafo único.** A Taxa incide ainda, sobre:

**I -** a fixação do alinhamento;

**II -** aprovação e licenciamento de construção e regularização de projeto;

**III -** a renovação de alvará para execução de obra;

**IV -** a vistoria para a expedição da Carta de Habitação;

**V -** aprovação de parcelamento do solo urbano;

**VI -** reparos em prédios sempre que alterarem sua destinação ou uso;

**VII -** demolição de prédios; e

**VIII -** numeração de prédios.

**Art. 191.** Nenhuma obra de construção civil será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do Município.

**Parágrafo único -** A licença para execução de obra será comprovada mediante o respectivo Alvará.

**Art. 192.** A Taxa de Vistoria de Obra Concluída para liberação do "Habite-se" incide quando o corpo técnico da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente vistoriar a obra concluída, fiscalizando se a execução está de acordo com o projeto, para a expedição da Carta de Habitação, cujo procedimento de concessão será regulamentado por Decreto.

**Seção II**

**Não Incidência**

**Art. 193.** A Taxa não incide sobre:

**I -** a limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e grades;

**II -** a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela prefeitura;

**III -** a construção de muros de contenção de encostas;

**IV -** pequenos reparos em prédios, desde que não sejam alterados, ou modificadas partes essenciais da edificação e que não sejam utilizados tapumes ou andaimes;

**V -** A construção de barracões e ou galpões destinados a guarda de materiais para obras já licenciadas, enquanto perdurar a obra.

**Seção II**

**Base de Cálculo**

**Art. 194.** A Taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada por valores fixos, tendo por base a URM, na forma da Tabela do Anexo VIII, deste Código.

**Seção III**

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 195.** A Taxa será lançada e arrecadada no ato do protocolo do pedido ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo objeto do pedido do contribuinte nos valores obtidos no Anexo VIII.

**Art. 196.** Sendo por execução de obra, o lançamento da taxa ocorrerá:

**I -** no ato do licenciamento da obra, quando comunicada pelo sujeito passivo; e

**II -** no ato da informação, quando constatado pela fiscalização.

**CAPÍTULO V**

**Taxa de SERVIÇOS DIVERSOS e do cemitério municipal**

**Seção I**

**Disposições Preliminares**

**Art. 197.** Por conveniência e interesse Municipal e por se tratar de serviço público, específico e divisível, mesmo não se tratando de serviço essencial, adota-se o regime tributário de Taxas para cobrança dos serviços previstos neste Capítulo.

**Seção II**

**Incidência e do Fato Gerador**

**~~Art.~~****~~198.~~** ~~A Taxa de Serviços Diversos ou de Expedientes Diversos e do Cemitério Municipal, diferenciadas em função da natureza do serviço serão calculadas com base no VRM – Valor de Referência Municipal, incidente sobre toda e qualquer prestação de serviços administrativos realizados pelo Município, tendo como fato gerador o fornecimento de documentos, cópias, ou a realização de atividades típicas de administração, de acordo com a Tabela que faz parte do Anexo IV.~~

“Art. 198. A Taxa de Serviços Diversos ou de Expedientes Diversos e do Cemitério Municipal, diferenciadas em função da natureza do serviço serão calculadas com base na URM – Unidade de Referência Municipal, incidente sobre toda e qualquer prestação de serviços administrativos realizados pelo Município, tendo como fato gerador o fornecimento de documentos, cópias, ou a realização de atividades típicas de administração, de acordo com a Tabela que faz parte do Anexo IV.” (redação dada pela Lei Complementar nº 179, de 31 de julho de 2023)

# Seção III

**Base de Cálculo**

**Art. 199.** A Taxa de Serviços de Expedientes Diversos e do Cemitério, será calculada e cobrada, de acordo com os serviços e seus respectivos valores relacionados na Tabela IV, deste código.

**Seção IV**

**Não Incidência**

**Art. 200.** A Taxa não incide na protocolização de requerimentos, reivindicações, recursos, reclamações e respostas, com exceção dos expedientes elencados no Anexo IV.

# Seção V

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 201.** As Taxas de Serviços Diversos, podem ser lançadas antecipada ou posteriormente, conforme o caso, e simultaneamente com o pagamento que será executado por meio de guia de arrecadação, no ato do requerimento.

**§ 1º** O Setor de Protocolo, por meio de seus servidores, não poderá fornecer qualquer documento referido nos itens do Anexo IV, sem o comprovante do pagamento da respectiva Taxa, sob pena de responsabilidade do servidor encarregado.

**§ 2º** Ocorrendo a hipótese do § 1º, o servidor responderá pelo pagamento da Taxa, cabendo-lhe o direito regressivo de reaver a quantia desembolsada junto ao contribuinte.

**§ 3º** Ressalvam-se do disposto neste artigo, os casos de isenção previstos na Seção seguinte.

**§ 4º** O indeferimento, a desistência do pedido ou a formulação de novas exigências não dão direito à restituição da Taxa paga.

# Seção VI

# Isenções

**Art. 202.** São isentos do pagamento da Taxa de Serviços de Expediente:

**I -** as associações, entidades religiosas, de utilidade pública e de caráter filantrópico;

**II -** as entidades representativas da administração direta ou indireta, de quaisquer dos Entes Públicos das esferas Federal, Estadual ou Municipal;

**III -** os servidores municipais ativos ou inativos, quanto a documentos de natureza funcional.

**CAPÍTULO VI**

**TAXA DE LICENÇA E DE EXPEDIENTE DE AMBITO AMBIENTAL**

**Seção I**

**Incidência**

**Art. 203.** A Taxa de Licença Ambiental e a Taxa de Expediente de Âmbito Ambiental incidem sobre usuários de recursos ambientais, incluindo-se os que se enquadrarem àquelas atividades que forem delegadas pelo Estado ao Município, por instrumento legal ou convênio, que devam ser submetidas ao licenciamento de competência municipal.

**Parágrafo único -** As taxas referidas no caput deste artigo são devidas pelo exercício regular do poder de polícia do Município e pela verificação das condições de recuperação, proteção, preservação e conservação do meio ambiente, com vistas à instalação ou manutenção de empreendimentos ou ao exercício de atividades que sejam efetiva ou potencialmente geradoras de impacto ambiental local.

**Art. 204.** Serão concedidas individualmente as seguintes licenças ambientais estabelecidas por esta Lei:

**I -** Licença Prévia – LP;

**II -** Licença de Instalação – LI; e

**III -** Licença de Operação – LO.

**Parágrafo único**. Serão ainda concedidas LI de Regularização e LO de Regularização para atividades em andamento ou situações já consolidadas.

**Art. 205.** Os prazos para renovação das licenças serão regulamentados pelo órgão municipal competente.

**Art. 206.** Não será cobrada taxa de licenciamento ambiental de órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quando no exercício de suas finalidades ou outras delas decorrentes.

**Art. 207.** A Taxa de Licença Ambiental terá seu valor apurado de acordo com a natureza da atividade ou do empreendimento, observando-se também o ato praticado, o tipo de licença, o porte do empreendimento e o potencial poluidor, cujas especificações constarão em norma regulamentar, a qual tomará por base a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237, de 19 de dezembro de 1997, a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) nº 102, de 13 de agosto de 2005, a Resolução nº 110, de 03 de novembro de 2005 e a Resolução nº 111, de 03 de novembro de 2005 e suas posteriores alterações, além das peculiaridades locais.

**Parágrafo único -** A Taxa de Licença Ambiental será calculada com base na URM de acordo com as tabelas do Anexo X desta Lei Complementar.

**Seção II**

**Base de Cálculo**

**Art. 208.** A Taxa de Expediente de âmbito Ambiental é definida pelo valor estabelecido nas Tabelas do Anexo X desta Lei, aplicando-se os demais dispositivos constantes no Código Tributário Municipal, em especial no que se refere ao lançamento, arrecadação, multas, juros, correção monetária, inscrição em dívida ativa e demais aspectos pertinentes.

**Art. 209.** A análise de Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança e o Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIVI), independentemente de aprovação, terão custo unitário acrescido do valor correspondente à Licença Prévia solicitada, de acordo com as tabelas do Anexo X.

**Seção III**

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 210.** A Taxa de Licença Ambiental e a Taxa de Expediente de Âmbito Ambiental serão lançadas e arrecadadas simultaneamente à entrada do requerimento ou previamente à expedição do documento ou prática do ato requerido ou, ainda, nos termos estabelecidos em ato regulamentar.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados, provenientes do licenciamento ambiental, bem como as multas de natureza ambiental, emitidas pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente serão revertidas ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA.

**Seção IV**

**Infrações e Penalidades**

**Art. 211.** Além das infrações estabelecidas na legislação federal e estadual pertinentes às exigências ambientais, que subordinam-se às penalidades próprias, também é entendido como infração sujeita a pena aplicável por esta Lei, a não solicitação do licenciamento e dos expedientes ambientais no âmbito municipal, enquadrando-se às disposições deste Código Tributário.

**CAPÍTULO VII**

**TAXA DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

**Seção I**

**Fato Gerador e Incidência**

**Art. 212.** A Taxa de Serviços de Saúde Pública (Vigilância Sanitária), fundada no Poder de Polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e do bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, a instalação, bem como o seu funcionamento, de estabelecimentos, comerciais, sociais e prestadores de serviços, onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades administrativas pertinentes à higiene e saúde pública, em observância às normas sanitárias.

**Art. 213.** A Taxa de que trata este Capítulo é devida para custear o gasto com o exercício regular do Poder de Polícia no âmbito da vigilância sanitária, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

**§ 1º** Os atos administrativos de controle e vigilância sanitária terão como objeto de verificação a observância das normas e exigências constantes da legislação federal, estadual e municipal, voltadas à proteção da saúde.

**§ 2º** Os serviços de Saúde Pública que dão origem à Taxa DE Serviços de Saúde seguem as orientações da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e, também, enquadram-se às demais exigências constantes da legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

**§ 3º** O Alvará de Saúde terá validade de 01 (um) ano contado da data de concessão.

**§ 4º** A renovação do Alvará de Saúde deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término do prazo de validade fixado no respectivo alvará, devendo ser anexados ao pedido de renovação os documentos listados em regulamento, ficando a validade do alvará automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da Secretaria Municipal de Saúde.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 214.** Considera-se contribuinte da Taxa de Serviços de Saúde Pública, toda e qualquer pessoa física ou jurídica que exerça atividade sujeita à fiscalização do órgão competente da Secretaria Municipal da Saúde.

**Seção III**

**Base de Cálculo**

**Art. 215.** A Taxa de Serviços de Saúde Pública é variável em função do ato administrativo e da natureza do fato ou atividade, sujeitos ao controle e fiscalização sanitária, conforme expresso na do Anexo XI, integrante deste Código.

**Seção IV**

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 216.** A Taxa de Serviços de Saúde Pública será lançada e arrecadada:

**I** - na licença inicial, simultaneamente à entrada do requerimento ou previamente à expedição do Alvará de Saúde correspondente ou, ainda, ex-ofício;

**II** – anualmente, até o dia 31 de março de cada ano.

**§ 1º** As sociedades esportivas ou recreativas com piscina não se incluem no prazo do inciso II e devem recolher até 31 de outubro de cada ano.

**§ 2º** Vencidos os prazos estipulados neste artigo, os valores ficam sujeitos aos acréscimos e às demais imposições previstas neste código.

**§ 3º** A Taxa de Serviços de Saúde Pública será aplicada para os estabelecimentos relacionados direta ou indiretamente com a saúde pública, que exerçam atividades fiscalizadas pela vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

**Seção V**

**Infrações e Penalidades**

**Art. 217.** Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis às infrações sanitárias, aplicar-se-ão punições com multa, conforme previsão na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e no Código Sanitário Estadual e/ou Municipal, às infrações de cunho sanitário, classificadas em leves, graves, gravíssimas e de destinação indevida de lixo contaminado, de acordo com a Tabela do Anexo XI desta Lei.

**Parágrafo único -** As infrações às normas indicadas no caput deste artigo são punidas com:

**I –** advertência;

**II –** multa;

**III –** apreensão de produtos;

**IV –** inutilização de produtos;

**V –** suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;

**VI –** denegação, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento;

**VII –** intervenção

**CAPÍTULO VIII**

**TAXA DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM**

**Seção I**

**Fato Gerador e Incidência**

**Art. 218.** A Taxa de Serviços de Inspeção Municipal - SIM - dos Produtos de Origem Animal é devida em razão do exercício regular do Poder de Polícia no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura.

**Art. 219.** A Taxa de Serviços de Inspeção Municipal - SIM, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e do bem estar da população, tem como fato gerador a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, nos estabelecimentos registrados no serviço de inspeção Municipal, em observância às normas sanitárias estabelecidas em Lei específica, respeitadas a legislação federal e estadual.

**Art. 220.** O Capítulo VIII (SIM) fica sujeito às Leis Estaduais e Federais pertinentes.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 221.** O sujeito passivo da Taxa de Serviços de Inspeção Municipal - SIM é a pessoa física ou jurídica que executar atividades sujeitas à inspeção sanitária e industrial prevista em Lei específica.

**Art. 222.** Estão isentos da Taxa de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, para o objeto desta lei:

**I -** os estabelecimentos com a finalidade educativa (escolas) e produtos com finalidade experimental;

**II -** os estabelecimentos de agroindústria familiar, cuja família se enquadre nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;

**III -** as associações de produtores da agroindústria familiar que estiveram registradas no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, que deverão ser formadas por, no mínimo, 90% (noventa por cento) de associados enquadrados no PRONAF.

**Parágrafo único.** No caso de não mais existir o PRONAF, o enquadramento para o inciso II do § 1º deste artigo será o programa que vier a substituí-lo ou, inexistindo tal substituição, será considerado isento o micro produtor rural, assim considerado nos termos da lei.

**Seção III**

**Base de Cálculo**

**Art. 223.** A base de cálculo da Taxa de Serviços de Inspeção Municipal - SIM, é fixada em URM, diferenciada em função da atividade do contribuinte, classificação do estabelecimento e por tipo e quantidade de produtos, na forma do Anexo XII desta Lei.

**Seção IV**

**Lançamento e Recolhimento**

**Art. 224.** A Taxa relativa aos procedimentos de registro presentes na Tabela de Atividades constante no Anexo XII, será lançada por ocasião do requerimento do serviço de registro.

**Art. 225.** A Taxa relativa aos procedimentos de inspeção sanitária de produtos de origem animal, constante da referida Tabela de Atividades, será lançada com base no mapa de produção mensal, que deverá ser apresentado pelo contribuinte e devidamente homologado pela Secretaria Municipal da Agricultura ao término do mês da produção.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo implicará na imposição da penalidade prevista no regulamento específico.

**Art. 226.** O pagamento da Taxa de procedimentos de registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM far-se-á no ato do protocolo, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte.

**Art. 227.** O pagamento da Taxa de procedimentos de inspeção sanitária de produtos de origem animal far-se-á após a entrega do mapa de produção, com vencimento para o 5º dia útil do mês subsequente ao da produção.

**Art. 228.** A Taxa de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal, a Taxa de Registro no Serviço de Inspeção Municipal e os valores arrecadados de Autos de Infração, decorrentes do Serviço de Inspeção Municipal serão destinadas ao caixa único até a criação do Fundo Municipal específico.

**Seção V**

**Infrações e Penalidades**

**Art. 229.** O descumprimento de alguma das condições de que trata o Art. 222 desta lei, bem como, em casos de fraude, dolo ou má-fé, implicará no cancelamento do registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM e aplicação de multa prevista no Decreto Executivo regulamentador.

**Art. 230.** O valor total das multas será calculado, levando-se em consideração a sua gravidade, o histórico do autuado e, será ajustado pelos fatores de redução e/ou fatores de adição, conforme forem as circunstâncias, segundo as normas regulamentadoras.

**Art. 231.** Para fins de aplicação das sanções de apreensão ou condenação das matérias primas e dos produtos de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou que se encontrem alterados ou adulterados, será aplicada, sem prejuízo de outras previsões constantes em regulamento.

**TÍTULO IV**

**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**Seção I**

**Fato Gerador, Incidência e Cálculo**

**Art. 232.** A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel localizado em zona beneficiada, diretamente ou indiretamente, por obra pública, realizada pelo Município.

**Parágrafo único -** É considerada zona de influência, para efeitos deste artigo, a correspondente aos logradouros cujas propriedades forem beneficiadas diretamente pelas obras públicas de pavimentação.

**Art. 233.** A Contribuição de Melhoria será devida a partir da valorização do imóvel decorrente da execução das seguintes obras públicas, desde que não caracterize a incidência de outros tributos:

**I -** abertura ou alargamento de rua, construção de parque, estrada, ponte, túnel e viaduto;

**II -** nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de logradouros;

**III -** instalação de rede elétrica, de água e esgoto pluvial ou sanitário;

**IV -** proteção contra inundação, drenagem, retificação e regularização de curso de água e saneamento;

**V -** aterro, ajardinamento e obra urbanística em geral;

**VI -** construção ou ampliação de praças e obras de embelezamento paisagístico em geral;

**VII -** construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

**VIII -** outras obras similares, de interesse público.

**Art. 234.** A determinação da Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel far-se-á rateando, proporcionalmente ao número de metros lineares de testada, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, as expensas havidas pelo ente público, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**Art. 235.** Caberá ao Setor competente da Administração Municipal determinar, para cada obra, o valor a ser ressarcido pela Contribuição de Melhoria, observado o custo total ou parcial fixado.

**Art. 236.** A cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente da pavimentação asfáltica ou com paralelepípedo em logradouros públicos terá como limite o total dos custos dos materiais utilizados para execução das obras, e compreenderá as despesas com:

**I –** Na pavimentação asfáltica:

**a)** asfalto (emulsão asfáltica);

**b)** areia;

**c)** brita;

**d)** tubos para saneamento;

**e)** material para o preparo do leito;

**f)** cimento;

**g)** tijolos, meio-fio e pinturas;

**h)** macadame.

**Parágrafo único -** Na pavimentação asfáltica de logradouros públicos, as despesas realizadas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, mão-de-obra para execução, todo e qualquer trabalho de máquinas, caminhões e equipamentos, e encargos decorrentes destes itens são de responsabilidade do Município.

**II –** Na pavimentação com paralelepípedos:

1. estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração e execução, financiamento e os encargos respectivos;
2. paralelepípedos;
3. lajes;
4. areia;
5. brita;
6. tubos para saneamento;
7. material para o preparo do leito;
8. cimento;
9. mão-de-obra;
10. cordões meio-fio;
11. macadame.

**§ 1º -** Na pavimentação com paralelepípedos, o Município arcará com os custos dos serviços de máquinas para a pavimentação, com o material, a mão-de-obra e serviços de máquinas para a instalação do saneamento.

**Art. 237.** Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão competente da Prefeitura, com base no disposto nos artigos 95 e 97 desta Lei, adotará os seguintes procedimentos:

**I** -delimitará, em planta, a zona de benefício da obra;

**II -** individualizará, com base na testada, os imóveis localizados na zona de influência da obra;

**III** - calculará o valor máximo da contribuição de melhoria relativa a cada imóvel mediante a seguinte fórmula:

CM = C x T x L/2 onde

CM = Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel

C = Custo da obra a ser ressarcido por metro quadrado

T = Testada do imóvel

L/2 = Metade da Largura do logradouro público

**IV** – calculará a valorização de cada imóvel por comissão composta por membros designados por decreto executivo, mediante a seguinte fórmula:

V = VP – VA, onde

V = Valorização do Imóvel

VP = Valor do imóvel posteriormente à realização da obra

VI = Valor do imóvel anteriormente à realização da obra

**V** - o valor final da Contribuição de Melhoria será o que traduzir a valorização de cada imóvel (cálculo do inciso IV), não excedendo o valor apurado por cálculo mediante o custo da obra (cálculo do inciso III);

**VI** – a comissão de que trata o inciso IV deste artigo procederá com as notificações elencadas no Decreto-lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967.

**Seção II**

**Sujeito Passivo**

**Art. 238.** O sujeito passivo da obrigação tributária é o titular do imóvel beneficiado ao tempo do lançamento do tributo.

**Art. 239.** Para efeitos desta Lei, considera-se titular do imóvel o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se esta responsabilidade aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

**§ 1º** No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta ou foreiro.

**§ 2º** No caso de bens indivisos, o lançamento poderá ser realizado em nome de um só dos titulares, cabendo a este o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couber.

**§ 3º** Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer com edificações, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

**Seção III**

**Programa de Execução de Obras**

**Art. 240.** As obras públicas, que justifiquem a cobrança de Contribuição de Melhoria, enquadrar-se-ão em dois programas de realização.

**I –** Ordinário,quando referente a obras prioritárias estabelecidas pelo Executivo;

**II –** Extraordinário, quando referente à obra de interesse geral, mas cuja execução tenha sido solicitada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis a serem diretamente beneficiados.

**Seção IV**

**Lançamento e Arrecadação**

**Art. 241.** O lançamento do tributo incidente pela realização de cada obra pública será precedido:

**I -** da publicação de edital contendo:

**a)** memorial descritivo do projeto;

**b)** orçamento do custo da obra;

**c)** determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pelo sujeito passivo com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados; e

**d)** relação dos imóveis beneficiados por obra pública; e

**II -** da fixação do prazo, não inferior a 30 (trinta) dias contados da data da publicação do edital, para eventual impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

**Parágrafo único.** As regras ao lançamento de Contribuição de Melhoria, quando omissas as normas desta Seção, serão as dispostas no Código Tributário Nacional e nas leis complementares à Constituição que o modifiquem.

**Art. 242**. A impugnação prevista no inciso II do artigo anterior será feita através de requerimento, expondo o contribuinte as razões de sua reclamação.

**Parágrafo único.** Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o inciso I do artigo anterior.

**Art. 243.** O lançamento em nome do contribuinte será procedido quando executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para exigência do tributo, aplicadas as normas estabelecidas para o IPTU no que couber.

**Parágrafo único.** Entregue a obra gradativamente ao público, a juízo do Poder Executivo, a Contribuição de Melhoria poderá ser exigida proporcionalmente ao custo da parte já concluída.

**Art. 244.** A notificação do lançamento ao contribuinte, diretamente ou por edital, conterá:

**I —** identificação do contribuinte e valor da Contribuição de Melhoria;

**II —** elementos que integram o respectivo cálculo;

**III** **—** prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

**IV** **—** local do pagamento;

**V** **—** prazo para impugnação.

**Parágrafo único.** Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá apresentar reclamações por escrito contra:

**I** **—** erro na localização ou na testada do imóvel;

**II —** o valor da contribuição;

**III** **—** o número de prestações;

**IV** — outros elementos constantes no edital prévio.

**Art. 245.** Os requerimentos de impugnação de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras nem terão efeito de obstar a Prefeitura Municipal a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 246.** A Contribuição de Melhoria poderá ser paga de um só vez ou parceladamente.

**§ 1º** O pagamento parcelado poderá ser efetuado em até 36 (trinta e seis) meses, com juros de 12% ao ano.

**§ 2º** O valor das prestações será calculado multiplicando-se o valor original da Contribuição de Melhoria pelo coeficiente respectivo ao número de meses do parcelamento constante na Tabela Price, que constitui o Anexo IX desta Lei.

**§ 3º** O vencimento da parcela única e das prestações mensais, que não será em prazo inferior a 30 dias após a notificação do lançamento, será fixado no edital.

**§ 4º** A antecipação ou a quitação geral das parcelas a vencer poderá ser efetuada pelo contribuinte a qualquer momento.

**Art. 247.** O atraso no pagamento da Contribuição de Melhoria estará sujeito a multa, juros e atualização nos termos deste Código.

**Art. 248.** Ficam excluídos da incidência da Contribuição de Melhoria os imóveis de propriedade do Poder Público, exceto os prometidos à venda e os submetidos a regime de enfiteuse, aforamento ou concessão de uso.

**Art. 249.** A Contribuição de Melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a sua transmissão.

**Art. 250.** Ao proprietário fica assegurado o direito de receber a obra dentro do prazo fixado pelo plano.

**Art. 251.** O Poder Executivo Municipal determinará a prioridade na execução das obras, considerando a legislação vigente e os aspectos administrativos na execução dos serviços urbanos.

**Art. 252.** O Poder Executivo poderá fixar à aplicação da Contribuição de Melhoria os prazos e as condições de arrecadação necessários em cada caso.

**TÍTULO V**

**NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 253.** As pessoas físicas ou jurídicas sujeitas a tributos municipais facilitarão a fiscalização, por todos os meios a seu alcance, ficando especialmente obrigados a:

**I –** conservar em bom estado, durante 5 (cinco) exercícios completos, e apresentar, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária que sirva de comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

**II -** prestar informações e esclarecimentos que, a juízo das autoridades competentes, se relacionem com o fato gerador de tributos.

**Art. 254.** Não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.

**Art. 255.** São também obrigados, mediante intimação escrita, a prestar às autoridades fiscais do Município todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

**I -** os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

**II -** os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

**III -** as empresas de administração de bens;

**IV -** os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

**V -** os inventariantes;

**VI -** os síndicos, comissários e liquidatários; e

**VII -** as pessoas físicas ou jurídicas que interferem em operações alcançadas pelo imposto, bem como as que recebem e expedem documentos relacionados com as mesmas operações.

**Art. 256.** Os terceiros a que se refere o inciso VII do artigo anterior são obrigados a prestar aos agentes do fisco municipal as informações solicitadas e a exibir, sempre que exigido, os livros fiscais e contábeis e todos os documentos ou papéis, já arquivados ou em uso, que forem julgados necessários à fiscalização, franqueando-lhes os seus estabelecimentos.

**Art. 257.** Aplicam-se às relações entre a Receita Municipal e as pessoas obrigadas ao pagamento dos tributos municipais ou penalidades pecuniárias as normas de direito tributário constantes do Código Tributário Nacional e de leis complementares à Constituição que o modifiquem.

**CAPÍTULO II**

**ARRECADAÇÃO**

**Art. 258.** O pagamento de tributo será efetuado pelo contribuinte, responsável ou terceiros, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

**Parágrafo único.** Em atenção às peculiaridades de cada tributo e no interesse do erário municipal, é facultado ao Poder Executivo estabelecer novos prazos e formas de pagamento de tributos.

**Art. 259.** O pagamento de tributos será feito diretamente ao Município e nos estabelecimentos bancários autorizados e seus postos de atendimento devidamente credenciados.

**Art. 260.** É facultado o pagamento antecipado do imposto (ITBI) correspondente à extinção do usufruto, quando da alienação do imóvel com reserva daquele direito na pessoa do alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

**Parágrafo único.** O pagamento antecipado nos moldes do artigo anterior, elide a exigibilidade do imposto quando da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação tributária.

**Art. 261.** Os tributos lançados fora dos prazos normais, em virtude de inclusões ou alterações, serão arrecadados respeitando as especificações pertinentes a cada tributo.

**§ 1º** Relativamente ao IPTU, o vencimento se dará 30 (trinta) dias após a data da notificação, respeitado o Art. 34, no quesito das parcelas e cota única quando for o caso.

**§ 2º** No tocante ao ISS, serão observadas as seguintes situações:

**I –** quando se tratar de atividade sujeita ao ISS Fixo (autônomos), o parcelamento será em até 3 (três) parcelas mensais e consecutivas respeitados os seguintes critérios:

**a)** para as inscrições realizadas até o mês de agosto o pagamento da primeira parcela deverá ser no ato da solicitação da Licença de Localização e Permanência;

**b)** após o mês de agosto a quitação deverá ocorrer em parcela única no ato da solicitação da Licença de Localização e Permanência.

**II -** quando se tratar de atividade sujeita à incidência com base no preço do serviço (estimativa), em harmonia com o inciso II do Art. 107 deste código, no prazo de 30 (trinta) dias da intimação para o período vencido;

**§ 3º** Referente a Licença de Localização e Permanência, no ato da solicitação do licenciamento.

**Art. 262.** Os valores decorrentes de infrações e penalidades não recolhidos no prazo assinalado no Art. 347, serão corrigidos monetariamente e acrescidos da multa e dos juros de mora por mês ou fração, calculados na forma do Art. 263 deste capítulo.

**Art. 263.** Os tributos não recolhidos nos prazos previstos, inscritos ou não na Dívida Ativa, terão seu valor atualizado monetariamente, ou seja, serão acrescidos de multa moratória e juros de mora.

**§ 1º** A multa referida no caput deste artigo, será calculada à razão de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

**§ 2º** Para o cálculo dos juros de mora, também abordado no caput deste artigo, será utilizada a Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês de quitação.

**Art. 264.** Os prazos fixados neste Código serão contínuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

**Parágrafo único.** Os prazos só se iniciam e vencem em dia útil e de expediente normal da repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato.

**Art. 265.** As penalidades infracionais não quitadas no vencimento estarão sujeitas à incidência de juros moratórios e de atualização monetária, na forma expressa pelo Art. 263 deste capítulo.

**Art. 266.** Os juros de mora e as multas moratórias não incidirão sobre a parte dos valores de tributos discutidos judicialmente, desde que suportados por depósitos judiciais efetuados até as datas de vencimento do tributo, pelos seus valores integrais e devidamente autorizados pelo Poder Judiciário.

**Art. 267.** O recolhimento do tributo não importa em presunção, por parte do Município, para quaisquer fins de legitimidade de propriedade, domínio útil ou de posse do imóvel, nem do regular parcelamento do solo ou da edificação levantada sobre o terreno, tão pouco do regular exercício da atividade exercida ou da normalidade das condições do respectivo local.

**CAPÍTULO III**

**RESTITUIÇÃO**

**Art. 268.** Os valores indevidamente recolhidos em pagamento de créditos tributários, serão restituídos, no todo ou em parte, seja qual for a modalidade de pagamento realizado pelo sujeito passivo, desde que constatado o recebimento pela Secretaria Municipal da Fazenda, nos seguintes casos:

**I -** pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

**II -** erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

**III -** reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

**Art. 269.** O sujeito passivo terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, observadas as condições ali fixadas.

**Art. 270.** A restituição total ou parcial de tributos abrangerá, também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

**§ 1º** As importâncias objeto de restituição serão corrigidas monetariamente com base na variação da URM.

**§ 2º** A incidência da correção monetária observará como termo inicial, para fins de cálculo, a data do efetivo pagamento pelo contribuinte e, como termo final, a data do deferimento pela autoridade julgadora.

**Art. 271.** A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, em transferência do respectivo encargo financeiro, será feita somente a quem provar haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

**Parágrafo único**. As restituições dependerão de requerimento do Sujeito Passivo, dirigido ao titular da Fazenda Municipal, cabendo recurso para o Prefeito Municipal.

**Art. 272.** Atendendo à natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o titular da Fazenda Municipal propor que a restituição do valor se processe mediante a compensação com crédito do Município, cabendo a opção ao contribuinte.

**Art. 273.** Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas vincendas, a partir da data da decisão definitiva na esfera administrativa, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

**Art. 274.** O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

**I -** nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 268, da data do pagamento;

**II -** nas hipóteses do inciso III do artigo 268, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a ação condenatória.

**Art. 275.** Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

**Parágrafo único**. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 276.** A Restituição se dará através de transferência Bancária ou a boca do caixa para o sujeito passivo da obrigação tributária.

**Parágrafo único**. A titularidade dos dados bancários, devem ser pertinentes ao Sujeito Passivo, exceto as situações contempladas pelo Art. 271 deste capítulo.

**Art. 277.** Outras regulamentações poderão ser baixadas pelo titular da Secretaria Municipal da Fazenda.

**CAPÍTULO IV**

**COMPENSAÇÃO**

**Art. 278.** Fica a Administração Municipal autorizada a proceder à compensação de créditos tributários ou não tributários vencidos, com créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Receita Municipal.

**§ 1º** A compensação se procederá nos seguintes termos:

**I –** créditos tributários e não tributários vencidos com precatórios, cujo titular seja o sujeito passivo em mora, respeitada a ordem cronológica de pagamento e até o limite de valor estabelecido pela Secretaria Municipal da Fazenda no momento da compensação;

**II –** créditos tributários e não tributários vencidos com créditos licitados do sujeito passivo em mora;

**III –** créditos tributários e não tributários com outros créditos não compreendidos nos incisos anteriores, ouvidas a Secretaria Municipal da Fazenda e a Procuradoria Geral do Município;

**IV –** créditos tributários vencidos com créditos decorrentes de indébitos tributários, apurados por meio de Processo Administrativo Tributário, do mesmo sujeito passivo ou de decisão judicial transitada em julgado.

**§ 2º** Os precatórios, mencionados no inciso I do § 1º deste artigo, são aqueles constituídos contra o Município de Flores da Cunha.

**§ 3º** Uma vez deferida a compensação, mediante créditos de precatórios, eventual saldo apurado em favor do sujeito passivo será pago na forma originalmente constituída, sempre observada a ordem de precatórios e o limite de valor estabelecido pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 4º** Os créditos de natureza não tributária somente podem ser objeto de compensação, na forma desta lei, se regularmente inscritos em Dívida Ativa.

**§ 5º** É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

**§ 6º** Os pedidos de compensação de créditos, instruídos na forma que dispuser a legislação, são analisados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**CAPÍTULO V**

**IMUNIDADES E ISENÇÕES**

**Seção I**

**Disposições Gerais**

**Art. 279.** Considera-se imunidade condicionada a exclusão da competência tributária suscetível de prova quanto ao atendimento dos requisitos constitucionais.

**Art. 280.** Qualquer entidade poderá obter o reconhecimento de sua imunidade tributária condicionada requerendo junto à Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do regulamento, o registro dessa condição nos Cadastros do Município, mediante declaração de que atende os requisitos legais e constitucionais.

**§ 1º** Em se tratando de partido político, inclusive suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a entidade deverá declarar que atende os seguintes requisitos:

**I -** não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

**II -** aplica integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais; e

**III -** mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

**§ 2º** O registro infere a presunção de que a entidade preenche os requisitos exigidos.

**§ 3º** O reconhecimento da imunidade alcançará somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais da entidade.

**§ 4º** Enquanto não apresentar o requerimento e a declaração referida no *caput*, a entidade será considerada sujeito passivo dos impostos municipais.

**§ 5º** Constatando-se, a qualquer tempo, que a entidade não preenche os requisitos legais ou constitucionais, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício.

**Art. 281.** A concessão de isenção e o reconhecimento de imunidade tributária não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias, nem da aplicação das penalidades cabíveis para os casos de descumprimento.

**Art. 282.** As entidades e pessoas imunes de que trata a Constituição Federal são obrigadas à observância de todas as condições estabelecidas no Texto Maior, bem como na legislação infraconstitucional, para o registro da imunidade junto ao Município de Flores da Cunha.

**Art. 283.** A concessão de isenções sempre se fundamenta em razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter de favor ou privilégio.

**Art. 284.** A isenção deverá ser requerida nos prazos fixados na legislação tributária, mediante petição devidamente instruída com a prova quanto ao atendimento dos requisitos ou condições.

**Art. 285.** As normas que disciplinarão o processo de solicitação do benefício fiscal serão estabelecidas por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 286.** A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

**I** - verificada a inobservância dos requisitos para a sua concessão; e

**II** - desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

**Art. 287.** As isenções não abrangem as taxas e contribuições de melhoria, salvo as exceções legalmente previstas.

**Art. 288.** A União, os Estados, suas autarquias e fundações ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria decorrente de obra pública executada pelo Município.

**Parágrafo único –** A isenção do pagamento da contribuição de melhoria será concedida de ofício pela Administração.

**CAPÍTULO VI**

**DÍVIDA ATIVA**

**Seção I**

**Inscrição**

**Art. 289.** Constituem Dívida Ativa, os créditos de natureza tributária ou não tributária, regularmente inscritos na Secretaria Municipal da Fazenda, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, por Lei ou por decisão final proferida em processo regular.

**Art. 290.** São de natureza tributária os créditos provenientes de obrigações legais relativas à tributos e respectivos adicionais e multas.

**Art. 291.** São de natureza não tributária os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, devidos à Fazenda Pública Municipal.

**Art. 292.** Todos os débitos fiscais não adimplidos no prazo legal poderão ser imediatamente inscritos em dívida ativa, respeitadas as hipóteses de suspensão da sua exigibilidade.

**Art. 293.** A inscrição do crédito tributário em dívida ativa far-se-á, obrigatoriamente, até 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte àquele em que o tributo é devido.

**Parágrafo único.** No caso de tributos lançados fora dos prazos normais, a inscrição do crédito tributário far-se-á até 60 (sessenta) dias após o prazo de vencimento.

**Art. 294.** O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

**I -** o nome do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um ou de outros;

**II -** a quantia devida e a maneira de calcular os juros, a multa de mora e acréscimos legais, inclusive atualização monetária;

**III -** a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

**IV -** a data em que foi inscrita;

**V -** o número do processo administrativo ou do auto de infração que deu origem ao crédito, conforme o caso.

**§ 1º** A Certidão de Dívida Ativa – CDA, conterá além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha ou ficha de inscrição e poderá ser extraída através de processamento eletrônico.

**§ 2º** Procedida a inscrição em dívida ativa, o crédito tributário e não tributário será cobrado pela via administrativa podendo ser inscrito em cadastros de inadimplentes ou remetido a protesto, na forma indicada em decreto.

**§ 3º** Após o procedimento de que trata o parágrafo anterior, sem pagamento, a Certidão de Dívida Ativa, representativa do crédito será enviada à Procuradoria Geral do Município - PGM para imediata execução fiscal e/ou protestada na forma indicada em decreto.

**Seção II**

**Parcelamento**

**Art. 295.** O parcelamento do crédito tributário e não tributário inscrito ou não em dívida ativa será disciplinado por Decreto Executivo, respeitado o limite máximo de 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas com juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, nos termos da “Tabela Price” constante no Anexo IX deste código**.**

**§ 1º -** O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

**§ 2º -** O não pagamento de 03 (três) parcelas, fixadas no respectivo acordo, automaticamente implicará no vencimento das demais parcelas subsequentes e importará na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

**§ 3º -** As parcelas não poderão ter valor unitário inferior ao equivalente a 2,25 (duas) URM.

**Seção III**

**Cancelamento**

**Art. 296.** Serão cancelados por ato do Poder Executivo os débitos fiscais:

**I –** legalmente prescritos;

**II –** de responsabilidade do contribuinte que tenha falecido sem deixar bens que exprimam valor e sem possibilidade de redirecionamento do processo contra eventuais responsáveis;

**III –** de responsabilidade de contribuinte que tenha tido sua falência decretada, sem que tenham sido encontrados bens para serem arrecadados ou que os bens arrecadados tenham sido insuficientes para o pagamento dos créditos preferenciais, quando não for possível o redirecionamento eficaz contra os responsáveis tributários, sem prejuízo da inclusão do crédito junto ao processo falimentar;

**IV –** nos processos movidos contra pessoas jurídicas dissolvidas, em que não encontrados bens sobre os quais possam recair a penhora ou o arresto, desde que a responsabilização pessoal dos respectivos sócios e/ou administradores seja juridicamente inviável ou tenha se revelado ineficaz, por não terem sido encontrados bens penhoráveis;

**V –** constituídos posteriormente à data de baixa da inscrição municipal do contribuinte pessoa jurídica ou profissional autônomo, quando os efeitos da baixa forem retroativos.

**Art. 297.** Os cancelamentos de que tratam os incisos II, III e IV do Art. 296 serão efetivados, desde que fiquem provadas as condições estabelecidas, ouvida a Auditoria Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda e a Procuradoria Geral do Município, mediante Processo Administrativo Fiscal.

**CAPÍTULO VII**

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**Seção Única**

**Expedição e de Seus Efeitos**

**Art. 298.** A prova de quitação do tributo será feita exclusivamente por certidão negativa regularmente expedida nos termos em que tenha sido requerida pelo sujeito passivo ou interessado.

**Parágrafo único.** O prazo de validade da Certidão será regulamentado por Decreto Executivo e não poderá ultrapassar a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

**Art. 299.** A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

**Parágrafo único.** Quanto as espécies de certidões previstas neste Capítulo e as demais certidões que, no interesse da Administração Tributária, venham a ser instituídas, os prazos de validade e os requisitos a serem observados na emissão das certidões, serão regulamentados por Decreto Executivo, com observância as disposições do Código Tributário Nacional.

**Art. 300.** As certidões terão eficácia dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destinam, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, Direta ou Indireta.

**Art. 301.** As certidões tratadas neste capítulo poderão ser emitidas por meio físico ou eletrônico.

**TÍTULO VI**

**PENALIDADES E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA**

**CAPÍTULO I  
PENALIDADES EM GERAL**

**Seção I**

**Disposições Gerais**

**Art. 302.** Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo, responsável ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária.

**Parágrafo único.** A responsabilidade por infração da legislação tributária, salvo exceções previstas, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 303.** Será considerado infrator todo aquele que se omitir, cometer, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração.

**Art. 304.** Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

**Art. 305.** A responsabilidade por infração é excluída pela sua denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos acréscimos cabíveis ou depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração.

**Parágrafo único.** Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

**Art. 306.** A lei tributária que define infração ou lhe comine penalidade aplica-se a fatos anteriores à sua vigência em relação a ato não definitivamente julgado quando:

**I -** exclua a definição de determinado fato como infração; e

**II -** comine penalidade menos severa que a prevista para o fato.

**Art. 307.** As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

**I -** aplicação de multas;

**II -** proibição de negociar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;

**III –** cancelamento ou suspensão de benefícios, assim entendidas as concessões outorgadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial de tributos;

**IV -** sujeição ao regime especial de fiscalização.

**Parágrafo único.** Ao coautor serão aplicadas as mesmas cominações impostas ao autor.

**Art. 308.** A aplicação de penalidade de qualquer natureza não dispensa:

**I -** o pagamento do tributo e dos acréscimos cabíveis;

**II -** o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais que couberem.

**III -** a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

**Art. 309.** Apurando-se a prática de mais de uma infração, seja por descumprimento de obrigação tributária acessória ou principal, pelo mesmo sujeito passivo, aplicar-se-ão cumulativamente as penas a elas cominadas.

**Art. 310.** Reincidência é a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo sujeito passivo, dentro do prazo de cinco anos contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

**Art. 311.** Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

**Art. 312.** A proibição a que se refere o inciso II do Art. 307 deste capítulo, não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

**Art. 313.** O Secretário Municipal da Fazenda baixará instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso, na aplicação do regime especial.

**Seção II**

**Multas por Infrações**

**Art. 314.** As multas por infrações a que se refere este Código Tributário Municipal, serão lançadas por Auto de Infração, tomando-se, segundo o tipo de infração, como base de cálculo:

**I -** a Unidade de Referência Municipal (URM); e

**II -** o valor do tributo devido, corrigido monetariamente.

**Art. 315.** Apurando-se, numa mesma ação fiscal, a prática de infração por mais de um sujeito passivo, caberá a aplicação de penalidades a todos os envolvidos.

**Art. 316.** Em se tratando de lançamento por Auto de Infração de débito tributário de pessoa jurídica optante do Simples Nacional, o valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de penalidade pecuniária e onerações de mora na forma prevista na legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, conforme disposições da legislação federal, especialmente a Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006.

**Art. 317.** Na reincidência de quaisquer das infrações cometidas, sempre que constatada, as penalidades previstas serão aplicadas em dobro.

**Parágrafo único.** Constitui reincidência a repetição da mesma infração, pela mesma pessoa física ou jurídica, quando praticada em tempo inferior a 2 (dois) anos.

**Art. 318.** Eventual modificação de entendimento jurídico-tributário que, necessariamente não decorra de Lei e que represente maior ou nova oneração ao contribuinte, será comunicada por meio de orientação fiscal formal ou oficialmente publicada na imprensa local.

**Art. 319.** Sem prejuízo da atualização monetária e dos juros moratórios, segundo esta Lei, a falta de recolhimento dos tributos no prazo regulamentar constitui infração tributária e implicará na aplicação das seguintes penalidades:

**I -** quando o pagamento do ISS for efetuado antes da ação fiscal, fica sujeito às disposições do Art. 263 deste Código;

**II -** quando o lançamento for efetuado em decorrência de ação fiscal (Auto de Infração e Notificação de Lançamento Tributário) do ISS, multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do tributo devido, monetariamente atualizado, não pago ou pago a menor.

**Parágrafo único**.O valor da multa pecuniária referida no inciso II, deste artigo, será reduzido em 50% (cinquenta por cento), se recolhido pelo valor total do lançamento tributário, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da Notificação ou da lavratura do Auto de Infração e, em 20% (vinte por cento), se recolhido integramente, dentro de 30 (trinta) dias após a decisão de indeferimento na Primeira Instância.

**Art. 320.** Procedimentos de inscrição, alteração de dados e de baixa, quando realizados de ofício, não eximem o contribuinte do pagamento da multa decorrente de sua omissão.

**Seção III**

**Proibição de Transacionar com a Administração Municipal**

**Art. 321.** Os contribuintes que se encontrarem em débito com a Secretaria Municipal da Fazenda, não poderão dela receber as quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestações de serviços para os Órgão da Administração Direta ou Indireta do Município, bem como gozarem de quaisquer benefícios fiscais.

**Parágrafo único.** A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

**Seção IV**

**Cancelamento ou Suspensão de Benefícios**

**Art. 322.** Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões outorgadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.

**Parágrafo único.** A suspensão ou cancelamento será determinado pelo Secretário Municipal da Fazenda.

**CAPÍTULO II**

**CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA**

**Seção Única**

# Crimes e infrações

**Art. 323.** A constatação de indícios de cometimento de crimes contra a ordem tributária, quando apurados pela Fiscalização Auditoria Tributária, deverá ser comunicada à autoridade policial competente e/ou ao Ministério Público.

**Parágrafo único.** Na ausência de disposição expressa em Lei Municipal quanto à representação fiscal para fins penais, adota-se a legislação federal pertinente.

**Art. 324.** Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa da Fiscalização Tributária quanto a infrações, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

**TÍTULO VII**

**ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**CAPITULO I**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

**Seção I**

**Procedimento Administrativo Fiscal**

**Art. 325.** O procedimento administrativo fiscal compreende o conjunto dos seguintes atos e formalidades:

**I -** Atos:

**a)** fiscalização;

**b)** apreensão;

**c)** suspensão ou interdição.

**II -** Formalidades:

**a)** Termo de Intimação para quaisquer providências de ordem fiscal ou tributária;

**b)** Mandado de Fiscalização;

**c)** Termo de Início de Ação Fiscal;

**d)** Termo de Retirada/Entrega de Documentos ou Bens;

**e)** Termo de Apreensão de documentos, objetos ou mercadorias, nacionais ou estrangeiras;

**f)** Auto de Infração/Notificação do Lançamento e Termo de Intimação;

**g)** Termo de Encerramento Fiscal;

**h)** Relatório Interno de Fiscalização;

**i)** Termo de Diligência Fiscal ou Auto de Constatação;

**j)** Termo de Suspensão ou Auto de Interdição;

**k)** Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização;

**l)** Termo de Constatação e Intimação - TCI;

**m)** Notificação de Lançamento;

**n)** outros atos formais, diante das suas circunstâncias.

**Parágrafo único.** A autoridade Fazendária poderá, caso necessário, regulamentar os dispositivos deste artigo.

**Seção II**

**Procedimentos, Competência e Poder de Fiscalização**

**Art. 326.** O procedimento administrativo tributário terá início com:

**I -** a lavratura do Auto de Infração;

**II -** a lavratura do Termo de Apreensão de livros ou documentos fiscais;

**III -** a reclamação, pelo sujeito passivo, contra lançamento ou ato dele decorrente;

**IV -** qualquer ato escrito do agente do fisco que caracterize o início de procedimento para apuração de infração fiscal.

**§ 1º** Para os efeitos deste artigo, não se considera como início de procedimento fiscal a comunicação da Secretaria Municipal da Fazenda sobre divergências ou inconsistências a serem sanadas pelo contribuinte mediante a autorregularização.

**§ 2º** A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das irregularidades decorrentes das divergências ou inconsistências identificadas pelo Fisco no exercício regular de sua atividade, desde que o contribuinte sane as irregularidades nos termos e condições estabelecidas na comunicação de que trata o § 1º, que será regulamentada em instruções exaradas pela Secretaria da Municipal da Fazenda.

**Art. 327.** Compete à autoridade fazendária, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias.

**Art. 328.** A Fiscalização Tributária será procedida:

**I -** diretamente, pelo agente do fisco;

**II -** indiretamente, por meio dos elementos constantes do Cadastro Econômico Fiscal e informações colhidas em fontes que não as do contribuinte.

**Art. 329.** Todas as pessoas passíveis de obrigação tributária, inclusive as beneficiadas por imunidade ou isenção, estão sujeitas ao exercício de fiscalização.

**Art. 330.** A fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, o Fisco Municipal poderá:

**I -** fazer inspeção, vistoria, levantamentos e avaliações nos locais e dependências dos estabelecimentos onde sejam exercidas atividades passíveis de tributação ou nos bens e serviços que constituam matéria tributável;

**II -** exigir informações escritas ou verbais;

**III -** intimar o contribuinte ou responsável para que compareça ao Órgão Fazendário;

**IV -** exigir a exibição de títulos e outros documentos que comprovem a propriedade, a posse ou o domínio útil de imóvel;

**V -** exigir a exibição de documentos e registros contábeis, fiscais, livros, e demais elementos exigidos pela Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;

**VI -** realizar apreensão de livros e documentos fiscais, nas condições e formas regulamentares.

**Art. 331.** A Autoridade Fiscal do Município poderá requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentação dos contribuintes e responsáveis.

**Art. 332.** Caracterizada a omissão de formalidades legais ou, ainda, constatação da existência de vícios ou fraude na escrituração fiscal ou contábil, tendente a dificultar ou impossibilitar a apuração do tributo, é facultado à autoridade fazendária promover o processo de arbitramento dos respectivos valores por meio de informação analiticamente fundamentada e com base nos seguintes elementos:

**I -** declaração fiscal anual do próprio contribuinte;

**II -** natureza da atividade;

**III -** receita realizada por atividades semelhantes;

**IV -** despesas do contribuinte;

**V -** quaisquer outros elementos que permitam a aferição da base de cálculo do imposto.

**Art. 333.** O exame de livros, arquivos, registros e talonários fiscais e outros documentos, assim como demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidos em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

**Seção III**

**Autos e Termos de Fiscalização**

**Art. 334.** O Auto de Infração, lavrado por servidor público competente, conterá:

**I -** o local, dia e hora da lavratura;

**II -** o nome e o endereço do infrator;

**III -** a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

**IV -** a capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine penalidade;

**V -** a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;

**VI -** a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função; e

**VII -** a assinatura do autuado ou infrator ou a menção da circunstância de que o autuado ou infrator não pôde ou se recusou a assinar.

**§ 1º** Os Autos e Termos, sempre que possível, farão referência aos documentos de fiscalização, direta ou indiretamente, relacionados com o procedimento adotado.

**§ 2º** Se o responsável, representante ou seu preposto, não puder ou não quiser assiná-los, certificar-se-á tal circunstância, colhendo-se a assinatura do autuante e de testemunhas.

**§ 3º** A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à sua validade e sua existência não implica confissão ou concordância, nem a recusa determina ou agrava a pena.

**§ 4º** As omissões ou incorreções não carretarão nulidades, desde que no procedimento constem elementos necessários e suficientes para a identificação dos fatos.

**§ 5º** A determinação do dispositivo infringido, o enquadramento da infração, o valor da penalidade proposta e a identificação do infrator são condições obrigatórias quando da lavratura do Auto de Infração/Notificação do Lançamento, Termo de Intimação e do Auto de Apreensão.

**Art. 335.** A ciência dos atos administrativos, das decisões em processos administrativos, das intimações, das notificações e das autuações poderá ser efetuada por uma das seguintes formas:

**I -** pessoalmente, mediante aposição de data e assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto, no próprio instrumento ou processo, com entrega, no primeiro caso, de cópia de documento ou, ainda, através da lavratura de termo no caso de recusa de recebimento;

**II -** mediante remessa, por via postal, ao sujeito passivo, de cópia do instrumento, provada pelo aviso de recebimento, datado e assinado pelo destinatário, ou por quem em seu nome a receba;

**III -** por edital, publicado no Diário Oficial do Município, quando implementado, ou em outro veículo de divulgação da imprensa local, bem como também por edital afixado em lugar visível no prédio do Centro Administrativo Municipal, ou por meio de divulgação na página da Secretaria Municipal da Fazenda na internet; e

**IV –** por meio do sistema de Domicílio Tributário Eletrônico de que trata o Art. 337.

**§ 1º** A utilização das formas de ciência previstas nos incisos I a IV não está sujeita à ordem de preferência, de forma a atender a proficuidade dos procedimentos administrativos, observados os princípios constitucionais da eficiência, da economicidade, da publicidade, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório que regem a Administração Pública.

**§ 2º** O Secretário Municipal da Fazenda fica autorizado a regulamentar as normas aplicáveis à comunicação do indeferimento ou à exclusão do Simples Nacional das microempresas, empresas de pequeno porte, bem como dos microempreendedores individuais (MEI), observados os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

**Art. 336.** Consideram-se cientificados e entregues os instrumentos mencionados no Art. 335 nos seguintes momentos:

**I -** quando pessoal, na data da ciência do sujeito passivo ou da declaração de recusa lavrada pelo servidor responsável pela entrega da documentação;

**II -** quando por remessa via postal, na data constante no aviso de recebimento ou, se for omitida, na data da devolução do aviso de recebimento, à Secretaria Municipal da Fazenda, pela agência postal;

**III -** quando por edital, na data de sua afixação ou publicação; e

**IV -** quando por comunicação eletrônica prevista no Art. 337, no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação, observados o § 1º e o § 2º deste artigo.

**§ 1º**  Na hipótese do inciso IV deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

**§ 2º**  A consulta referida no inciso IV e no § 1º deste artigo deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que for disponibilizada a comunicação no sistema de Domicílio Tributário Eletrônico a que se refere o inciso I do Art. 337, sob pena de ser considerada automaticamente realizada no primeiro dia útil após a data do término do prazo para realizar a visualização.

**Art. 337.** O sistema de Domicílio Tributário Eletrônico é o meio de comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos municipais, e demais pessoas naturais e jurídicas relacionadas com os fatos geradores de tributos municipais, contribuintes ou não, observadas a forma, condições e prazos previstos em regulamento, sendo destinada, entre outras finalidades, a:

**I -** cientificar o sujeito passivo e demais pessoas físicas e jurídicas relacionadas com os fatos geradores de tributos municipais, de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos todos os atos relativos às ações fiscais;

**II -** cientificar o sujeito passivo e demais pessoas físicas e jurídicas relacionadas com os fatos geradores de tributos municipais, de notificações de lançamento, autos de infração, intimações, termos de início de procedimento fiscal, termos de prorrogação de procedimento fiscal, termos de prorrogação de prazo de estimativas, notificações prévias visando à autorregularização, avisos de cobranças de tributos, decisões em processos administrativos, entre outros; e

**III -** expedir avisos em geral.

**§ 1º**  O sistema de Domicílio Tributário Eletrônico de que trata o *caput* deste artigo, quando implementado e disponibilizado, será regulamentado por Decreto, especialmente quanto à forma pela qual deverá operar-se a comunicação eletrônica entre o Município e o sujeito passivo dos tributos municipais, e demais pessoas físicas e jurídicas relacionadas com os fatos geradores, contribuintes ou não, inclusive no que se refere à assinatura eletrônica e à certificação digital, bem como às condições e prazos, observando-se o seguinte:

**I -** as comunicações feitas por meio eletrônico, em portal próprio, na forma do *caput*, dispensam as demais formas de ciência previstas no Art. 335;

**II -** a comunicação feita na forma prevista no *caput* será considerada pessoal, para todos os efeitos legais, e

**III -** a ciência, por meio do sistema de que trata este artigo, com utilização de certificação digital ou código de acesso, possuirá os requisitos de validade.

**§ 2º** A expedição de notificações prévias visando à autorregularização, a que se refere o inciso II, bem como de avisos, a que se refere o inciso III, do *caput* deste artigo, não excluem espontaneidade da denúncia, nos termos dos §§ 1º e 2º do Art. 326.

**Art. 338.** A notificação de lançamento conterá:

**I -** o nome do sujeito passivo;

**II -** o valor do crédito tributário, sua natureza e, quando for o caso, os elementos de cálculo do tributo; e

**III -** o prazo para recolhimento do tributo.

**Seção IV**

**Apreensão**

**Art. 339.** Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive as mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração à legislação tributária.

**Parágrafo único.** A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

**Art. 340.** A apreensão será objeto de lavratura de Termo de Apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficam depositados e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte, descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

**Parágrafo único.** O autuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão, na forma do Art. 335 deste Código.

**Art. 341.** A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo, na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 342.** Os bens ou mercadorias apreendidas serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

**Parágrafo único.** As quantias exigíveis serão arbitradas, levando-se em conta os custos da apreensão, transporte e depósito.

**Seção V**

**Suspensão do Funcionamento e/ou Interdição do Estabelecimento**

**Art. 343.** Sempre que ineficaz a aplicação das penalidades previstas no Código de Posturas e de Convivência Cidadã e/ou Código Tributário do Município de Flores da Cunha, depois de garantida ao contribuinte a mais ampla oportunidade de defesa, a Fiscalização Municipal poderá determinar a suspensão do funcionamento da atividade ou interdição do estabelecimento do infrator.

**Parágrafo único.** Em se tratando de estabelecimento com atividade de alto grau de risco, ou de localização imprópria, perante a legislação definidora das normas exigíveis para funcionamento, a interdição deverá ser determinada tão logo constatada sua irregularidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Art. 344.** A suspensão do funcionamento de atividade e/ou a interdição do estabelecimento infrator deverá ser expedida por Decreto.

**§ 1º** A Autoridade Fiscal poderá requisitar Força Policial para garantir a segurança da execução da ação fiscal, a integridade física do Agente do Fisco e prestar o devido testemunho, quando for o caso.

**§ 2º** A liberação para o exercício da atividade somente ocorrerá depois de sanada, na sua plenitude, a irregularidade cometida.

**Seção VI**

**Formalidades do Procedimento Fiscal**

**Art. 345.** Os contribuintes serão notificados do lançamento do tributo e intimados das infrações previstas em que tenham incorrido.

**Art. 346.** O contribuinte será notificado do lançamento do tributo por uma ou mais de uma das formas elencadas no Art. 335 deste código.

**Parágrafo único -** No caso previsto no inciso I do Art. 335, será considerada efetiva a notificação quando entregue no endereço indicado pelo contribuinte.

**Art. 347.** A intimação de infração de que trata o Art. 348será feita pelo Agente do Fisco, com prazo de 20 (vinte) dias, por meio de:

**I -** Intimação Preliminar;

**II -** Auto de Infração.

**§ 1º -** Feita a intimação preliminar, não providenciando o contribuinte na regularização da situação, no prazo estabelecido no “caput” deste artigo, serão tomadas as medidas cabíveis tendentes à lavratura do Auto de Infração.

**§ 2º -** Decorrido o prazo sem a regularização da situação ou diante de decisão administrativa irrecorrível, o débito consignado no Auto de Infração será corrigido monetariamente e inscrito em dívida ativa, na forma do Art. 293 deste código tributário.

**§ 3º -** Não caberá Intimação Preliminar nos casos de reincidência.

**Art. 348.** O Auto de Infração será lavrado pelo Agente do Fisco, quando o contribuinte incorrer nas infrações especificadas para cada tributo de competência municipal.

**Art. 349.** Considera-se iniciado o procedimento fiscal com a lavratura das correspondentes formalidades necessárias, previstas no inciso II, do Art. 325 deste código.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á encerrado o processo fiscal quando o contribuinte pagar o tributo, não cabendo posterior impugnação ou recurso.

**Art. 350.** O Termo de Intimação conterá:

**I -** a relação de documentos solicitados, a indicação da irregularidade encontrada, a ordem a ser cumprida e as providências a cargo do sujeito passivo;

**II -** tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal cientificada;

**III -** a fundamentação legal;

**IV -** a indicação da penalidade cabível, em caso de descumprimento;

**V -** o prazo de 20 (vinte) dias para atendimento do objeto da intimação.

**§ 1º** Não caberá Intimação, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

**I -** quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se do pagamento do tributo;

**II -** quando for manifesto o ânimo de sonegar;

**§ 2º** Não caberá nova intimação do não acatamento dos termos ou prazos estipulados na intimação, devendo a Fiscalização dar início ao procedimento de ofício, com a lavratura do correspondente Auto de Infração e Notificação do Lançamento Fiscal da multa e/ou do tributo incorrido.

**Art. 351.** O Termo de Início de Fiscalização (Ação Fiscal) conterá:

**I -** a data de início da ação e/ou levantamento homologatório;

**II -** o período a ser fiscalizado;

**III -** a relação de documentos solicitados;

**IV -** capitulação legal;

**V -** o prazo previsto para o término do levantamento e devolução dos documentos.

**Art. 352.** O Termo de Retirada/Entrega de documentos do estabelecimento do contribuinte é o procedimento formal aplicável pela fiscalização, visando à inspeção dos mesmos na Repartição e observará:

**I -** a rigorosa descrição dos documentos retirados/entregues pelo contribuinte;

**II -** a fixação do prazo para devolução, podendo este ser prorrogado, como medida acautelatória dos interesses da Fazenda Municipal;

**III -** citação expressa do dispositivo legal;

**IV -** a ciência de ambas as partes.

**Art. 353.** O Termo de Apreensão conterá:

**I -** relação pormenorizada dos bens e/ou documentos apreendidos;

**II -** citação expressa do dispositivo legal violado;

**III -** indicação, em sendo o caso, do lugar onde ficarão depositados, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, ou a juízo do fisco, sob guarda terceirizada;

**IV -** indicação expressa do compromisso de fiel depositário dos bens.

**Art. 354.** O Auto de Infração conterá o Termo de Constatação pelo qual, serão mencionadas as irregularidades encontradas e enumerará os fatos e circunstâncias que possam esclarecer a ocorrência e embasar a ação fiscal, indicando ainda:

**I -** o enquadramento à legislação de regência:

**II -** a citação expressa do dispositivo legal infringido;

**III -** a tipificação da infração e a penalidade aplicada;

**IV -** o valor do tributo, o valor da penalidade proposta, a notificação do lançamento e intimação para recolhimento e sobre o direito de defesa, citando o prazo, a contar da data da ciência pelo sujeito passivo;

**V -** nome e assinatura da Autoridade incumbida da ação fiscal, do responsável, representante ou preposta do sujeito passivo.

**Parágrafo único.** Lavrar-se-á Auto de Infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da Notificação do Lançamento Fiscal.

**Art. 355.** O Termo de Encerramento, além da identificação do contribuinte fiscalizado e da matrícula do Servidor Fiscal/Auditor, conterá:

**I -** os tributos fiscalizados;

**II -** o período abrangido pela fiscalização;

**III -** a homologação dos lançamentos, quando for o caso;

**IV -** descrição das formalidades decorrentes;

**V -** data de encerramento da ação fiscal;

**VI -** outras informações peculiares ao procedimento.

**Art. 356.** O Relatório Interno de Fiscalização conterá a descrição pormenorizada dos atos e fatos relevantes ocorridos no procedimento de fiscalização e presentes no levantamento fiscal, que deram origem ao lançamento tributário, à multa pecuniária, à base de cálculo, à alíquota aplicada, às onerações e, quando for o caso, a motivação e critérios que levaram a eventual elaboração de arbitramento, fixação de estimativa e homologação de lançamento.

**Art. 357.** O Termo de Diligência Fiscal conterá:

**I -** a descrição do fato que motivou a diligência;

**II -** a descrição circunstanciada dos atos e fatos ocorridos na verificação;

**III -** a citação expressa do dispositivo legal;

**IV -** laudo de vistoria, quando necessário.

**Art. 358.** O Termo de Suspensão e/ou Auto de Interdição conterá:

**I -** descrição do fato que ocasionar a suspensão/interdição;

**II -** citação expressa do dispositivo legal infringido e a que a citação da disposição que comina a sanção;

**III -** tipificação da infração e a penalidade aplicada;

**IV -** ciência da condição necessária para a liberação do funcionamento ou exercício da atividade suspensa e/ou do estabelecimento interditado.

**Art. 359.** A Notificação do Lançamento é a formalização pela qual o contribuinte é instado a pagar crédito tributário constituído em seu nome, sendo condição de eficácia do ato administrativo, contendo os seguintes requisitos:

**I -** a qualificação do notificado;

**II -** o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;

**III -** descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal infringido, quando couber;

**IV -** a que se refere o lançamento (tributário – espécie de tributo, ou não-tributário), e o valor lançado da multa, quando houver;

**V -** o enquadramento legal do lançamento do débito e da penalidade pecuniária, se houver;

**VI -** a assinatura e matrícula funcional do notificante.

**§ 1º** Do levantamento do débito apurado, o contribuinte será Notificado do Lançamento Fiscal e intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias da ciência da intimação, regularizar sua situação ou apresentar proposta de regularização, perante o Fisco Municipal.

**§ 2**º Considera-se convencido do débito fiscal, o contribuinte que pagar o tributo mediante Notificação de Lançamento Fiscal, da qual não caiba recurso ou defesa.

**CAPÍTULO II**

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

**Seção I  
Disposições Preliminares**

**Art. 360.** Considera-se Processo Contencioso Administrativo Tributário o conjunto de atos necessários à solução, na instância administrativa, de litígio referente à aplicação ou interpretação da legislação tributária.

**Art. 361.** Ao contribuinte ou interessado é facultado apresentar:

**I -** defesa;

**II -** impugnação;

**III -** recurso;

**IV -** consulta.

**Parágrafo único.** Consideram-se interessados no Processo Contencioso Administrativo Tributário:

**I -** aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser proferida;

**II -** as pessoas, organizações e associações regularmente constituídas, no tocante aos direitos e interesses coletivos ou difusos e que demonstrem o interesse legítimo na resolução do litígio.

**Art. 362.** No que diz respeito à tributação do ISS de contribuinte optante do regime tributário do Simples Nacional, o contencioso administrativo que der causa é de competência do órgão julgador do Município, assim como a este compete o indeferimento da inclusão, exclusão de ofício, observados os dispositivos legais do processo administrativo constante deste Código Tributário de acordo com o artigo 39, da LCF nº123/06.

**Seção II  
Instauração do Contencioso**

**Art. 363.** O Processo Contencioso Administrativo Tributário será instaurado por petição do contribuinte ou interessado, que demonstrar interesse e legitimidade na solução de litígio referente à aplicação ou interpretação da legislação tributária.

**Art. 364.** A petição de que trata esta seção e os documentos que a acompanham serão recebidos exclusivamente no Setor de Protocolo da Secretaria de Finanças do Município.

**Art. 365.** O servidor que receber a petição certificará a data de recebimento, numerará e rubricará as folhas dos autos e o encaminhará ao órgão julgador para a devida instrução e posterior julgamento.

**Seção III**

**Petição**

**Art. 366.** A petição inicial do Processo Contencioso Administrativo Tributário conterá as seguintes indicações:

**I -** a autoridade a quem é dirigida;

**II -** nome, denominação ou razão social do interessado ou de quem o represente;

**III -** número de inscrição no Cadastro Econômico Fiscal do Município e no Ministério da Fazenda – CPF ou CNPJ;

**IV -** domicílio tributário, residência, endereço eletrônico e telefone;

**V -** a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que entende devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valores;

**VI -** as diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem;

**VII -** data e assinatura do requerente ou de seu representante legalmente habilitado.

**§ 1º** A petição deverá atacar expressamente o ato que ensejar a irresignação, sendo vedada a cumulação de pedidos diversos.

**§ 2º** É vedada à Administração a recusa imotivada do pedido, devendo o julgador determinar que o postulante complemente a petição no prazo de 10 (dez) dias, sempre que esta apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, sob pena de indeferimento.

**Seção IV**

**Prazos**

**Art. 367.** Os prazos aplicáveis ao Processo Contencioso Administrativo Tributário serão contínuos, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

**Parágrafo único.** Somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal do órgão em que tramite o processo ou naquele em que deva ser praticado o ato.

**Art. 368.** O sujeito passivo poderá reclamar da exigência fiscal, pessoalmente ou por intermédio de Procurador, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do Auto de Infração ou do Termo de Apreensão, mediante defesa por escrito, alegando de uma só vez toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios de suas razões.

**§ 1º** Quando a reclamação for feita por intermédio de Procurador, este deverá juntar aos autos o instrumento procuratório correspondente.

**§ 2º** A reclamação, feita dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de notificação do lançamento, da lavratura do Auto de Infração ou do Termo de Apreensão, terá efeito suspensivo e instaura a fase contraditória do procedimento.

**§ 3º** A impugnação mencionará se a matéria discutida foi submetida à apreciação judicial, sendo parte o impugnante, devendo ser juntada cópia da petição inicial.

**Art. 369.** Apurada a existência de discussão na esfera judicial com as mesmas partes, causa de pedir e pedido, o processo administrativo será declarado extinto sem apreciação de mérito.

**Art. 370.** A impugnação mencionará:

**I -** a autoridade julgadora a quem é dirigida;

**II -** a qualificação e assinatura do impugnante e data;

**III -** o objeto a que se refere; e

**IV -** as razões de fato e de direito em que se fundamente.

**§ 1º** A inicial será indeferida sem julgamento do mérito quando:

**I -** for inepta;

**II -** a parte for manifestamente ilegítima;

**III -** o peticionário carecer de interesse no processo;

**IV -** o pedido for intempestivo.

**§ 2º** Considera-se inepta a inicial quando:

**I -** faltar-lhe pedido ou causa de pedir;

**II -** da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

**III -** o pedido for juridicamente impossível;

**IV -** contiver pedidos incompatíveis entre si.

**Art. 371.** A autoridade fazendária determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências quando entendê-las necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

**Parágrafo único.** Se da diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativamente ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de nova reclamação ou aditamento da primeira.

**Art. 372.** Concluso o processo para julgamento, a autoridade fazendária proferirá decisão, por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único**. O reclamante será notificado da decisão mediante assinatura no próprio processo ou pelas formas previstas no Art. 336.

**Art. 373.** A impugnação encaminhada fora do prazo previsto no Art. 347, quando deferida, não excluirá o contribuinte do pagamento dos acréscimos previstos em lei, incidentes sobre o valor corrigido, quando for o caso, a partir da data inicialmente prevista para o recolhimento do tributo.

**Seção V**

**Competência**

**Art. 374.** O julgamento dos processos contenciosos administrativos tributários compete:

**I -** em primeira instância, ao Secretário Municipal da Fazenda;

**II -** em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo.

**Art. 375.** As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

**I -** declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;

**II -** dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária.

**Seção VI  
Nulidade dos Atos Processuais**

**Art. 376.** São nulos:

**I -** os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

**II -** os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

**§ 1º** A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele dependam ou decorram.

**§ 2º** Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

**§ 3º** Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

**Art. 377.** Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o julgador considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

**Art. 378.** As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não implicarem na solução do litígio.

**Art. 379.** A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

**Seção VII  
Defesa**

**Art. 380.** É lícito ao contribuinte apresentar Defesa contra quaisquer medidas de fiscalização anteriores ao lançamento do crédito tributário ou não tributário e suas respectivas penalidades, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da ciência da intimação.

**Art. 381.** A Defesa, formulada por petição, observado o disposto no Art. 366, será dirigida à autoridade julgadora de Primeira Instância.

**Art. 382.** Na Defesa, o autuado poderá alegar toda a matéria que entender útil, anexando as provas que entender necessárias.

**§ 1°** Não se conhecerá da Defesa apresentada fora do prazo legalmente concedido para tanto.

**§ 2º** Defesas fiscais não relacionadas a assuntos tributários serão dirigidas ao setor competente da Administração, responsável pela respectiva fiscalização e autuação.

**Art. 383.** Não caberá o instrumento da Defesa contra créditos tributários ou não tributários, e suas respectivas penalidades, que já tenham sido lançados.

**Art. 384.** A Defesa terá efeito suspensivo, salvo na hipótese de manifesto intento protelatório.

**Seção V  
Impugnação**

**Art. 385.** O contribuinte que não concordar com o lançamento de créditos tributários ou não tributários e suas respectivas penalidades poderá, por petição, independentemente de prévio depósito, impugná-los nos seguintes prazos:

**I -** 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação e, quando notificados por edital, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação do lançamento da contribuição de melhoria;

**II -** 20 (vinte) dias a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação de lançamento de tributo constituído mediante Auto de Infração;

**III -** até 10 (dez) dias antes do vencimento da cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da Taxa de Coleta de Lixo;

**IV -** até 30 (trinta) dias da data de liberação do Processo Eletrônico de ITBI.

**V -** 20 (vinte) dias a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação de lançamento, para os demais créditos.

**VI -** no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas antes do evento, acompanhado da justificativa, no caso de estimativa de base de cálculo para atividade exercida em caráter provisório ou eventual.

[**Art. 386.**](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/24774215/art-269-da-lei-3282-03-sapiranga) A impugnação, que terá efeito suspensivo, compõe a fase contraditória do procedimento.

**Art. 387.** A Impugnação mencionará:

**I -** a autoridade julgadora a quem é dirigida;

**II -** a qualificação do impugnante;

**III -** os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

**IV -** os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

**V -** as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito.

**§ 1º** Quando a matéria impugnada já tiver sido submetida à apreciação judicial, à Impugnação deverá ser juntada cópia autenticada da decisão.

**§ 2º** Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso V deste artigo.

**§ 3º** Quando o impugnante alegar direito estadual ou estrangeiro, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o julgador.

**§ 4º** A prova documental será apresentada na Impugnação, precluindo o direito do impugnante fazê-la em outro momento processual, salvo se:

**I -** ficar demonstrada a impossibilidade de sua apresentação, por motivo de força maior;

**II -** se referir a fato ou a direito superveniente;

**III -** se destinar a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

**§ 5º** A juntada de documentos após o protocolo da Impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de pelo menos uma das condições previstas nos incisos do parágrafo anterior.

**§ 6º** Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

**Art. 388.** Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente ventilada pelo impugnante.

**Art. 389.** Considera-se:

**I -** revel, o sujeito passivo que não apresentar no prazo legal, ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do legalmente indicado, impugnação em primeira instância;

**II -** perempta, a impugnação quando não apresentada, apresentada fora do prazo legal ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do indicado legalmente.

**Parágrafo único.** Compete ao Julgador de Primeira Instância declarar a revelia do sujeito passivo, quando este apresentar impugnação fora do prazo legal, ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do legalmente indicado.

**Art. 390.** A autoridade julgadora de Primeira Instância determinará de ofício ou quando requerido pelo impugnante, a realização de diligências ou perícias, se entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, observando o disposto no Art.242.

**§ 1º** Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício sua realização, a autoridade designará um servidor para, como perito do Município, a ela proceder e intimará o perito do sujeito passivo a realizar o exame requerido, cabendo a ambos apresentar os respectivos laudos em prazo que será fixado de acordo com o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.

**§ 2º** Os prazos para realização de diligência ou perícia poderão ser prorrogados, a critério da autoridade julgadora.

**§ 3º** Quando, em exames posteriores, diligências ou perícias, realizados no curso do processo, forem verificadas incorreções, omissões ou inexatidões de que resulte agravamento da exigência inicial, inovação ou alteração da fundamentação legal da exigência, será lavrado auto de infração ou emitida notificação de lançamento complementar, devolvendo-se, ao sujeito passivo, prazo para impugnação relativamente à matéria modificada.

**§ 4º** Do indeferimento do pedido de perícia ou quaisquer diligências não caberá recurso horizontal, devendo o interessado alegar a necessidade da medida pleiteada em preliminares de eventual recurso ao julgador de segunda instância que, deferindo, determinará a produção da prova ou realização da diligência e, após, proferirá o julgamento.

**Seção VI  
Recursos**

**Art. 391.** Para as decisões de Primeira Instância caberá Recurso Voluntário ao Chefe do Poder Executivo.

**Art. 392.** O prazo para apresentação de Recurso Voluntário será de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de Primeira Instância, e deverá ser instruído com a cópia da referida decisão e da comprovação da qualificação do recorrente.

**Art. 393.** É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que, versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo sujeito passivo.

**Art. 394.** Será facultado o Recurso de Ofício independentemente do valor, quando a autoridade julgadora de Primeira Instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito interesse maior para a Fazenda Municipal.

**Seção VII  
Consulta**

**Art. 395.** Ao sujeito passivo ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas nesta Lei.

**Art. 396.** A consulta poderá ser formulada por:

**I -** sujeito passivo de obrigação tributária principal ou acessória; ou

**II -** entidade representativa de categoria econômica ou profissional.

**§ 1º** No caso de pessoa jurídica, a consulta será formulada pelo estabelecimento matriz.

**§ 2º** Não será admitida a apresentação de consulta formulada por mais de um sujeito passivo em um único processo, ainda que sejam partes interessadas no mesmo fato, envolvendo a mesma matéria, fundada em idêntica norma jurídica.

**§ 3º** A consulta deverá ser formulada por escrito, dirigida à autoridade competente.

**§ 4º** A competência para concluir sobre as consultas de que trata este artigo é do Secretário Municipal da Fazenda, ouvida suas Assessorias Técnica e/ou Jurídica, quando for o caso.

**Art. 397.** A consulta deverá atender aos seguintes requisitos:

**I -** identificação do consulente:

**a)** no caso de pessoa jurídica ou equiparada: nome, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail ou Caixa Postal Eletrônica), cópia do ato constitutivo e sua última alteração, autenticada ou acompanhada do original, número de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

**b)** no caso de pessoa física: nome, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail ou Caixa Postal Eletrônica), atividade profissional, número de inscrição no CPF - Cadastro de Pessoas Físicas;

**c)** identificação do representante legal ou procurador, acompanhada da respectiva procuração;

**II -** na consulta apresentada pelo sujeito passivo, declaração de que:

**a)** não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou já instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;

**b)** não está intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta; e

**c)** o fato nela exposto não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte o consulente;

**III -** circunscrever-se a fato determinado, conter descrição detalhada de seu objeto e indicação das informações necessárias à elucidação da matéria; e

**IV -** indicação dos dispositivos da legislação tributária que ensejaram a apresentação da consulta, bem como dos fatos a que será aplicada a interpretação solicitada.

**Art. 398.** O consulente poderá ser intimado para apresentar outras informações ou elementos que se fizerem necessários à apreciação da consulta.

**Art. 399.** Sempre que o órgão julgador receber consulta que verse sobre matéria já decidida, limitar-se-á a transmitir ao consulente o texto da resposta dada em hipótese precedente análoga, sem necessidade de nova decisão.

**Art. 400.** A consulta eficaz, formulada antes do prazo legal para recolhimento de tributo, impede a aplicação de multa de mora e de juros de mora, relativamente à matéria consultada, a partir da data de sua protocolização até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da ciência, pelo consulente, da solução de consulta.

**Parágrafo único.** Quando a solução da consulta implicar pagamento, este deverá ser efetuado no prazo referido no caput, ou no prazo normal de recolhimento do tributo, o que for mais favorável ao consulente.

**Art. 401.** A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributo retido na fonte ou auto lançado, antes ou depois de sua apresentação, nem para o cumprimento de outras obrigações acessórias.

**Art. 402.** Os efeitos da consulta que se reportar a situação não ocorrida somente se aperfeiçoarão se o fato concretizado for aquele sobre o qual versara a consulta previamente formulada.

**Art. 403.** Os efeitos da consulta formulada pela matriz da pessoa jurídica serão estendidos aos demais estabelecimentos.

**Art. 404.** No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional em nome dos associados ou filiados, os efeitos da solução da consulta somente os alcançarão depois de cientificada a consulente.

**Art. 405.** Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o 30º (trigésimo) dia subsequente à data da ciência da solução da consulta.

**Art. 406.** Não produz efeitos a consulta formulada:

**I -** por parte ilegítima;

**II -** com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida;

**III -** por quem estiver intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

**IV -** sobre fato objeto de litígio, de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva nas esferas administrativa ou judicial;

**V -** por quem estiver sob procedimento fiscal, iniciado antes de sua apresentação, para apurar os fatos que se relacionem com a matéria consultada;

**VI -** quando o fato houver sido objeto de decisão anteriormente proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente, e cujo entendimento por parte da administração não tenha sido alterado por ato superveniente;

**VII -** quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação;

**VIII -** quando versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária;

**IX -** quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

**X -** quando o fato estiver definido como crime ou contravenção penal;

**XI -** quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente;

**XII -** sobre matéria estranha à legislação tributária.

**Art. 407.** Homologada a solução da consulta, o consulente dela será notificado para dar cumprimento a eventual obrigação tributária principal ou acessória sem prejuízo de cominação ou penalidades.

**Art. 408.** A resposta à consulta será vinculante para a Administração que deverá adotá-la em todos os seus efeitos, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

**Parágrafo Único.**A consulta será solucionada em instância única, não cabendo recurso nem pedido de reconsideração

**CAPÍTULO III**

**JULGAMENTO DE PROCESSOS CONTENCIOSOS**

**Seção I**

**Julgamento de Primeira Instância**

**Art. 409.** A petição será indeferida liminarmente, sem apreciação do mérito, quando:

**I -** o pedido for intempestivo;

**II -** o pedido for manifestamente protelatório, especialmente quando não apresentar divergência entre o lançamento e a legislação pertinente;

**III -** for manifestamente inepta a petição ou a parte for ilegítima;

**IV -** o representante do sujeito passivo deixar de fazer prova de sua capacidade;

**V -** a dívida tiver origem em relação negocial e a irresignação não vier acompanhada do respectivo instrumento.

**Parágrafo único.** Considera-se inepta a petição quando:

**I -** lhe faltar pedido ou causa de pedir;

**II -** quando da narrativa dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

**III -** o pedido for juridicamente impossível.

**Art. 410.** A autoridade julgadora, constatando divergência em matéria de fato, dará vista ao Fiscal autuante para que preste informações, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Recebidas as informações, se a autoridade julgadora entender pela produção de provas técnicas para decidir matéria fática, poderá designar perito para realizá-la, fixando-lhe prazo não superior a 30 (trinta) dias para entrega do laudo, contado do recebimento dos quesitos das partes.

**Art. 411.** Se o fundamento da irresignação versar apenas sobre matéria de direito e/ou o sujeito passivo desde logo anexar as provas documentais concernentes à sua irresignação, os autos serão preparados para o julgamento, após parecer técnico que analise as questões levantadas pelo contribuinte.

**Art. 412.** Encerrada a fase instrutória o Secretário Municipal da Fazenda proferirá decisão de Primeira Instância, devidamente fundamentada, aplicando, quando cabível, as penalidades fixadas pela legislação tributária.

**§ 1°** A decisão deverá, sempre que possível, ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo.

**§ 2°** Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior, sempre que se determinar a baixa do processo para diligência.

**§ 3º** Sempre que o Fisco juntar documentos novos será intimado o sujeito passivo ou interessado, sendo-lhe ofertada plena garantia para falar sobre as provas anexadas.

**§ 4º** Nas decisões administrativas não serão apreciados questionamentos acerca da existência, capitulação legal, autoria, circunstâncias materiais, natureza e extensão dos efeitos já apreciados em decisão judicial definitiva, sem prejuízo da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

**Art. 413.** Sempre que o órgão julgador de Primeira Instância constatar que o valor lançado está aquém do devido, diligenciará para que a autoridade lançadora o complemente mediante novo lançamento.

**Art. 414.** Das decisões proferidas emPrimeira Instância, será sujeito passivo ou interessado devidamente comunicado:

**I -** pessoalmente, por aposição da nota de ciente no processo;

**II -** pelo correio, com aviso de recebimento;

**III -** por edital, afixado no Átrio da Prefeitura Municipal, quando os meios para encontrar o interessado resultarem improfícuos.

**Parágrafo único.** A comunicação da decisão indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário à instância superior.

**Art. 415.** São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em Primeira Instância depois de transitadas em julgado, ou esgotado o prazo para o recurso em Segunda Instância administrativa.

**Art. 416.** As decisões de qualquer instância se tornam definitivas, uma vez esgotado o prazo legal sem interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

**Seção II**

**Do Julgamento de Segunda Instância**

**Art. 417.** É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto e alcançarem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um mesmo processo.

**Art. 418.** Os recursos de ofício e voluntário poderão limitar-se à parte da decisão.

**Parágrafo único.** Na hipótese do caput deste artigo, poderá o crédito fiscal, em sua parte não recorrida, ser pago ou inscrito como Dívida Ativa para prosseguimento da cobrança, formando-se, se necessário, outro processo com os elementos necessários à inscrição.

**Art. 419.** Verificado nestaInstância que o valor lançado está aquém do devido, o julgador baixará o processo à origem para que a autoridade lançadora o complemente mediante novo lançamento.

**Art. 420.** A decisão dos recursos será proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento do processo pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo único.** Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e multa a partir desta data mas, sim, apenas da data em que aquela for prolatada.

**Art. 421.** É facultado ao sujeito passivo encaminhar pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação da decisão de improvimento do recurso voluntário, quando fundado em fato ou argumento novo capaz de modificar a decisão.

**Art. 422.** Aplicam-se ao julgamento de Segunda Instância as disposições contidas na seção anterior.

**TÍTULO VIII**

**BENEFÍCIOS ESPECIAIS**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**INCENTIVO AO TURISMO**

**Art. 423.** Na construção ou ampliação de edificação com finalidade hoteleira, bem como a instalação de campings, o Poder Público Municipal concederá isenção referente aos seguintes tributos:

**I** – Taxas;

**II** - Contribuição de Melhoria;

**III** - Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

**IV** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, quando a obrigação tributária relativamente aos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da Lista constante no Anexo XIV deste código Tributário.

**§ 1º** As isenções previstas nesse artigo se estenderão por um período de 10 (dez) anos, a partir da apresentação do primeiro projeto no setor competente da Prefeitura Municipal, mesmo que a empresa altere sua razão social.

**§ 2º** Tratando-se de ampliação do empreendimento, a isenção prevista neste artigo fica restrita a área complementar, desde que observados os demais regramentos pertinentes.

**§ 3º** Ficam suspensas as isenções previstas neste artigo quando houver paralisação das obras de construção por período superior a um ano.

**§ 4º** Se o empreendimento alterar suas funções no período compreendido pela sua isenção ficam automaticamente suspensas todas as isenções e incentivos previstos neste artigo.

**§ 5º** Considera-se empresa ou entidade hoteleira a pessoa jurídica responsável pela exploração ou administração de empreendimentos ou estabelecimentos, em projeto ou em funcionamento, enquadradas ou classificadas em um dos tipos e categorias de meios de hospedagem previstos pela EMBRATUR.

**§ 6º** Considera-se empresa ou entidade exploradora de camping, a pessoa jurídica responsável pela exploração ou administração de empreendimentos ou estabelecimentos, em projeto ou em funcionamento, enquadradas ou classificadas em um dos tipos e categorias de campings de turismo previstos pela EMBRATUR.

**§ 7º** As edificações ou ampliações previstas neste artigo, constitui-se de unidade habitacional (UH) que é o espaço atingível a partir das áreas de circulação comum ao estabelecimento destinado privativamente à utilização pelo hospede, para seu bem estar de higiene e repouso.

**§ 8º** As espécies de UH dos meios de hospedagem de turismo são as seguintes:

**I** - DormitórioColetivo – UH constituída de três ou mais leitos simples, alugados individualmente, servida por banheiros coletivos separados por sexo;

**II** – Quarto - UH constituída de dormitório de uso exclusivo de hóspedes, com local apropriado para guarda de roupa e objetos pessoais, servida por banheiros coletivos separados por sexo;

**III** – Apartamento – UH constituída no mínimo de quarto de dormir, de uso exclusivo do hóspede , com local apropriado para guarda de roupa e objetos pessoais, servida por banheiro privativo;

**IV –** Apartamento residencial - UH constituída de apartamento conforme a definição constante no inciso III acrescido de sala de estar adequada ao preparo de refeições leves;

**V –** Suíte - UH especial constituída de apartamentos, conforme a definição constante no inciso III acrescido de sala de estar, devendo essa UH ser definida em planta como única e indivisível.

**§ 9º** Os tipos de meios de hospedagem de turismo são as seguintes:

**I –** Hotel (H) – estabelecimento cujas UHs sejam exclusivamente das espécies Apartamento ou suíte;

**II –** Hotel Residência (HR) – estabelecimento cujas UHs sejam exclusivamente das espécies Apartamento - residência;

**III –** Hotel de lazer (HL) – estabelecimento que possua área não edificada ou terreno destinado ao lazer e recreação do hóspede;

**IV –** Pousada (P) – estabelecimento instalado total ou parcialmente em edifício de valor histórico ou de significado regional ou local, assim reconhecido pelo poder público e, que possua UHs das espécies quarto, apartamento ou suíte;

**V –** Hospedaria de Turismo (HT) – estabelecimento cujas UHs sejam predominantes da espécie quarto;

**VI –** Albergue da Juventude.

**§ 10** Os diferentes meios de hospedagem são classificados em cinco categorias, simbolizadas respectivamente por uma, duas, três, quatro ou cinco estrelas de acordo com as normas da EMBRATUR.

**§ 11** Os aspectos construtivos obrigatório para as atividades de hospedagem, serão para fins de registro na EMBRATUR, aqueles constantes de suas normas e resoluções, ficando sob a responsabilidade do empreendedor o atendimento a estas exigências mínimas.

**Art. 424.** As empresas interessadas em usufruir da isenção de que trata o artigo anterior, deverão protocolar requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

**I –** cópia autenticada do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e na Prefeitura Municipal de Flores da Cunha, onde conste em seus objetivos sociais a exploração econômica de atividade turística através de hotelaria ou área de camping, em qualquer das diferentes modalidades;

**II –** projeto de utilização global da área indicando construções já existentes ou projetadas, bosques, áreas de lazer, acessos, estacionamento, bem como memorial descritivo da infraestrutura existente e que está sendo planejada;

**III –** detalhamento das fases de execução da obra, e cronograma de investimentos públicos e privados, diferenciando as atividades a serem desenvolvidas pelo empreendedor e as atividades a serem desenvolvidas pela Prefeitura Municipal;

**IV –** requerimento solicitando inclusão nos benefícios da lei;

**V –** assinatura do Termo de Compromisso que estabelece que, se não cumpridas as determinações e/ou o empreendimento não estiver de acordo com os objetivos, todo e qualquer serviço público executado ou isento deverá ser ressarcida aos cofres públicos, incorrendo em dívida ativa do município.

**Art. 425.** A aprovação final da documentação que possibilita a isenção deverá ser feita após análise pela Procuradoria Geral do Município, pela Auditoria Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda e pelas Fiscalizações da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

**§ 1º** Após aprovado pelos setores competentes será expedido Certificado de Participação no Programa de Incentivo a Construção ou Ampliação de Edificação Hoteleira e/ou instalação de Camping.

**§ 2º** Será obrigatório afixar na edificação ou entrada da propriedade e/ou estabelecimento hoteleiro ou camping, uma placa informativa de que o empreendimento conta com o apoio do Município.

**§ 3º** Qualquer mudança nos prazos, projetos, cronogramas, paralisação ou reinicio de obras deverá ser comunicado ao setor competente da Prefeitura, para que as referidas mudanças tenha a aprovação municipal.

**§ 4º** Todo e qualquer serviço executado deverá ter o comprovante assinado pelo proprietário da obra, com descrição, data e valor do serviço, que deverão ser anexados ao processo administrativo para comprovação futura.

**Art. 426.** São isentos da taxa de Licença para Execução de Obras e da taxa de Habite-se as construções residenciais com até 70 m2 (setenta metros quadrados) de área construída.

**TÍTULO IX**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 427.** O Cadastro Fiscal do Município compor-se-á pelo:

**I –** Cadastro Imobiliário Fiscal - CIF;

**II -** Cadastro Econômico Fiscal – CEF;

**III –** Cadastro Geral Único – CGU.

**Art. 428.** A Secretaria Municipal da Fazenda poderá, quando necessário, instituir recadastramento, bem como outras modalidades de cadastramento de contribuintes, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais.

**Art. 429.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União, com os Estados e com os Municípios, visando à mútua prestação de assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e à permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico.

**Art. 430.** O Processo Contencioso Administrativo será regido pelas disposições desta Lei, sendo-lhe aplicando, no que for omisso, as disposições da Lei Federal nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

**Art. 431.** O valor do tributo será o valor do lançamento, para pagamento de uma só vez, no mês de competência.

**§ 1º** Mês de competência, para os efeitos deste artigo, é o mês estabelecido para pagamento do tributo pelo valor lançado em quota única.

**§ 2º** Nos casos em que a lei autoriza pagamento parcelado do tributo, as parcelas serão calculadas dividindo-se o valor lançado pelo número de parcelas, vencendo-se a primeira na data estabelecida para pagamento em quota única.

**§ 3º** Todas as parcelas, no ato do lançamento, serão expressas no valor decorrente da aplicação do disposto no parágrafo anterior.

**Art. 432.** O Município de Flores da Cunha define a URM (Unidade de Referência Municipal), como coeficiente de atualização monetária para geração e cálculo dos tributos municipais, preços públicos e das penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias (multas fixas).

**Parágrafo único.** Os tributos, cuja base de cálculo esteja apresentada em URM, será convertida em reais (R$) por ocasião de seus lançamentos.

**Art. 433.** A Unidade Padrão Municipal em 2022 é equivalente a R$ 35,00 (trinta e cinco reais).

**§ 1º** Sua atualização será anual por meio de Decreto Executivo com base na variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida entre meses de janeiro a dezembro do ano anterior.

**§ 2º** A URM como coeficiente de correção terá 4 (quatro) casas decimais após a vírgula.

**§ 3º** No caso de extinção do IPCA será adotado outro índice que corresponda ao índice oficial de inflação utilizado pelo Governo Federal.

**Art. 434.** Sobre os créditos de natureza tributária, ou não tributária, vencidos e exigíveis, inscritos ou não em Dívida Ativa, incidirão juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, a que se refere o art. 13 da Lei Federal nº 9.065, de 20 de junho de 1995, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

**Art. 435.** O pagamento dos tributos após o prazo fixado em lei ou na forma da lei determina a incidência de multa à razão de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), além da correção monetária.

**Parágrafo único.** Os créditos não tributários que não forem quitados até a data do vencimento, sofrerão os mesmos acréscimos incidentes sobre os créditos tributários, nos termos do caput deste artigo, combinado com o Art. 434 desta Lei Complementar.

**Art. 436.** Os valores a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, quando decorrentes de autolançamento e de retenção na fonte, inferiores a 0,3 (zero virgula três) URM, poderão ser acumulados até que atinjam esse valor, tão logo o Sistema de Arrecadação da Fazenda Municipal esteja preparado para esse procedimento e controle.

**§ 1º** As disposições deste artigo serão regulamentadas na forma convencionada em regulamento.

**§ 2º** Não se aplica o disposto no parágrafo anterior quando o imposto a ser recolhido, acumulado ou não, recair no exercício seguinte ao do seu vencimento normal.

**TÍTULO X**

**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 437.** Relativamente a concessão da redução do IPTU tratado na seção IX, do capítulo referente a este imposto, excepcionalmente para o ano 2023, o § 1º do Art. 45 será desconsiderado e o Sujeito Passivo poderá solicitar o benefício com antecedência mínima de 5 cinco dias úteis ao do vencimento da parcela ou cota única.

**TÍTULO XI**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 438.** O Poder Executivo regulamentará este Código no que se fizer necessário e baixará normas necessárias à sua aplicação, exceto no que concerne a forma de tributação, imunidade, isenção, anistia ou majoração de alíquotas.

**Art. 439.** A Secretaria Municipal de Administração expedirá, por decreto, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, repetindo-se esta providência até o dia 31 de janeiro de cada ano.

**Art. 440.** Ficam revogadas as seguintes Leis:

I – Lei Complementar nº 001, de 22 de dezembro de 2000;

II - Lei Complementar nº 002, de 11 de maio de 2001;

III - Lei Complementar nº 023, de 14 de dezembro de 2005;

IV - Lei Complementar nº 027, de 13 de julho de 2006;

V - Lei Complementar nº 034, de 21 de dezembro de 2006;

VI - Lei Complementar n° 035, de 21 de dezembro de 2006;

VII - Lei Complementar n° 056, de 10 de dezembro de 2009;

VIII - Lei Complementar n° 058, de 30 de dezembro de 2009;

IX - Lei Complementar n° 062, de 19 de julho de 2010;

X - Lei Complementar n° 084, de 21 de dezembro de 2012;

XI - Lei Complementar n° 098, de 30 de maio de 2014;

XII - Lei Complementar n° 108, de 10 de dezembro de 2014;

XIII - Lei Complementar n° 112, de 22 de dezembro de 2014;

XIV - Lei Complementar nº 123, de 29 de dezembro de 2015;

XV - Lei Complementar n° 126, de 29 de junho de 2016;

XVI - Lei Complementar n° 128, de 09 de novembro de 2016;

XVII - Lei Complementar n° 136, de 08 de setembro de 2017;

XVIII - Lei Complementar n° 139, de 22 de novembro de 2017;

XIX - Lei Complementar n° 140, de 13 de dezembro de 2017;

XX - Lei Complementar n° 162, de 01 de abril de 2021;

XXI - Lei Complementar n° 163, de 20 de maio de 2021;

XXII - Lei Complementar n° 164, de 19 de agosto de 2021;

XXIII - Lei Complementar n° nº 171, de 22 de junho de 2022.

**Art. 441.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Flores da Cunha**, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

**CÉSAR ULIAN**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado

Em 30/09/2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**César Conz**

Sec. Administração e Governança

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO I** | | | | | |
| **MULTAS RELATIVAS AO CÓDIGO DE POSTURAS E DE CONVIVÊNCIA CIDADÃ DE FLORES DA CUNHA.** | | | | | |
| **Item** | | **Grau da Multa** | | | **URM** |
| **I** | | **LEVE** | | | **30** |
| **II** | | **MÉDIO** | | | **60** |
| **III** | | **GRAVE** | | | **120** |
| **IV** | | **GRAVÍSSIMO** | | | **180** |
| **CAUÇÃO - Valores referentes ao Art. 58** | | | | | |
| **de** | **30 URM** | | **a** | **43 URM** | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANEXO II – (TABELA I)** | | |
| **VALOR DAS EDIFICAÇÕES (m²)** | | |
| Casa | **Tipo** | **Vm2E** |
| Alvenaria | **48,7760** |
| Madeira Dupla | **29,2683** |
| Madeira Simples | **14,6351** |
| Metálica | **11,7091** |
| Mista | **39,0263** |
| Outros | **48,7760** |
| Espaço/Gourmet/Festas | Todos | **29,2683** |
| Apartamento/Sala | Salas Térreas | **78,0426** |
| Sala outros Andares | Salas outros Andares | **48,7760** |
| Área de Terraço | Área de Terraço | **18,8000** |
| Galpão / Garagem | Alvenaria | **19,5080** |
| Madeira Dupla | **9,7554** |
| Madeira Simples | **6,8294** |
| Metálica | **7,8057** |
| Mista | **5,8565** |
| Outros | **19,5080** |
| Telheiro | Todos | **2,9237** |
| Pavilhão Com. / Industrial | Todos | **24,3917** |
| Outros | Escolas | **48,7760** |
| Hotéis | **48,7760** |
| Ginásios / Depósito | **24,3880** |
| Sede Social / Sindicato/ Outros | **48,7760** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO II – (TABELA II)** | | | | | |
| **PONTOS POR CATEGORIA** | | | | | |
| **[38] Revestimento Externo** | | **[42] Estrutura** | | **[44] Cobertura** | |
| Sem | 0 | Concreto | 15 | Metálica | 8 |
| Rebocada | 8 | Alvenaria | 15 | Fibrocimento | 10 |
| Pintada | 10 | Madeira | 10 | Telha Barro | 12 |
| Granilha | 12 | Metálica | 17 | Telha Concreto | 16 |
| Pastilhas | 17 | Pedra | 8 | Laje Aparente | 10 |
| Outros | 15 |  |  | Outros | 18 |
| **[41] Instalação Sanitária** | | **[43] Instalação Elétrica** | | **[45] Esquadrias** | |
| Sem | 0 | Sem | 0 | Madeira | 12 |
| Externa | 5 | Aparente | 5 | Ferro | 10 |
| Interna | 10 | Embutida | 16 | Alumínio | 16 |
| Mais de Uma | 16 | Mista | 10 | PVC | 14 |
|  |  |  |  | Outros | 12 |
|  |  |  |  | Sem | 0 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO II – (TABELA III)** | | | |
| **TABELA PARA ARBITRAMENTO DO CUSTO DA**  **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL** | | | |
| **Classificação e tipos de Construções**  **por m² com base no CUB**  (Tabela SINDUSCON-RS) | **PADRÕES** | | |
| **Baixo** | **Normal** | **Alto** |
| **Até 100 m²** | **+ 100 m²**  **até 200 m²** | **+ 200 m²** |
| **RESIDENCIAL UNIFAMILIAR** | **R 1-B** | **R 1-N** | **R 1-A** |
| Casa de Alvenaria | 0,40 | 0,40 | 0,40 |
| Casa Mista (Alvenaria/Madeira) | 0,32 | 0,32 | 0,32 |
| Casa de Madeira | 0,24 | 0,24 | 0,24 |
| Alvenaria Popular até 70m² | 0,24 | --- | --- |
| **RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR** | **R 8-B** | **R 8-N** | **R 8-A** |
| Prédios com mais de dois pavimentos e Casas Geminadas | 0,40 | 0,40 | 0,40 |
| **C O M E R C I A I S** | --- | **CSL 8-N** | **CSL 8-A** |
| Prédios com mais de dois pavimentos | Alvenaria | 0,40 | 0,40 |
| Pré-moldados | 0,30 | 0,30 |
| Outras Edificações  (até 2 pavimentos) | Alvenaria | 0,40 | 0,40 |
| Pré-moldados | 0,30 | 0,30 |
| Metálicos | 0,20 | 0,20 |
| **I N D U S T R I A I S** | **G I** | | |
| Galpões  (Salões, Pavilhões e Depósitos) | Alvenaria | Edificação Mista com Predominância em | |
| Pré-moldados | Metálicos |
| 0,40 | 0,30 | 0,20 |

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO III** | |
| **IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS** | |
| **I – TRABALHO PESSOAL** | **URM** |
| **a) Profissionais** |  |
| **1)** Profissionais liberais com curso superior e os legalmente equiparados | **19,3011** |
| **2)** Outros serviços profissionais (técnicos) | **9,1786** |
| **b) Diversos** |  |
| **1)** agenciamento, corretagem, representação, comissão e qualquer outro tipo de intermediação | **13,8471** |
| **2)** outros serviços não especificados | **4,6186** |
| **II – SERVIÇOS DE TÁXIS** |  |
| Por Veículo | **4,6186** |
| **III – ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS (SIMPLES NACIONAL)** |  |
| Por Profissional | **3,0583** |
| **IV – ENGENHEIROS E ARQUITETOS (fora do município)** | **p/projeto URM** |
| **I -** obras até 150,00 m² de área a ser construída; | **2,50** |
| **II -** obras de 150,01 m² a 1.000,00 m² de área a ser construída; | **6,00** |
| **III -** para obras acima de 1.000,00 m² de área a ser construída. | **12,00** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANEXO IV** | | |
| **TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS** | | |
| **I – EXPEDIENTES:** | | **URM** |
| **1.1** | Expedição de Certidões, Declarações e Atestados (por lauda) | **0,9500** |
| **1.2** | Cópia Reprográfica (por folha) | **0,2000** |
| **1.3** | Segunda Via, baixas ou alterações (Alvará) | **0,8000** |
| **2.** | **Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e)** |  |
| **2.1** | Cancelamento ou Alteração - até três unidades | **0,4286** |
| **2.2** | Acima de 4 (quatro) NFS-e - por unidade excedente - soma-se a taxa do item anterior (2.1) | **0,1415** |
| **II – SERVIÇOS DE CEMITÉRIO:** | | **URM** |
| **1.** | Licença para construção ou reforma de jazigo | **2,0000** |
| **2.** | Sepultamento, Translado e Exumação | **1,5000** |
| **3.** | Registro de Certidão de óbito | **0,5300** |
| **4.** | **Permissão ou concessão de Uso Temporário** |  |
| **4.1** | Gavetas por de 3 (três) anos - sepultamento de crianças até 1 (um) ano de idade; | **5,0000** |
| **4.2** | Gavetas por 5 (cinco) anos – demais sepultamentos | **8,5000** |
| **5.** | **Arrendamento Perpétuo** |  |
| **5.1** | Terrenos perpétuos por m². | **42,0000** |
| **5.2** | Gavetas, por unidade | **30,0000** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO V** | | | | | |
| **TAXA DE COLETA DE LIXO** | | | | | |
| **ESPÉCIE DE IMÓVEL**  Faixas em metros quadrados (m²) | | | | | **Valor em**  **URM** |
| **RESIDENCIAL** | | | | | |
| **I -** | Até | | 70,00 | | **2,3000** |
| **II -** | de | 70,01 | a | 100,00 | **3,1000** |
| **III -** | de | 101,01 | a | 150,00 | **4,2000** |
| **IV -** | de | 151,01 | a | 200,00 | **4,6000** |
| **V -** | de | 200,01 | a | 250,00 | **7,0000** |
| **VI -** | de | 250,01 | a | 350,00 | **9,5000** |
| **VII -** | de | 350,01 | a | 500,00 | **11,7000** |
| **VIII -** | Acima de | | 500,01 | | **14,1000** |
| **NÃO RESIDENCIAL** | | | | | |
| **I -** | Até | | 70,00 | | **3,2000** |
| **II -** | de | 70,01 | a | 100,00 | **3,9000** |
| **III -** | de | 100,01 | a | 300,00 | **5,2000** |
| **IV -** | de | 300,01 | a | 500,00 | **7,5000** |
| **V -** | de | 500,01 | a | 700,00 | **9,9000** |
| **VI -** | de | 700,01 | a | 1.000,00 | **13,4000** |
| **VII -** | Acima de | | 1.000,01 | | **17,0000** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO VI** | | | | | |
| **TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA** | | | | | |
| **DESCRIÇÕES** | | | | | **URM** |
| **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** | Autônomos de Nível Técnico ou Superior | | | | **5,7500** |
| Demais profissionais Autônomos | | | | **4,4000** |
| **ESTABELECIMENTOS**  **COMERCIAIS**  **INDUSTRIAIS**  **E DE PRESTAÇÃO**  **DE SERVIÇOS** | Faixas por metro quadrado (m²) | | | | **URM** |
| ATÉ | | | 100,00 | **2,9846** |
| de | 100,01 | a | 250,00 | **5,9349** |
| de | 250,01 | a | 500,00 | **8,1969** |
| de | 500,01 | a | 750,00 | **11,2703** |
| de | 750,01 | a | 1.000,00 | **13,4009** |
| de | 1.000,01 | a | 1.500,00 | **27,7440** |
| de | 1.500,01 | a | 3.000,00 | **41,1109** |
| Acima de | | | 3.000,01 | **55,4471** |
| **FUNCIONAMENTO EM HORÁRIOESPECIAL** | | | | | **2,2783** |
| ATIVIDADES QUE DEMANDEM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (POR DIA) | | | | | **19,4608** |
| **ATIVIDADE AMBULANTE** | **1.** Em caráter eventual ou transitório (por dia) | | | | **2,0000** |
| **2.** Em caráter eventual ou transitório (por mês) | | | | **4,0000** |
| **3.** Em caráter permanente por ano | | | | **30,0000** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO VII** | | | | | | |
|  | **TAXA DE FISCALIZAÇÃO** | | | | | **URM** |
| **ATIVIDADE** | | **Área (m²) / Descrição** | | | |
| **ESTABELECIMENTOS**  **COMERCIAIS**  **INDUSTRIAIS**  **E DE PRESTAÇÃO**  **DE SERVIÇOS** | | Até | | | 100,00 | **2,8000** |
| de | 100,01 | a | 250,00 | **5,7000** |
| de | 250,01 | a | 500,00 | **7,8000** |
| de | 500,01 | a | 750,00 | **11,0000** |
| de | 750,01 | a | 1.000,00 | **13,0000** |
| de | 1.000,01 | a | 1.500,00 | **27,0000** |
| de | 1.500,01 | a | 3.000,00 | **40,5000** |
| Acima de | | | 3.000,01 | **54,5000** |
| **AUTÔNOMOS** | | Autônomos de Nível Técnico ou Superior | | | | **4,5000** |
| Demais profissionais Autônomos | | | | **2,8000** |
| **AVICULTORES E SUINOCULTORES, ENTIDADES ESPORTIVAS, SOCIAIS E SALÕES COMUNITÁRIOS** | | | | | | **2,8000** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANEXO VIII** | | |
| **TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA** | | |
| **ESPECIFICAÇÕES** | | **URM** |
| **I – PELA APROVAÇÃO DE PROJETOS** | | |
| **1.** | **CONSTRUÇÃO, REGULARIZAÇÃO OU AMPLIAÇÃO** |  |
| **1.1** | Habitação unifamiliar de interesse social até 70m² | **isento** |
| **1.2** | Edificação residencial unifamiliar (por m²) | **0,0210** |
| **1.3** | Edificação residencial multifamiliar, comercial e prestação de serviço ou mista (por m²) | **0,0200** |
| **2.** | **PAVILHÃO** |  |
| **2.1** | Pavilhão – até 750m² | **11,0662** |
| **2.2** | Pavilhão acima de 751m² - por m² excedente, soma-se a taxa do item anterior (2.1) | **0,0081** |
| **2.3** | Pavilhão ampliação (por m²) | **0,0118** |
| **3.** | **PARCELAMENTO DE SOLO URBANO** |  |
| **3.1** | Fracionamento (por lote) | **2,0000** |
| **3.2** | Desmembramento (por lote) | **2,0000** |
| **3.3** | Fusão ou aglutinação (por lote) | **2,0000** |
| **3.4** | Loteamento |  |
| **3.4.1** | até 350 (por número de lotes) | **1,0000** |
| **3.4.2** | acima de 350 lotes – valor único | **445,0000** |
| **II – ALINHAMENTO PREDIAL E INDICES URBANISTICOS** | | |
| **1.1** | Alinhamento predial e índices urbanísticos | **2,1038** |
| **III – CARTA DE HABITE-SE E HABITE LEGAL** | | |
| **1.1** | Habitação unifamiliar de interesse social até 70m² | **isento** |
| **1.2** | Edificação - até 100m² | **3,3032** |
| **1.3** | Edificação acima de 101m² - por m² excedente, soma-se a taxa do item anterior (1.2) | **0,0138** |
| **1.4** | Habite legal - até 100m² | **4,3332** |
| **1.5** | Habite legal – edificação acima de 101m² - por m² excedente, soma-se a taxa do item anterior (1.4) | **0,0186** |
| **IV – EXPEDIENTES** | | |
| **1.1** | Substituição de prancha | **1,6377** |
| **1.2** | Substituição de projeto (por m²) | **0,0058** |
| **1.3** | Baixa de projeto | **0,9235** |
| **1.4** | Segunda via de Alvará de Construção e Carta de Habite-se (cada documento) | **0,7870** |
| **1.5** | Numeração predial – Confirmação de endereço | **0,9235** |
| **1.6** | Troca de Proprietário | **0,9235** |
| **1.7** | Troca de responsável técnico | **0,9235** |
| **1.8** | Cópia autenticada de projetos | **1,2220** |
| **1.9** | Alvará de Demolição | **0,9235** |
| **1.10** | Certidão de Demolição | **0,9235** |
| **1.11** | Certidão de Inexistência | **0,9235** |
| **1.12** | Empréstimo de projetos | **0,7870** |

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO IX** | |
| **TABELA PRICE** | |
| Prazo em meses | Coeficiente |
| 01 | 1,01000000 |
| 02 | 0,50751243 |
| 03 | 0,34002211 |
| 04 | 0,25628109 |
| 05 | 0,20603979 |
| 06 | 0,17254836 |
| 07 | 0,14862828 |
| 08 | 0,13069029 |
| 09 | 0,11674036 |
| 10 | 0,10558207 |
| 11 | 0,09645407 |
| 12 | 0,08884878 |
| 13 | 0,08241481 |
| 14 | 0,07690117 |
| 15 | 0,07212378 |
| 16 | 0,06794459 |
| 17 | 0,06425805 |
| 18 | 0,06098204 |
| 19 | 0,05805175 |
| 20 | 0,05541531 |
| 21 | 0,05303075 |
| 22 | 0,05086371 |
| 23 | 0,04888584 |
| 24 | 0,04707347 |
| 25 | 0,04540675 |
| 26 | 0,04386887 |
| 27 | 0,04244552 |
| 28 | 0,04112443 |
| 29 | 0,03989501 |
| 30 | 0,03874811 |
| 31 | 0,03767573 |
| 32 | 0,03667088 |
| 33 | 0,03572743 |
| 34 | 0,03483996 |
| 35 | 0,03400368 |
| 36 | 0,03321430 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO X – (TABELA I)** | | | |
| **VALORES PARA SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO FLORESTAL,**  **ALVARÁ FLORESTAL E PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA** | | | |
| **PORTE** | **POTENCIAL**  **POLUIDOR** | **ALVARÁ FLORESTAL (AF)** | **PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD)**  **EM ZONA URBANA E RURAL** |
| **MINIMO** | **Baixo** | **4,9589** | **11,9500** |
| **Médio** | **4,9589** | **0,00** |
| **Alto** | **11,9500** | **0,00** |
| **PEQUENO** | **Baixo** | **5,6329** | **19,3729** |
| **Médio** | **5,6329** | **0,00** |
| **Alto** | **56,0826** | **0,00** |
| **MÉDIO** | **Baixo** | **7,0409** | **129,1531** |
| **Médio** | **7,0409** | **0,00** |
| **Alto** | **387,4591** | **0,00** |
| **GRANDE** | **Baixo** | **8,8011** | **697,4263** |
| **Médio** | **8,8011** | **0,00** |
| **Alto** | **1.394,8529** | **0,00** |
| **EXCEPCIONAL** | **Baixo** | **11,0014** | **1.937,2954** |
| **Médio** | **11,0014** | **0,00** |
| **Alto** | **4.520,3563** | **0,00** |
| **ÚNICO** | **Baixo** | **4,9589** | **0,00** |
| **Médio** | **5,9749** | **0,00** |
| **Alto** | **0,00** | **0,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO X – (TABELA II)** | | | | | | | | | |
| **VALORES PARA SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL** | | | | | | | | | |
| **PORTE** | **PP** | **TIPO DE LICENÇA** | | | | | | | |
| **LP** | **LI** | **LO** | **LI REG** | **LO REG** | **LP\*** | **LI\*** | **LO\*** |
| **MÍNIMO** | **B** | 5,6409 | 16,0454 | 8,096 | 21,6860 | 29,7820 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **M** | 7,0426 | 19,4934 | 13,5857 | 26,5360 | 40,1220 | 151,9191 | 165,2805 | 121,5354 |
| **A** | 9,2846 | 25,1383 | 21,5374 | 34,4234 | 55,9609 | 227,8791 | 225,5789 | 294,5814 |
|  | | | | | | | | | |
| **PEQUENO** | **B** | 13,0526 | 32,1080 | 18,5289 | 45,1606 | 63,6891 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **M** | 26,0434 | 38,7503 | 31,2611 | 64,7937 | 96,0546 | 227,8791 | 225,5789 | 294,5814 |
| **A** | 37,6966 | 64,2914 | 55,2494 | 113,6180 | 157,2374 | 410,1826 | 220,0286 | 182,3034 |
|  | | | | | | | | | |
| **MÉDIO** | **B** | 54,2571 | 82,6891 | 41,4160 | 136,9457 | 178,3617 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **M** | 108,5140 | 118,0580 | 86,8111 | 226,5720 | 313,3826 | 410,1826 | 220,0286 | 182,3034 |
| **A** | 162,7709 | 161,1277 | 210,4154 | 323,8989 | 534,3140 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
|  | | | | | | | | | |
| **GRANDE** | **B** | 292,9877 | 157,1631 | 130,2171 | 450,1506 | 580,3674 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **M** | 390,6500 | 260,4334 | 260,4334 | 651,0834 | 911,5163 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **A** | 585,9749 | 455,7586 | 455,7586 | 1.041,7329 | 1.497,4914 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
|  | | | | | | | | | |
| **EXCEP-CIONAL** | **B** | 813,8540 | 325,5414 | 325,5414 | 1.139,3954 | 1.464,9369 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **M** | 1.085,1386 | 434,0554 | 434,0554 | 1.519,1940 | 1.953,2491 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **A** | 1.898,9923 | 1.736,2217 | 1.736,2217 | 3.635,2140 | 5.371,4351 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
|  | | | | | | | | | |
| **OUTROS** | | 9,2846 | 25,1383 | 21,5374 | 34,4234 | 55,9609 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

\* Loteamentos / parcelamentos de solo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO X – (TABELA III)** | | | |
| **VALORES PARA SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO** | | | |
| PORTE | VOLUME (m³) | PP | **URM** |
| MÍNIMO | >= 1.000,01 E <= 2.000,00 | B | **16,0454** |
| PEQUENO | >= 2.000,01 E <= 5.000,00 | B | **32,1080** |
| MÉDIO | >= 5.000,01 E <= 10.000,00 | B | **82,6891** |
| GRANDE | >= 10.000,01 E <= 20.000,00 | B | **157,1631** |
| EXCEPCIONAL | >= 20.000,01 | B | **325,5414** |

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO X – (TABELA IV)** | |
| **VALORES PARA OUTROS SERVIÇOS AMBIENTAIS** | |
| EIA/RIMA | **457,0369 (URM)** |
| EIV/RIVI | **228,6003 (URM)** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO X – (TABELA V)** | | | | |
| **ATIVIDADES PASSÍVEIS DE DESCONTO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PRONAF - DAP** | | | | |
| **Código de Ramo** | **Atividade** | **Unidade de Medida** | **Porte** | **Potencial Poluidor** |
|  | **Agrossilvipastoril**  **Atividades Agropecuárias**  **Irrigação** |  |  |  |
| 111,30 | Irrigação pelo Método Superficial | Área irrigada (ha) | <=50 | Alto |
| 111,41 | Irrigação pelo Método de Aspersão ou Localizado com Barragens | Área da bacia de acumulação(ha) | <=10 | Alto |
| 111,42 | Irrigação pelo Método de Aspersão ou Localizado com Açudes | Área da bacia de acumulação (ha) | >=5,01<=10 | Baixo |
| 111,95 | Barragem para irrigação – apenas para fornecimento de água | Área da bacia de acumulação (ha) | <=10 | Alto |
| 111,96 | Açude para irrigação – apenas para fornecimento de água | Área da bacia de acumulação (ha) | >=5,01<=10 | Baixo |
|  | **Criação de Animais de**  **Pequeno Porte** |  |  |  |
|  | **Criação de Aves** |  |  |  |
| 112,11 | Criação de Aves de Corte | Nº de cabeças (un) | >=1.001 | Médio |
| 112,12 | Criação de Aves de Postura | Nº de cabeças (un) | >=1.001<=120.000 | Médio |
| 112,13 | Criação de Matrizes e Ovos | Nº de cabeças (un) | >=1.001<=120.000 | Médio |
| 112,14 | Incubatório | Nº de pintos/mês (un) | >=51<=600.000 | Médio |
|  | **Criação de Outros Animais** |  |  |  |
| 112,21 | Cunicultura e outros animais de pequeno porte | Nº de cabeças (un) | >=1.001<=12.000 | Médio |
|  | **Criações de Animais de**  **Médio Porte** |  |  |  |
|  | **Criação de Suínos com Manejo de Dejetos Líquidos** |  |  |  |
| 114,21 | Criação de Suínos Ciclo Completo com Manejo de Dejetos Líquidos | Nº de matrizes (un) | >=6<=60 | Alto |
| 114,22 | Criação de Suínos – Unidade Produtora de Leitões até 21 dias – com Manejo de Dejetos  Líquidos | Nº de matrizes (un) | >=6<=600 | Alto |
| 114,23 | Criação de Suínos – Unidade Produtora de Leitões até 63 dias – com Manejo de Dejetos  Líquidos | Nº de matrizes (un) | >=6<=300 | Alto |
| 114,24 | Criação de Suínos – Terminação -  com Manejo de Dejetos Líquidos | Nº de cabeças (un) | >=61<=1500 | Alto |
| 114,25 | Criação de Suínos – Creche - com  Manejo de Dejetos Líquidos | Nº de cabeças (un) | >=201<=4000 | Alto |
|  | **Criação de Suínos - com Manejo de Dejetos sobre Cama** |  |  |  |
| 114,31 | Criação de Suínos – Ciclo Completo – Com Manejo de Dejetos sobra camas | Nº de matrizes (un) | >=6<=75 | Médio |
| 114,32 | Criação de Suínos - Unidade Produtora de Leitões até 21 dias– com Manejo de Dejetos sobre  Camas | Nº de matrizes (un) | >=6<=420 | Médio |
| 114,33 | Criação de Suínos - Unidade Produtora de Leitões até 63 dias– com Manejo de Dejetos sobre  Camas | Nº de matrizes (un) | >=6<=300 | Médio |
| 114,34 | Criação de Suínos - Terminação– com  Manejo de Dejetos sobre Camas | Nº de cabeças (un) | >=61<=750 | Médio |
| 114,35 | Criação de Suínos - Creche– com Manejo de Dejetos sobre Camas | Nº de cabeças (un) | >=201<=3000 | Médio |
|  | **Criação de Animais de Grande Porte (Confinado)** |  |  |  |
| 116,10 | Criação de Bovinos Confinados | Nº de cabeças (un) | >=51<=400 | Alto |
| 116,20 | Criação de outros Animais de Grande  Porte Confinados | Nº de cabeças (un) | >=51<=500 | Alto |
|  | **Criação de Animais de Grande Porte (Semi – Confinado)** |  |  |  |
| 117,10 | Criação de Bovinos (Semi –Confinado) | Nº de cabeças (un) | >=201<=600 | Alto |
|  | **Piscicultura** |  |  |  |
|  | **Piscicultura – Sistema Intensivo para Engorda** |  |  |  |
| 119,21 | Piscicultura de Espécies Nativas para  Engorda (Sistema Intensivo) | Área alagada (ha) | <=5 | Baixo |
| 119,22 | Piscicultura de Espécies Exóticas para  Engorda (Sistema Intensivo) | Área alagada (ha) | <=5 | Médio |
|  | **Piscicultura**  **Sistema Semi - Intensivo** |  |  |  |
| 119,31 | Piscicultura de Espécies Nativas  (Sistema Semi-Intensivo) | Área alagada (ha) | <=5 | Baixo |
| 119,32 | Piscicultura de Espécies Exóticas  (Sistema Semi-Intensivo) | Área alagada (ha) | <=5 | Médio |
|  | **Piscicultura - Sistema Extensivo** |  |  |  |
| 119,41 | Piscicultura de Espécies Nativas  (Sistema Extensivo) | Área alagada (ha) | >=2<=5 | Baixo |
| 119,42 | Piscicultura de Espécies Exóticas  (Sistema Extensivo) | Área alagada (ha) | <=5 | Médio |

**LEGENDAS:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TIPO DE LICENÇA** | | | | | |
| **LP:** Licença Prévia | | | **LI REG:** Licença de Instalação de Regularização | | |
| **LI:** Licença de Instalação | | | **LO REG:** Licença de Operação de Regularização | | |
| **LO:** Licença de Operação | | |  | | |
| **GRAU DE POLUIÇÃO (PP)** | | | |  | **OUTROS:** |
| **B:**  Baixo | **M:** Médio | **A:** Alto | |  | Pronaf e similares |
| **LP \*, LI \* e LO \* para as seguintes atividades:** | | | | | |
| Parcelamento do solo para fins residenciais: Loteamentos ou Desmembramento - Unifamiliar (Inclusão da ETE, Quando Couber, e Suas Licenças Correspondentes) | | | | | |
| Parcelamento do Solo Para Fins Residenciais: Loteamentos ou Desmembramento - Plurifamiliar Prédios de Apartamentos (Inclusão da ETE, Quando Couber, e Suas Licenças Correspondentes) | | | | | |
| Condomínios Por Unidade Autônoma / Fração Ideal - Horizontal (Inclusão da ETE Quando Couber) | | | | | |
| Condomínios Por Unidade Autônoma / Fração Ideal - Vertical Prédios de Apartamentos (Inclusão da ETE Quando Couber) | | | | | |
| Distrito / Loteamento Industrial / Polo Industrial | | | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO XI - (TABELA I)** | |
| **TAXA DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA**  ALVARÁ INICIAL, INCLUSIVE VISTORIA PRÉVIA E RENOVAÇÃO ANUAL | |
| **SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESTABELECIMENTOS** | |
| **Atividades** | **URM** |
| **a)** **Consultórios** médicos, odontológicos, veterinários, de psicologia, de nutrição e similares;  **ambulatórios e clínicas - sem internamento** - médicas, odontológicas, veterinárias, estética, geriátrica, de enfermagem, de psicologia, de nutrição, de fisioterapia, de fisiatria, de terapia ocupacional, de radiologia, de ortopedia, de traumatologia, de psiquiatria, de radiologia e similares;  **serviços** de fonoaudiologia, de audiometria, de ecografia, de ecocardiografia, de diálise, de radioterapia, de quimioterapia, de medicina nuclear, de tomografia computadorizada, de ressonância magnética e similares;  **laboratórios** de análises químicas e clínicas, de prótese dentária, bancos de sangue e similares;  **gabinetes** de massagem, de pedicure, barbeiro, cabeleireiro, salões de beleza e similares;  **locais** de balneários, saunas, lavanderias de uso coletivo, clubes e sedes sociais com piscinas coletivas, casas de diversões, boates e similares;  **estabelecimentos** de cuidado de crianças, creches, maternais, jardins de infância, escolas e similares, exceto os comunitários e filantrópicos, os quais ficam isentos ... | **1,3183** |
| **b)** Farmácias, drogarias, ópticas, desinsetizadoras, desratizadoras, desinfectizadoras, comércio e distribuição de medicamentos e correlatos, comércio de prótese ortopédica e correlatos e clínicas geriátricas com internamento... | **1,7058** |
| **c)** Distribuidoras e comércio de produtos farmacêuticos e correlatos, pronto socorro em geral, clínicas médicas e veterinárias com internamento, hospital - inclusive veterinário -, laboratório industrial farmacêutico e de cosméticos, de saneantes, de domissanitários e correlatos... | **1,7058** |

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO XI - (TABELA II)** | |
| **SERVIÇO DE CONTROLE DE ALIMENTOS** | |
| **Atividades** | **URM** |
| **a)** Depósitos, distribuidoras e comércio de produtos alimentícios em geral - inclusive de bebidas e trailers - e comércio ambulante em geral, veículos de transporte de alimentos, açougues, peixarias, bares, lancherias e similares, pensões com refeições... | **1,7058** |
| **b)** Indústria de alimentos em geral e de extração e engarrafamento de água mineral e cozinha industrial... | **2,5595** |
| **c)** supermercados, restaurantes e similares, hotéis, pousadas, sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água... | **1,7058** |

|  |  |
| --- | --- |
| **ANEXO XI – (TABELA III)** | |
| **OUTROS SERVIÇOS** | |
| **Atividades** | **URM** |
| **a)** Licença para comercializar psicotrópicos e entorpecentes... | **5,1220** |
| **b)** Vistorias em geral, encerramento e troca de endereço... | **1,7058** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO XI – (TABELA IV)** | | | | |
| **INFRAÇÕES E MULTAS SANITÁRIAS** | **U R M** | | | |
| **1)** Leves: | de | **4,2543** | a | **42,5515** |
| **2)** Graves: | de | **42,5516** | a | **170,8783** |
| **3)** Gravíssimas: | de | **170,8784** | a | **597,6915** |
| **4)** Infração por destinação indevida de lixo contaminado: | **426,8558** | | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANEXO XII** | | |
| **TAXAS DE ATIVIDADE DO**  **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM** | | |
| **ATIVIDADE** | | **URM** |
| **I** | Exame de projetos de prédios industriais para industrialização de produtos de origem animal: | |
| **-** | Até 250 m². | 1,4286 |
| **-** | Acima de 250 m². (cobrar por m² excedente) | 0,0029 |
| **II** | Registro de estabelecimento. | 1,4287 |
| **III** | Registro de produtos, registro de rótulos e embalagens. | 0,4286 |
| **IV** | Fiscalização no abate de bovinos e bubalinos (exceto vitelos), por unidade. | 0,0572 |
| **V** | Fiscalização no abate de ovinos, caprinos, suínos e vitelos, por unidade. | 0,0358 |
| **VI** | Fiscalização no abate de aves e pequenos animais, porá cada 10 unidades. | 0,0115 |
| **VII** | Fiscalização de pescado e derivados, por 100 kg de produto final. | 0,0572 |
| **VIII** | Inspeção Sanitária de produtos lácteos, por 100 litros de leite industrializado, por 100 kg de produto final. | 0,0286 |
| **IX** | Inspeção Sanitária de produtos embutidos, conservas e outros produtos processados de origem animal, por 100 kg de produto final. | 0,0572 |
| **X** | Inspeção Sanitária de ovos, por 100 dúzias produzidas. | 0,1429 |
| **XI** | Inspeção Sanitária de mel, por 100 kg produzidos. | 0,0572 |
| **XII** | Alteração de Razão Social. | 0,5715 |
| **XIII** | Encerramento das Atividades. | 0,5715 |
| **XIV** | Inspeção Sanitária de veículo de transporte de produtos do estabelecimento. | 1,4286 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO XIII** | | | | | |
| **DESCUMPRIMENTO DO TCAM – ALVARÁ PROVISÓRIO** | | | | | |
| **ÁREA FÍSICA OCUPADA PELA ATIVIDADE** | | | | **Penalidade em URM** | |
| **Descumprimento do TCAM** | |
| **PARCIAL** | **INTEGRAL** |
| **Até** | | | **100,00** | **3,0580** | **6,1077** |
| **de** | **100,01** | **a** | **250,00** | **4,8889** | **9,7743** |
| **de** | **250,01** | **a** | **350,00** | **6,1077** | **12,2154** |
| **Acima de** | | | **350,00** | **9,1643** | **18,3280** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Anexo XIV** | | |
|  | **L I S T A D E S E R V I Ç O S** |  |
| **Item** | **Descrição do Serviço** | **Alíquota do ISS** |
| **1.** | **Serviços de informática e congêneres**. |  |
| 1.01 | Análise e desenvolvimento de sistemas. | **3%** |
| 1.02 | Programação. | **3%** |
| 1.03 | Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. | **3%** |
| 1.04 | Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. Processamento de dados e congêneres. | **3%** |
| 1.05 | Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação. | **3%** |
| 1.06 | Assessoria e consultoria em informática. | **3%** |
| 1.07 | Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. | **3%** |
| 1.08 | Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. | **3%** |
| 1.09 | Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, sujeita ao ICMS). | **3%** |
| **2.** | **Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.** |  |
| 2.01 | Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. | **3%** |
| **3.** | **Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.** |  |
| 3.01 | (VETADO) | **3%** |
| 3.02 | Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. | **3%** |
| 3.03 | Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. | **3%** |
| 3.04 | Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. | **3%** |
| 3.05 | Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário. | **3%** |
| **4.** | **Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.** |  |
| 4.01 | Medicina e biomedicina. | **3%** |
| 4.02 | Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. | **3%** |
| 4.03 | Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres. | **3%** |
| 4.04 | Instrumentação cirúrgica. | **3%** |
| 4.05 | Acupuntura. | **3%** |
| 4.06 | Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. | **3%** |
| 4.07 | Serviços farmacêuticos. | **3%** |
| 4.08 | Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. | **3%** |
| 4.09 | Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental. | **3%** |
| 4.10 | Nutrição. | **3%** |
| 4.11 | Obstetrícia. | **3%** |
| 4.12 | Odontologia. | **3%** |
| 4.13 | Ortóptica. | **3%** |
| 4.14 | Próteses sob encomenda. | **3%** |
| 4.15 | Psicanálise. | **3%** |
| 4.16 | Psicologia. | **3%** |
| 4.17 | Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. | **3%** |
| 4.18 | Inseminação artificial, fertilização *in vitro*e congêneres. | **3%** |
| 4.19 | Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. | **3%** |
| 4.20 | Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. | **3%** |
| 4.21 | Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. | **3%** |
| 4.22 | Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. | **3%** |
| 4.23 | Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. | **3%** |
| **5.** | **Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.** |  |
| 5.01 | Medicina veterinária e zootecnia. | **3%** |
| 5.02 | Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. | **3%** |
| 5.03 | Laboratórios de análise na área veterinária. | **3%** |
| 5.04 | Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres. | **3%** |
| 5.05 | Bancos de sangue e de órgãos e congêneres. | **3%** |
| 5.06 | Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. | **3%** |
| 5.07 | Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. | **3%** |
| 5.08 | Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. | **3%** |
| 5.09 | Planos de atendimento e assistência médico-veterinária. | **3%** |
| **6.** | **Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.** |  |
| 6.01 | Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. | **3%** |
| 6.02 | Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. | **3%** |
| 6.03 | Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. | **3%** |
| 6.04 | Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas. | **3%** |
| 6.05 | Centros de emagrecimento, spa e congêneres. | **3%** |
| 6.06 | Aplicação de tatuagens, piercingse congêneres. | **3%** |
| **7.** | **Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.** |  |
| 7.01 | Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. | **2%** |
| 7.02 | Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). | **2%** |
| 7.03 | Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. | **2%** |
| 7.04 | Demolição. | **2%** |
| 7.05 | Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). | **2%** |
| 7.06 | Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço. | **2%** |
| 7.07 | Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. | **2%** |
| 7.08 | Calafetação. | **2%** |
| 7.09 | Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. | **2%** |
| 7.10 | Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. | **2%** |
| 7.11 | Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. | **2%** |
| 7.12 | Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. | **2%** |
| 7.13 | Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres. | **2%** |
| 7.16 | Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. | **2%** |
| 7.17 | Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres. | **2%** |
| 7.18 | Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. | **2%** |
| 7.19 | Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. | **2%** |
| 7.20 | Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. | **2%** |
| 7.21 | Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais. | **2%** |
| 7.22 | Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres. | **2%** |
| **8.** | **Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.** |  |
| 8.01 | Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. | **3%** |
| 8.02 | Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. | **3%** |
| **9.** | **Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.** |  |
| 9.01 | Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços). | **3%** |
| 9.02 | Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres. | **3%** |
| 9.03 | Guias de turismo. | **3%** |
| **10.** | **Serviços de intermediação e congêneres.** |  |
| 10.01 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada. | **2%** |
| 10.02 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. | **2%** |
| 10.03 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. | **2%** |
| 10.04 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring). | **2%** |
| 10.05 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. | **2%** |
| 10.06 | Agenciamento marítimo. | **2%** |
| 10.07 | Agenciamento de notícias. | **2%** |
| 10.08 | Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios. | **2%** |
| 10.09 | Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. | **2%** |
| 10.10 | Distribuição de bens de terceiros. | **2%** |
| **11.** | **Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.** |  |
| 11.01 | Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. | **3%** |
| 11.02 | Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes | **3%** |
| 11.03 | Escolta, inclusive de veículos e cargas. | **3%** |
| 11.04 | Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. | **3%** |
| 11.05 | Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza. | **3%** |
| **12.** | **Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.** |  |
| 12.01 | Espetáculos teatrais. | **5%** |
| 12.02 | Exibições cinematográficas. | **5%** |
| 12.03 | Espetáculos circenses. | **5%** |
| 12.04 | Programas de auditório. | **5%** |
| 12.05 | Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. | **5%** |
| 12.06 | Boates, taxi-dancing e congêneres. | **5%** |
| 12.07 | Shows*,*ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. | **5%** |
| 12.08 | Feiras, exposições, congressos e congêneres. | **5%** |
| 12.09 | Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. | **5%** |
| 12.10 | Corridas e competições de animais. | **5%** |
| 12.11 | Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. | **5%** |
| 12.12 | Execução de música | **5%** |
| 12.13 | Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows*,*ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. | **5%** |
| 12.14 | Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. | **5%** |
| 12.15 | Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. | **5%** |
| 12.16 | Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres. | **5%** |
| 12.17 | Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza. | **5%** |
| **13.** | **Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.** |  |
| 13.02 | Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. | **3%** |
| 13.03 | Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. | **3%** |
| 13.04 | Reprografia, microfilmagem e digitalização. | **3%** |
| 13.05 | Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. | **3%** |
| **14.** | **Serviços relativos a bens de terceiros.** |  |
| 14.01 | Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). | **3%** |
| 14.02 | Assistência técnica. | **3%** |
| 14.03 | Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). | **3%** |
| 14.04 | Recauchutagem ou regeneração de pneus. | **3%** |
| 14.05 | 14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. | **3%** |
| 14.06 | Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. | **3%** |
| 14.07 | Colocação de molduras e congêneres. | **3%** |
| 14.08 | Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres. | **3%** |
| 14.09 | Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento. | **3%** |
| 14.10 | Tinturaria e lavanderia. | **3%** |
| 14.11 | Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral. | **3%** |
| 14.12 | Funilaria e lanternagem. | **3%** |
| 14.13 | Carpintaria e serralheria. | **3%** |
| 14.14 | Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. | **3%** |
| **15.** | **Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.** |  |
| 15.01 | Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. | **5%** |
| 15.02 | Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. | **5%** |
| 15.03 | Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. | **5%** |
| 15.04 | Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. | **5%** |
| 15.05 | Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. | **5%** |
| 15.06 | Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. | **5%** |
| 15.07 | Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo. | **5%** |
| 15.08 | Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins. | **5%** |
| 15.09 | Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing). | **5%** |
| 15.10 | Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral. | **5%** |
| 15.11 | Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados. | **5%** |
| 15.12 | Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. | **5%** |
| 15.13 | Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. | **5%** |
| 15.14 | Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. | **5%** |
| 15.15 | Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. | **5%** |
| 15.16 | Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. | **5%** |
| 15.17 | Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. | **5%** |
| 15.18 | Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário. | **5%** |
| **16.** | **Serviços de transporte de natureza municipal.** | **3%** |
| 16.01 | Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. | **3%** |
| 16.02 | Outros serviços de transporte de natureza municipal. | **3%** |
| **17.** | **Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.** |  |
| 17.01 | Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. | **3%** |
| 17.02 | Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres. | **3%** |
| 17.03 | Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. | **3%** |
| 17.04 | Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. | **3%** |
| 17.05 | Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço. | **3%** |
| 17.06 | Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. | **3%** |
| 17.08 | Franquia (franchising). | **3%** |
| 17.09 | Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. | **3%** |
| 17.10 | Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. | **3%** |
| 17.11 | Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS). | **3%** |
| 17.12 | Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. | **3%** |
| 17.13 | Leilão e congêneres. | **3%** |
| 17.14 | Advocacia. | **3%** |
| 17.15 | Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. | **3%** |
| 17.16 | Auditoria. | **3%** |
| 17.17 | Análise de Organização e Métodos. | **3%** |
| 17.18 | Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. | **3%** |
| 17.19 | Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. | **3%** |
| 17.20 | Consultoria e assessoria econômica ou financeira. | **3%** |
| 17.21 | Estatística. | **3%** |
| 17.22 | Cobrança em geral. | **3%** |
| 17.23 | Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). | **3%** |
| 17.24 | Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. | **3%** |
| 17.25 | Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). | **3%** |
| **18.** | **Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.** |  |
| 18.01 | Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. | **3%** |
| **19.** | **Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.** |  |
| 19.01 | Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. | **3%** |
| **20.** | **Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.** |  |
| 20.01 | Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres. | **3%** |
| 20.02 | Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. | **3%** |
| 20.03 | Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive     suas operações, logística e congêneres. | **3%** |
| **21.** | **Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.** |  |
| 21.01 | Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. | **5%** |
| **22.** | **Serviços de exploração de rodovia.** |  |
| 22.01 | Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. | **5%** |
| **23.** | **Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.** |  |
| 23.01 | Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. | **3%** |
| **24.** | **Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.** |  |
| 24.01 | Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. | **3%** |
| **25.** | **Serviços funerários** |  |
| 25.01 | Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. | **5%** |
| 25.02 | Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. | **5%** |
| 25.03 | Planos ou convênio funerários. | **5%** |
| 25.04 | Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. | **5%** |
| 25.05 | Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. | **5%** |
| **26.** | **Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.** |  |
| 26.01 | Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier**e congêneres. | **3%** |
| **27.** | **Serviços de assistência social.** |  |
| 27.01 | Serviços de assistência social. | **3%** |
| **28.** | **Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.** |  |
| 28.01 | Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza. | **3%** |
| **29.** | **Serviços de biblioteconomia.** |  |
| 29.01 | Serviços de biblioteconomia. | **3%** |
| **30.** | Serviços de biologia, biotecnologia e química. |  |
| 30.01 | Serviços de biologia, biotecnologia e química. | **3%** |
| **31.** | **Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.** |  |
| 31.01 | Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. | **3%** |
| **32.** | **Serviços de desenhos técnicos.** |  |
| 32.01 | Serviços de desenhos técnicos. | **3%** |
| **33.** | **Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.** |  |
| 33.01 | Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. | **3%** |
| **34.** | **Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.** |  |
| 34.01 | Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. | **3%** |
| **35.** | **Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.** |  |
| 35.01 | Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. | **3%** |
| **36.** | **Serviços de meteorologia.** |  |
| 36.01 | Serviços de meteorologia. | **3%** |
| **37.** | **Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.** |  |
| 37.01 | Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. | **3%** |
| **38.** | **Serviços de museologia.** |  |
| 38.01 | Serviços de museologia. | **3%** |
| **39.** | **Serviços de ourivesaria e lapidação.** |  |
| 39.01 | Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço). | **3%** |
| **40.** | **Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.** |  |
| 40.01 | Obras de arte sob encomenda. | **3%** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **~~ANEXO XV~~** | | | | | |
| **~~Planta de Valores de Flores da Cunha – IPTU~~** | | | | | |
| ~~Nome Bairro~~ | ~~Código Bairro~~ | ~~Nome Logradouro~~ | ~~Código Logradouro~~ | ~~URM m² Terreno~~ | ~~Quadras~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA DOS IMIGRANTES~~ | ~~737~~ | ~~2,4320~~ | ~~12, 13~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA GIROLAMO MIORANZA~~ | ~~697~~ | ~~2,4320~~ | ~~1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 02 – ALFREDO CHAVES~~ | ~~726~~ | ~~2,4320~~ | ~~4,5~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 03 – ALFREDO CHAVES~~ | ~~727~~ | ~~2,4320~~ | ~~1,5,6,10, 1~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 04 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~728~~ | ~~2,4320~~ | ~~6,7~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 05 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~729~~ | ~~2,4320~~ | ~~7,8~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 06 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~730~~ | ~~2,4320~~ | ~~9,1~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 07 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~731~~ | ~~2,4320~~ | ~~1,11~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 08 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~732~~ | ~~2,4320~~ | ~~2~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 09 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~733~~ | ~~2,4320~~ | ~~2, 14~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 10 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~734~~ | ~~2,4320~~ | ~~14~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA N 11 - ALFREDO CHAVES~~ | ~~735~~ | ~~2,4320~~ | ~~13, 14~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~RUA PIETRO MIORANZA~~ | ~~736~~ | ~~2,4320~~ | ~~1, 2, 3, 4, 11~~ |
| ~~ALFREDO CHAVES~~ | ~~37~~ | ~~VRS 814~~ | ~~601~~ | ~~2,4320~~ | ~~3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~9,2506~~ | ~~388,389~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA 17 DE JULHO~~ | ~~38~~ | ~~9,2506~~ | ~~109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA 17 DE JULHO~~ | ~~38~~ | ~~13,6351~~ | ~~111, 116~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ADÃO MAMBRINI~~ | ~~1~~ | ~~9,2506~~ | ~~251, 323~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ALBERTO SOGARI~~ | ~~421~~ | ~~6,8163~~ | ~~241, 242~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ALEXANDRE PEDRON~~ | ~~2~~ | ~~9,2506~~ | ~~1, 171, 324~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ALEXANDRE PEDRON~~ | ~~2~~ | ~~13,6351~~ | ~~2, 3, 4, 89, 90, 91~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ALEXANDRE PEDRON~~ | ~~2~~ | ~~19,4809~~ | ~~5, 93~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ASA DA PAZ~~ | ~~423~~ | ~~6,8163~~ | ~~242~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA BARROS CASSAL~~ | ~~5~~ | ~~9,2506~~ | ~~1, 171, 324~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA CAETANO BOSCATO~~ | ~~8~~ | ~~9,2506~~ | ~~249, 250~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA DA PAZ~~ | ~~10~~ | ~~9,2506~~ | ~~104, 105, 108, 109, 110, 113, 242, 243~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA DA PAZ~~ | ~~10~~ | ~~13,6351~~ | ~~106, 107, 111, 112~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA DR. MONTAURY~~ | ~~13~~ | ~~13,6351~~ | ~~255, 385, 459, 460, 388~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA DR. MONTAURY~~ | ~~13~~ | ~~19,4809~~ | ~~106, 107, 111, 112, 116, 117~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA DR. MONTAURY~~ | ~~13~~ | ~~28,2480~~ | ~~4, 5, 91, 96, 97, 101, 102~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~9,2506~~ | ~~109, 110, 114, 115~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~13,6351~~ | ~~89, 90, 94, 95, 100, 104, 105~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~28,2480~~ | ~~2, 3~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~5,8403~~ | ~~201~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~9,2506~~ | ~~114, 115, 117, 204~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~13,6351~~ | ~~116, 255~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~6,8163~~ | ~~459~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~7,7891~~ | ~~118, 385, 386~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA FRANCISCO LUNARDI~~ | ~~80~~ | ~~9,2506~~ | ~~459, 460~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA HILARIO FONTANA~~ | ~~20~~ | ~~9,2506~~ | ~~249, 323, 251~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA HILARIO FONTANA~~ | ~~20~~ | ~~6,8163~~ | ~~171~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA IRENO TOMAS ZULIAN~~ | ~~56~~ | ~~5,8403~~ | ~~203, 204~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~6,8163~~ | ~~171~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~9,2506~~ | ~~1~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~19,4809~~ | ~~2, 3, 4, 5~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~9,2506~~ | ~~110, 111, 115, 116~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~13,6351~~ | ~~90, 91, 95, 96, 100, 101, 105, 106~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~28,2480~~ | ~~3, 4~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JOSÉ PANIZZON NETO~~ | ~~559~~ | ~~7,7891~~ | ~~386, 389~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~5,8403~~ | ~~201, 202, 203, 204~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~9,2506~~ | ~~109, 114, 241~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~13,6351~~ | ~~89, 94, 99, 104, 243, 244, 249, 250, 251, 323, 324,~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~19,4809~~ | ~~1, 2~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA MARECHAL FLORIANO~~ | ~~25~~ | ~~13,6351~~ | ~~99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA MARECHAL FLORIANO~~ | ~~25~~ | ~~9,2506~~ | ~~103, 108~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA PEDRO BULLA~~ | ~~434~~ | ~~9,2506~~ | ~~243, 244~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA PEDRO MAIOLI~~ | ~~57~~ | ~~5,5880~~ | ~~201, 202~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~9,2506~~ | ~~117, 118~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~19,4809~~ | ~~5, 6, 92, 93, 97, 98, 102, 103, 107, 108~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~9,2506~~ | ~~386~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~14748~~ | ~~9,2506~~ | ~~98, 103, 249, 323~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~14748~~ | ~~13,6351~~ | ~~94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA RIO BRANCO~~ | ~~30~~ | ~~9,2506~~ | ~~171, 250, 324~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA SEGREDO~~ | ~~84~~ | ~~9,2506~~ | ~~385, 460~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA RIO BRANCO~~ | ~~30~~ | ~~13,6351~~ | ~~89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~38427~~ | ~~6,8163~~ | ~~171~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~7,7891~~ | ~~386~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~9,2506~~ | ~~103, 113, 108, 118~~ |
| ~~APARECIDA~~ | ~~2~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~13,6351~~ | ~~93, 98~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~321, 322~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~43,8351~~ | ~~41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~28,2480~~ | ~~48, 56, 191, 192~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~185, 186, 238, 239, 313~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~AV. VINDIMA~~ | ~~78~~ | ~~13,6351~~ | ~~236, 321~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANDRADE NEVES~~ | ~~3~~ | ~~9,2506~~ | ~~170, 174, 175~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANDRADE NEVES~~ | ~~3~~ | ~~19,4809~~ | ~~9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANDRADE NEVES~~ | ~~3~~ | ~~6,8163~~ | ~~16, 24~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ÂNGELO OLIBONI~~ | ~~455~~ | ~~13,6351~~ | ~~248, 321~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~6,8163~~ | ~~16~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~13,6351~~ | ~~32, 40, 64, 72, 80, 88, 188, 189, 190, 253, 187~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~28,2480~~ | ~~48, 192~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~19,4809~~ | ~~191~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BARROS CASSAL~~ | ~~5~~ | ~~28,2480~~ | ~~17, 25, 33, 41, 49, 57, 168, 169, 177, 321, 322~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BARROS CASSAL~~ | ~~5~~ | ~~9,2506~~ | ~~9, 170~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BARROS CASSAL~~ | ~~5~~ | ~~13,6351~~ | ~~65, 73, 81~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BARROS CASSAL~~ | ~~5~~ | ~~13,6351~~ | ~~236~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BENTO GONÇALVES~~ | ~~6~~ | ~~19,4809~~ | ~~66~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BENTO GONÇALVES~~ | ~~6~~ | ~~19,4809~~ | ~~67, 75~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BENTO GONÇALVES~~ | ~~6~~ | ~~13,6351~~ | ~~65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 188, 189~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BENTO GONÇALVES~~ | ~~6~~ | ~~13,6351~~ | ~~236~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BORGES DE MEDEIROS~~ | ~~7~~ | ~~13,6351~~ | ~~172, 281~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BORGES DE MEDEIROS~~ | ~~7~~ | ~~19,4809~~ | ~~168, 322~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BORGES DE MEDEIROS~~ | ~~7~~ | ~~43,8351~~ | ~~33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 45, 46~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BORGES DE MEDEIROS~~ | ~~7~~ | ~~28,2480~~ | ~~39, 40, 47, 48, 192, 253~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA BORGES DE MEDEIROS~~ | ~~7~~ | ~~28,2480~~ | ~~316, 186~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA CANABARRO~~ | ~~9~~ | ~~13,6351~~ | ~~73, 81, 83~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA CESAR PIARDI~~ | ~~441~~ | ~~13,6351~~ | ~~236~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~13,6351~~ | ~~81, 83, 87, 88~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~6,8163~~ | ~~181, 187, 280~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~19,4809~~ | ~~82~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~9,2506~~ | ~~236~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DR. MONTAURY~~ | ~~13~~ | ~~28,2480~~ | ~~12, 13, 20, 21, 28, 29, 61~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DR. MONTAURY~~ | ~~13~~ | ~~43,8351~~ | ~~36, 37, 45, 53~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA DR. MONTAURY~~ | ~~13~~ | ~~19,4809~~ | ~~68, 69~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~28,2480~~ | ~~10, 11, 18, 19, 26, 58, 59~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~43,8351~~ | ~~34, 35, 42, 43, 50, 51~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~19,4809~~ | ~~66, 67~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~13,6351~~ | ~~83~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA FLORENÇA~~ | ~~73~~ | ~~13,6351~~ | ~~238, 239~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA FREI EUGÊNIO~~ | ~~16~~ | ~~28,2480~~ | ~~49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA FREI EUGÊNIO~~ | ~~16~~ | ~~19,4809~~ | ~~190, 191~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA FREI EUGÊNIO~~ | ~~16~~ | ~~13,6351~~ | ~~184, 185~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA GARIBALDI~~ | ~~17~~ | ~~19,4809~~ | ~~57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 189, 190~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA GARIBALDI~~ | ~~17~~ | ~~13,6351~~ | ~~182, 184~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~13,6351~~ | ~~15, 16, 23, 24~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~19,4809~~ | ~~31, 32, 39, 40, 71, 72, 79, 80, 87, 88~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~28,2480~~ | ~~47, 48, 55, 56, 63, 64~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA HILARIO FONTANA~~ | ~~20~~ | ~~9,2506~~ | ~~170, 175~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA IRMÃS DE SÃO JOSÉ~~ | ~~456~~ | ~~13,6351~~ | ~~248, 321~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO JOSÉ OLIBONI~~ | ~~21~~ | ~~6,8163~~ | ~~169, 173~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~6,8163~~ | ~~175, 170~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~9,2506~~ | ~~9~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~19,4809~~ | ~~11, 12, 13, 14,~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~13,6351~~ | ~~15, 16~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~13,6351~~ | ~~184, 185, 186, 282, 281~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~5,8403~~ | ~~182, 279, 183~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~6,8163~~ | ~~181, 280, 299~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOAQUIM MASCARELLO~~ | ~~49~~ | ~~13,6351~~ | ~~79, 80, 87, 88, 187, 188~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOAQUIM MASCARELLO~~ | ~~49~~ | ~~6,8163~~ | ~~181, 182, 280~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~28,2480~~ | ~~11, 12, 12, 19, 20, 27, 28, 59, 60~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~43,8351~~ | ~~35, 36, 43, 51, 52~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~19,4809~~ | ~~67, 68~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~13,6351~~ | ~~76, 83~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~9,2506~~ | ~~241~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~28,2480~~ | ~~9, 10, 17, 18, 25, 26, 33, 34, 57, 58~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~43,8351~~ | ~~41, 42, 49, 50~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~19,4809~~ | ~~65, 66, 73, 74, 81, 82~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA LINCEU FALAVIGNA~~ | ~~41~~ | ~~6,8163~~ | ~~174~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA MARECHAL FLORIANO~~ | ~~25~~ | ~~13,6351~~ | ~~104~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~28,2480~~ | ~~13, 14, 21, 22, 29, 30, 37, 38, 61, 62~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~43,8351~~ | ~~45, 46, 53~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~19,4809~~ | ~~69, 70~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~28~~ | ~~13,6351~~ | ~~197~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA RAIMUNDO MONTANARI~~ | ~~29~~ | ~~28,2480~~ | ~~25, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA RAIMUNDO MONTANARI~~ | ~~29~~ | ~~13,6351~~ | ~~172, 173, 253~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA RAIMUNDO MONTANARI~~ | ~~29~~ | ~~19,4809~~ | ~~30, 31, 32, 39, 40, 168, 169~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA RODOLFO FORTUNATTI~~ | ~~68~~ | ~~9,2506~~ | ~~236~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA SÃO JOSÉ~~ | ~~31~~ | ~~28,2480~~ | ~~192~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA SÃO JOSÉ~~ | ~~31~~ | ~~19,4809~~ | ~~184, 185, 190, 191, 253, 316~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA SÃO JOSÉ~~ | ~~31~~ | ~~13,6351~~ | ~~181, 182, 187, 188, 189~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~19,4809~~ | ~~14, 15, 22, 23, 30, 31, 39, 70, 71, 79, 86, 87~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~43,8351~~ | ~~46, 47~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~28,2480~~ | ~~54, 55, 62, 63~~ |
| ~~CENTRO~~ | **~~1~~** | ~~RUA TEREZINHA MARI ZORGI~~ | ~~539~~ | ~~9,2506~~ | ~~313~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA TIRADENTES~~ | ~~33~~ | ~~19,4809~~ | ~~17, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 31, 32~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA TIRADENTES~~ | ~~33~~ | ~~28,2480~~ | ~~21, 29, 30, 26~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA VERONA~~ | ~~72~~ | ~~13,6351~~ | ~~248~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA VERONA~~ | ~~72~~ | ~~9,2506~~ | ~~238, 239~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA VICENZA~~ | ~~74~~ | ~~13,6351~~ | ~~238, 248, 321~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~9,2506~~ | ~~313~~ |
| ~~CENTRO~~ | ~~1~~ | ~~RUA VIRGINIO CARLETTI~~ | ~~34~~ | ~~13,6351~~ | ~~168, 172, 173~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA 13 DE MAIO~~ | ~~35~~ | ~~9,2506~~ | ~~143~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA 14 DE JULHO~~ | ~~39~~ | ~~9,2506~~ | ~~143, 144, 146~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA 14 DE JULHO~~ | ~~39~~ | ~~6,8163~~ | ~~228, 229, 234, 235~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA 24 DE MAIO~~ | ~~36~~ | ~~9,2506~~ | ~~144, 145~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA 24 DE MAIO~~ | ~~36~~ | ~~5,8403~~ | ~~149~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~13,6351~~ | ~~146, 234~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~5,8403~~ | ~~147, 149, 235~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~13,6351~~ | ~~142, 146~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~6,8163~~ | ~~228, 234, 230~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA DOS FREIS CAPUCHINHOS~~ | ~~12~~ | ~~5,8403~~ | ~~145, 147, 148, 229, 235, 314~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~5,8403~~ | ~~148, 157~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~6,8163~~ | ~~144, 145, 147, 149~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~13,6351~~ | ~~143, 146~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~6,8163~~ | ~~228, 229, 230, 231, 232, 233~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA SÃO JOSÉ~~ | ~~31~~ | ~~6,8163~~ | ~~228, 234~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA SÃO JOSÉ~~ | ~~31~~ | ~~5,8403~~ | ~~229, 235~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~9,2506~~ | ~~144, 145~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~13,6351~~ | ~~143, 138~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~5,8403~~ | ~~148~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~RUA TEREZINHA MARI ZORGI~~ | ~~539~~ | ~~5,8403~~ | ~~285, 457, 595~~ |
| ~~COLINA DE FLORES~~ | ~~3~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~9,2506~~ | ~~597, 598, 599~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~10,0183~~ | ~~879, 895~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~850, 895, 899~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~3,8934~~ | ~~449, 450, 451~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA ADIR GIRONDI~~ | ~~518~~ | ~~9,2506~~ | ~~325, 326, 335, 336, 339, 340~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA DA PAZ~~ | ~~10~~ | ~~5,8403~~ | ~~330, 331~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA DA PAZ~~ | ~~10~~ | ~~9,2506~~ | ~~325, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA DR. HILDEBRANDO C. PEREIRA~~ | ~~520~~ | ~~6,8163~~ | ~~328, 329, 332, 333~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA DR. HILDEBRANDO C. PEREIRA~~ | ~~520~~ | ~~5,8403~~ | ~~341, 342~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA ERNESTO SEGUNDO BERTOLINI~~ | ~~480~~ | ~~5,8403~~ | ~~176, 330, 331, 340, 341, 342, 343, 344~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA HILARIO FONTANA~~ | ~~20~~ | ~~9,2506~~ | ~~337, 338~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA HILARIO FONTANA~~ | ~~20~~ | ~~6,8163~~ | ~~176~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA IVO MAIOLI~~ | ~~521~~ | ~~6,8163~~ | ~~329, 330, 331, 332~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA IVO MAIOLI~~ | ~~521~~ | ~~5,8403~~ | ~~342~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~6,8163~~ | ~~176~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA JOÃO SLAVIERO~~ | ~~516~~ | ~~9,2506~~ | ~~336, 337, 338, 339~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA MARIA BOSCHI ZORGI~~ | ~~522~~ | ~~6,8163~~ | ~~331~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA PEDRO ÂNGELO ZAMBONI~~ | ~~519~~ | ~~6,8163~~ | ~~327, 328, 333, 334~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA PEDRO ÂNGELO ZAMBONI~~ | ~~519~~ | ~~5,8403~~ | ~~340, 341~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~28~~ | ~~5,8403~~ | ~~331, 343~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~28~~ | ~~6,8163~~ | ~~332, 333, 334, 335, 340, 341, 342~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~28~~ | ~~9,2506~~ | ~~336, 337, 338, 339~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA RIO BRANCO~~ | ~~30~~ | ~~6,8163~~ | ~~340~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA RIO BRANCO~~ | ~~30~~ | ~~6,8163~~ | ~~338, 339, 344~~ |
| ~~GRANJA UNIÃO~~ | ~~10~~ | ~~RUA VALENTIN BERTON~~ | ~~517~~ | ~~6,8163~~ | ~~326, 327, 334, 335, 340~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~ESTRADA SANTO ANTÔNIO~~ | ~~578~~ | ~~3,1694~~ | ~~463, 464~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~ESTRADA DOS VINHAIS~~ | ~~699~~ | ~~10,0183~~ | ~~950~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~VRS 814~~ | ~~601~~ | ~~10,0183~~ | ~~985, 990~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~950, 970, 971, 980, 981, 990~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~RUA DARIO MASCARELLO~~ | ~~577~~ | ~~3,1694~~ | ~~461, 462, 464, 465~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~RUA HONORINO BORDIN~~ | ~~575~~ | ~~3,1694~~ | ~~463, 464~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~RUA IRMAOS CORADI~~ | ~~576~~ | ~~3,1694~~ | ~~464~~ |
| ~~LAGOA BELA~~ | ~~21~~ | ~~RUA SANTA ANA~~ | ~~574~~ | ~~3,1694~~ | ~~462, 464~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~LINHA OITENTA~~ | ~~27~~ | ~~VRS BRAÇO RS 122~~ | ~~579~~ | ~~4,5503~~ | ~~620~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA PERIMETRAL – VILLA ROMANA~~ | ~~723~~ | ~~2,4320~~ | ~~166,584, 593, 594~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~ESTRADA DOS TRADICIONALISTAS~~ | ~~679~~ | ~~7,8614~~ | ~~582, 583, 580, 589~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA ARI KOPPE~~ | ~~530~~ | ~~2,4320~~ | ~~166, 167, 294~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA ANTÔNIO SOLDATELLI~~ | ~~531~~ | ~~2,4320~~ | ~~294~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA ANTÔNIO SOLDATELLI~~ | ~~531~~ | ~~3,8929~~ | ~~356~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA CARLOS TRONCO~~ | ~~528~~ | ~~3,8934~~ | ~~355, 357~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA CLAUDINO VENTURINI~~ | ~~473~~ | ~~3,8934~~ | ~~155, 352~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA D. ADELIA VAILATI SLAVIERO~~ | ~~549~~ | ~~3,8934~~ | ~~155, 352, 353, 354, 355, 356~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~5,8403~~ | ~~287, 288~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA IRMA ALBERTA TASCA~~ | ~~536~~ | ~~5,8403~~ | ~~286, 291, 292~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA IRMA GIACINTA GRIGOLETTO~~ | ~~535~~ | ~~5,8403~~ | ~~292~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~9,2506~~ | ~~286~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA JOSÉ CATAFESTA~~ | ~~524~~ | ~~3,8934~~ | ~~352, 353, 354, 355~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA JOSUE FAVERO~~ | ~~69~~ | ~~3,8934~~ | ~~351, 352~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA JOSUE FAVERO~~ | ~~69~~ | ~~5,8403~~ | ~~155, 292~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA LIBERA SOLDATELI FALAVIGNA~~ | ~~541~~ | ~~5,8403~~ | ~~286, 292,~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA NATAL COLLODA~~ | ~~526~~ | ~~3,8934~~ | ~~355, 356~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA ORESTES PRIMO PRADELLA~~ | ~~474~~ | ~~3,8934~~ | ~~155~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~3,8934~~ | ~~286, 287, 291~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA SÃO BOAVENTURA~~ | ~~666~~ | ~~5,8403~~ | ~~458~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO – NOVA ROMA~~ | ~~554~~ | ~~2,4320~~ | ~~294~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA TEREZINHA MARI ZORGI~~ | ~~539~~ | ~~5,8403~~ | ~~286 287, 288, 458~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~9,2506~~ | ~~599~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA VOVO LOLINHA MAMBRINI~~ | ~~540~~ | ~~5,8403~~ | ~~286, 287, 288, 289, 290, 291, 458~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA LEONARDO DA VINCI~~ | ~~712~~ | ~~9,4337~~ | ~~587~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA LEONARDO DA VINCI~~ | ~~712~~ | ~~8,8049~~ | ~~586, 588~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA SISTINA~~ | ~~713~~ | ~~11,0060~~ | ~~581, 586, 588~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA SISTINA~~ | ~~713~~ | ~~9,4337~~ | ~~582, 587~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA MECENAS~~ | ~~714~~ | ~~8,8049~~ | ~~586~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA GISEPPE VERDI~~ | ~~715~~ | ~~9,4337~~ | ~~587~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA MICHELANGELO~~ | ~~716~~ | ~~11,0060~~ | ~~586, 581~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA MICHELANGELO~~ | ~~716~~ | ~~9,4337~~ | ~~587,582~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA GIACOMO PUCCINI~~ | ~~717~~ | ~~7,8614~~ | ~~582, 587, 589~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA FALERNO~~ | ~~718~~ | ~~7,8614~~ | ~~582~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA FEDERICO FELLINI~~ | ~~719~~ | ~~7,8614~~ | ~~582, 583~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~RUA MONTEVERDE~~ | ~~720~~ | ~~7,8614~~ | ~~583~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA PANTEÃO~~ | ~~722~~ | ~~11,0060~~ | ~~581~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA PANTEÃO~~ | ~~722~~ | ~~9,4337~~ | ~~582~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA PANTEÃO~~ | ~~722~~ | ~~7,8614~~ | ~~580,583~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~11,0060~~ | ~~581,586~~ |
| ~~MORADA DO CAMPING~~ | ~~15~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~8,8049~~ | ~~588~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~ESTRADA ÂNGELO DORO~~ | ~~654~~ | ~~2,4320~~ | ~~1200, 1230, 1260, 1270, 1280, 1290~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~ESTRADA AURÉLIO SCOPEL~~ | ~~87~~ | ~~2,4320~~ | ~~1550, 1650, 1675, 1750, 1880, 1900, 2200, 2205, 2230, 2240, 2250, 2260, 2270, 2280, 2300, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~ESTRADA DOS GIRASSOIS~~ | ~~91~~ | ~~2,4320~~ | ~~1550, 2319, 2320, 2321, 2323~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~ESTRADA DOS TRADICIONALISTAS~~ | ~~679~~ | ~~2,4320~~ | ~~295~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA ADELINO GATELLI~~ | ~~614~~ | ~~2,4320~~ | ~~2000, 2100, 2160, 2205 2215, 2225~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA ANGELO DOMINGOS PRETO~~ | ~~615~~ | ~~2,4320~~ | ~~1030, 1035, 1040, 1070, 1090, 1150~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA ANTÔNIO SOLDATELLI~~ | ~~531~~ | ~~2,4320~~ | ~~295, 296, 298,1000, 1010, 1030, 1040, 1050, 1060, 1090, 1100~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA ANTÔNIO SOLDATELLI~~ | ~~531~~ | ~~2,4320~~ | ~~1050~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA AURELIA ZUPPA MENEGUZZO~~ | ~~665~~ | ~~2,4320~~ | ~~1260, 1270~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS AZALEIAS~~ | ~~613~~ | ~~2,4320~~ | ~~1950, 2000, 2050~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS CAMELIAS~~ | ~~610~~ | ~~2,4320~~ | ~~1360, 1370~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS HORTENCIAS~~ | ~~617~~ | ~~2,4320~~ | ~~1040, 1060~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS ROSAS~~ | ~~608~~ | ~~2,4320~~ | ~~1050, 1059, 1100, 1200, 1300, 1350, 1360, 1390, 1450, 1500, 1550, 1600, 1650, 1700, 1750, 1840~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS ROSAS~~ | ~~608~~ | ~~11,0060~~ | ~~1400, 1460~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS TULIPAS~~ | ~~93~~ | ~~2,4320~~ | ~~2321, 2322, 2323, 2324~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DAS VIOLETAS~~ | ~~607~~ | ~~2,4320~~ | ~~1360, 1370, 1390, 1450, 1455~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DOLORES CARMEM CARRARO~~ | ~~606~~ | ~~2,4320~~ | ~~1950, 2050~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DOS JASMINS~~ | ~~605~~ | ~~2,4320~~ | ~~1450, 1455, 1550, 1800, 2000~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DOS LIRIOS~~ | ~~609~~ | ~~2,4320~~ | ~~1450~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA DOS MANACAS~~ | ~~92~~ | ~~2,4320~~ | ~~2321, 2323~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA FORTUNATO PEDRO ZUPPA~~ | ~~616~~ | ~~2,4320~~ | ~~1030, 1040~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA ILDA SALVADOR CARRARO~~ | ~~612~~ | ~~2,4320~~ | ~~1390, 1455, 1950~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA LUIZ CARRARO~~ | ~~611~~ | ~~2,4320~~ | ~~1370, 1390, 1450, 1455, 1555, 1675, 1850, 1880, 1900~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA N 28 - FULINA~~ | ~~653~~ | ~~2,4320~~ | ~~1280, 1290~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA N.01- LOT.POPULAR NOVA ROMA~~ | ~~724~~ | ~~2,4320~~ | ~~1900, 1901~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA N.12 - NOVA ROMA~~ | ~~86~~ | ~~2,4320~~ | ~~1555, 1650, 1675, 1750, 1850, 1880, 1901, 2200, 2205~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA BEIJA-FLOR~~ | ~~43770~~ | ~~2,4320~~ | ~~2200~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA 15 DE NOVEMBRO~~ | ~~28723~~ | ~~2,4320~~ | ~~1901, 2200, 2230~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA AUGUSTO ALVES~~ | ~~28724~~ | ~~2,4320~~ | ~~2200, 2205~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA SILVIA BOSCATO SALVADOR~~ | ~~631~~ | ~~2,4320~~ | ~~1090, 1100~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA NASCER DO SOL~~ | ~~655~~ | ~~2,4320~~ | ~~2260, 2280~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~554~~ | ~~2,4320~~ | ~~296, 298, 870, 1000, 1090, 1290, 1350, 1360, 1370,1390, 1450, 1455, 1550, 1555, 1675, 1750, 1900, 2000, 2050, 2100, 2150, 2200, 2205, 2225, 2230, 2240, 2260, 2315, 2322, 2326,~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA JOÃO SALVADOR~~ | ~~46362~~ | ~~11,0060~~ | ~~1400, 1460~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA JOÃO SALVADOR~~ | ~~46362~~ | ~~8,8049~~ | ~~1410, 1420, 1430, 1440, 1451~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA SANTOS LUIZ SALVADOR~~ | ~~46363~~ | ~~8,8049~~ | ~~1400, 1460~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA OLISSE SALVADOR~~ | ~~46364~~ | ~~8,8049~~ | ~~1400, 1410, 1451, 1460~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA BRÁS SALVADOR~~ | ~~46365~~ | ~~8,8049~~ | ~~1410, 1451~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA FREI LEÔNIDAS SALVADOR~~ | ~~46366~~ | ~~7,8614~~ | ~~1440~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA IRENE LUCIA SALVADOR CORSO~~ | ~~46367~~ | ~~7,8614~~ | ~~1440~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA INEZ SALVADOR SANDI~~ | ~~46368~~ | ~~7,8614~~ | ~~1430, 1440~~ |
| ~~NOVA ROMA~~ | ~~20~~ | ~~RUA SILVIA BOSCATO SALVADOR~~ | ~~631~~ | ~~8,8049~~ | ~~1410, 1420, 1440, 1451~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~14,7417~~ | ~~686~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~680, 685~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~9,2506~~ | ~~390,391~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA FLÁVIO LUIS FERRARINI~~ | ~~742~~ | ~~13,6351~~ | ~~396, 441, 446, 693, 694, 697~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA FLÁVIO LUIS FERRARINI~~ | ~~742~~ | ~~14,7420~~ | ~~391, 686~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA IVO JOÃO SONDA~~ | ~~743~~ | ~~13,6351~~ | ~~682,~~~~687,688, 689, 692, 693, 694, 697~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA NEUSA BORGHETTI DOS SANTOS~~ | ~~744~~ | ~~13,6351~~ | ~~682~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA SARGENTO PEDRO MARTINI~~ | ~~745~~ | ~~13,6351~~ | ~~691, 692~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA APPARICIO ANTONIO SGARIONI~~ | ~~746~~ | ~~13,6351~~ | ~~680, 682, 685, 686, 689, 690, 691~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA JAMES JOSÉ CONTI~~ | ~~748~~ | ~~13,6351~~ | ~~688,689~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA PROFESSORA CLAUDINA NAIR CONTI~~ | ~~749~~ | ~~13,6351~~ | ~~687, 688~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA ALCIDES JOSÉ CORSO~~ | ~~565~~ | ~~6,8163~~ | ~~441, 442~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA ARY FINGER~~ | ~~560~~ | ~~9,2506~~ | ~~390, 392, 393~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA CARINO BEGNINI~~ | ~~567~~ | ~~6,8163~~ | ~~443, 444, 446~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA CARINO BEGNINI~~ | ~~567~~ | ~~13,6351~~ | ~~441, 446, 689, 691, 692, 693, 694~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA CARLOS RODRIGUES MARTINS~~ | ~~568~~ | ~~6,8163~~ | ~~446, 447~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA DOS EXPEDICIONÁRIOS~~ | ~~569~~ | ~~6,8163~~ | ~~447, 448~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA FELISBERTO PEREIRA DA SILVA~~ | ~~602~~ | ~~10,0183~~ | ~~999~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA FREI ALOISIO PERSICI~~ | ~~561~~ | ~~9,2506~~ | ~~392, 393, 394, 396~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA FREI ALOÍSIO PERSICI~~ | ~~561~~ | ~~13,6351~~ | ~~391, 396, 682, 686, 697~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA GUIDO D'ANDREA~~ | ~~562~~ | ~~6,8163~~ | ~~396, 397~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA LINO D ANDREA~~ | ~~570~~ | ~~7,7891~~ | ~~394, 399~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA LUIZ JOSÉ PEDRON~~ | ~~572~~ | ~~6,8163~~ | ~~444, 445~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA LUIZ JOSÉ PEDRON~~ | ~~572~~ | ~~7,7891~~ | ~~394, 395, 399, 440~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA OLDER NERY~~ | ~~563~~ | ~~6,8163~~ | ~~397, 398~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA OLINDO PEROZZO~~ | ~~566~~ | ~~6,8163~~ | ~~442, 443~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA RAUL ROSALINO BIGARELLA~~ | ~~571~~ | ~~6,8163~~ | ~~445, 446, 447, 448~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA RAUL ROSALINO BIGARELLA~~ | ~~571~~ | ~~7,7891~~ | ~~395, 396, 397, 398, 440, 441, 442, 443~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA RAUL ROSALINO BIGARELLA~~ | ~~571~~ | ~~9,2506~~ | ~~390, 392, 393~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA ROBERTO JOÃO CARPEGGIANI~~ | ~~564~~ | ~~6,8163~~ | ~~398, 441~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~RUA ROBERTO JOÃO CARPEGGIANI~~ | ~~564~~ | ~~13,6351~~ | ~~396, 441, 682, 687, 694, 697~~ |
| ~~NOVA TRENTO~~ | ~~16~~ | ~~VRS 814~~ | ~~601~~ | ~~10,0183~~ | ~~995, 999~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA BARBERA~~ | ~~309~~ | ~~3,8934~~ | ~~4~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA BARBERA~~ | ~~309~~ | ~~5,8403~~ | ~~12~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA BONARDA~~ | ~~302~~ | ~~5,8403~~ | ~~6, 7, 11, 31, 32, 70~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA BONARDA~~ | ~~302~~ | ~~2,4320~~ | ~~19, 20, 21, 22, 23, 37, 38, 39, 47, 48, 53, 62~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA BONARDA~~ | ~~302~~ | ~~2,4320~~ | ~~25~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA BORDEAUX~~ | ~~303~~ | ~~3,8934~~ | ~~6, 10~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA CABERNET~~ | ~~310~~ | ~~3,8934~~ | ~~16, 17~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA HEBERMONT~~ | ~~307~~ | ~~3,8934~~ | ~~2, 3~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA HEBERMONT~~ | ~~307~~ | ~~5,8403~~ | ~~14, 15, 18~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA HEBERMONT~~ | ~~307~~ | ~~2,4320~~ | ~~181, 60~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA ISABEL~~ | ~~306~~ | ~~3,8934~~ | ~~12, 19~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA ISABEL~~ | ~~306~~ | ~~5,8403~~ | ~~13, 14, 15, 18, 181~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA MERLOT~~ | ~~308~~ | ~~3,8934~~ | ~~3~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA MERLOT~~ | ~~308~~ | ~~5,8403~~ | ~~14~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA MOSCATO~~ | ~~304~~ | ~~5,8403~~ | ~~31~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA MOSCATO~~ | ~~304~~ | ~~3,8934~~ | ~~3, 4, 5, 6, 28, 29, 30~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA NIAGARA~~ | ~~301~~ | ~~5,8403~~ | ~~7, 8~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA PERLONA~~ | ~~305~~ | ~~3,8934~~ | ~~5, 6~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA RIESLING~~ | ~~438~~ | ~~2,4320~~ | ~~18, 60~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~558~~ | ~~2,4320~~ | ~~18, 40, 46, 47,49, 53, 54, 56, 58, 181~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~558~~ | ~~2,3446~~ | ~~41, 53, 63~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA SEMILON~~ | ~~439~~ | ~~2,4320~~ | ~~23, 181~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA TREBIANO~~ | ~~440~~ | ~~2,4320~~ | ~~9, 33, 34~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA UVA CARMEN~~ | ~~698~~ | ~~2,4320~~ | ~~48~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA UVA ITALIA~~ | ~~300~~ | ~~5,8403~~ | ~~2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA UVA ITALIA~~ | ~~300~~ | ~~3,8934~~ | ~~1, 16, 26, 42, 43, 50, 51, 52, 55, 57~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~RUA UVA SEIBEL~~ | ~~658~~ | ~~2,4320~~ | ~~32~~ |
| ~~OTÁVIO ROCHA~~ | ~~8~~ | ~~VRS 122~~ | ~~557~~ | ~~2,4320~~ | ~~32~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~129, 257, 258, 360, 560, 570, 590~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ALDO LUIZ SANTINI~~ | ~~482~~ | ~~5,8403~~ | ~~261, 262, 265, 266, 268, 270, 271, 273, 274, 275~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ALDO LUIZ SANTINI~~ | ~~482~~ | ~~6,8163~~ | ~~258, 259~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ERNESTO CAETANO MURARO~~ | ~~485~~ | ~~6,8163~~ | ~~259, 260~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ERNESTO CAETANO MURARO~~ | ~~485~~ | ~~5,8403~~ | ~~263, 264, 266, 267, 269, 271, 272, 273, 275, 276~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA JOÃO BATISTA ZILLI~~ | ~~489~~ | ~~5,8403~~ | ~~266, 268, 269~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA JOAO MARIA DEVENZ~~ | ~~596~~ | ~~5,8403~~ | ~~360, 364, 366, 370, 372, 466, 467, 521~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA JUARTE JOSÉ TODESCHINI~~ | ~~488~~ | ~~5,8403~~ | ~~262, 263, 266, 590~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS~~ | ~~490~~ | ~~5,8403~~ | ~~129, 268, 269, 271, 272, 590~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA MODESTO MARINI~~ | ~~491~~ | ~~5,8403~~ | ~~271, 273~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA OLINDO CARLOS TOIGO~~ | ~~486~~ | ~~6,8163~~ | ~~256, 257, 259, 590~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA OLIVIO GELAIN~~ | ~~492~~ | ~~5,8403~~ | ~~273, 275~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA OLIVO LUIZ BORDIN~~ | ~~483~~ | ~~5,8403~~ | ~~262, 263~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA SARGENTO REOLON~~ | ~~484~~ | ~~5,8403~~ | ~~268, 269~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~38427~~ | ~~19,4809~~ | ~~570~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA TIO RICO~~ | ~~493~~ | ~~5,8403~~ | ~~275, 277, 278~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA VASCO ULYSSES MASCARELLO~~ | ~~487~~ | ~~6,8163~~ | ~~259, 262, 263, 590~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~9,2506~~ | ~~129, 573, 585~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ANTONIO VIVALDI – VILLA ROMANA~~ | ~~704~~ | ~~9,4337~~ | ~~574~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ANTONIO VIVALDI – VILLA ROMANA~~ | ~~704~~ | ~~8,8049~~ | ~~572~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA ANTONIO VIVALDI – VILLA ROMANA~~ | ~~704~~ | ~~7,8614~~ | ~~573~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA VITTORIA~~ | ~~705~~ | ~~7,8614~~ | ~~573~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA FONTANA DI TREVI~~ | ~~706~~ | ~~9,4337~~ | ~~573,574,575,576~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA FORUM ROMANO~~ | ~~707~~ | ~~10,0626~~ | ~~576~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA FORUM ROMANO~~ | ~~707~~ | ~~9,4337~~ | ~~575~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA POETA HORÁCIO~~ | ~~708~~ | ~~9,4337~~ | ~~575~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~RUA LUCIANO PAVAROTTI~~ | ~~709~~ | ~~9,4337~~ | ~~574, 575~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~VIA COLISEU~~ | ~~721~~ | ~~10,0626~~ | ~~573,576~~ |
| ~~PARQUE DOS PINHEIROS~~ | ~~9~~ | ~~VIA COLISEU~~ | ~~721~~ | ~~9,4337~~ | ~~575,574~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~621~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~2,4320~~ | ~~414, 422~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DAS AMEIXEIRAS~~ | ~~477~~ | ~~2,4320~~ | ~~420~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DAS CEREJEIRAS~~ | ~~452~~ | ~~2,4320~~ | ~~411, 413~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DAS LARANJEIRAS~~ | ~~451~~ | ~~2,4320~~ | ~~416, 418, 419, 421~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DAS PALMEIRAS~~ | ~~446~~ | ~~2,4320~~ | ~~415, 416, 419, 420, 421, 422~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DAS PITANGUEIRAS~~ | ~~454~~ | ~~2,4320~~ | ~~413, 415~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DAS TANGERINAS~~ | ~~453~~ | ~~2,4320~~ | ~~418, 419~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DOS ARACAS~~ | ~~450~~ | ~~2,4320~~ | ~~411, 416, 417, 418~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DOS ARACAS~~ | ~~450~~ | ~~2,3446~~ | ~~410~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DOS GUABIJUS~~ | ~~449~~ | ~~2,4320~~ | ~~412, 414, 415~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DOS LIMOEIROS~~ | ~~479~~ | ~~2,4320~~ | ~~421, 422~~ |
| ~~PEROLA~~ | ~~12~~ | ~~RUA DOS PESSEGUEIROS~~ | ~~478~~ | ~~2,4320~~ | ~~416~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~640, 663, 666, 678, 684, 639~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~ESTRADA JACOB MATTANA~~ | ~~593~~ | ~~5,8403~~ | ~~624, 640, 645, 646, 625, 639~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~PERIMETRAL SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~45079~~ | ~~6,8163~~ | ~~653~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~624~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA 02 - SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~588~~ | ~~6,8163~~ | ~~681, 683~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA THERESINA SOGARI MATTANA~~ | ~~47833~~ | ~~5,8403~~ | ~~640~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA 13 - SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~599~~ | ~~5,8403~~ | ~~624~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA 8 - SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~594~~ | ~~5,8403~~ | ~~660~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA 9 - SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~595~~ | ~~4,1140~~ | ~~671, 673~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA BENJAMIN BROCH~~ | ~~589~~ | ~~5,8403~~ | ~~659, 670, 675, 676~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS ARAUCÁRIAS~~ | ~~496~~ | ~~6,8163~~ | ~~358, 359, 360, 361~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS CANELAS~~ | ~~507~~ | ~~3,8934~~ | ~~376, 378, 379, 380~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS CASTANHEIRAS~~ | ~~509~~ | ~~3,8934~~ | ~~379, 380, 381, 382, 383~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS CORTICEIRAS~~ | ~~511~~ | ~~3,8934~~ | ~~383, 384~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS FIGUEIRAS~~ | ~~498~~ | ~~6,8163~~ | ~~362, 363, 364, 365~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS GOIABEIRAS~~ | ~~505~~ | ~~5,8403~~ | ~~374, 375~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS IMBUIAS~~ | ~~503~~ | ~~5,8403~~ | ~~372, 373~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DAS QUARESMAS~~ | ~~500~~ | ~~6,8163~~ | ~~366, 367, 368, 369~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS AN~~**~~J~~**~~ICOS~~ | ~~504~~ | ~~5,8403~~ | ~~373, 374~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS CARVALHOS~~ | ~~510~~ | ~~3,8934~~ | ~~381, 382~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS CEDROS~~ | ~~502~~ | ~~5,8403~~ | ~~370, 371, 376~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS COQUEIROS~~ | ~~499~~ | ~~6,8163~~ | ~~364, 365, 366, 367~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS JABORANDIS~~ | ~~508~~ | ~~5,8403~~ | ~~377, 378~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS JACARANDAS~~ | ~~501~~ | ~~6,8163~~ | ~~368, 369, 370, 371~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS JATOBÁS~~ | ~~506~~ | ~~5,8403~~ | ~~374, 375, 377~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA DOS LOUROS~~ | ~~497~~ | ~~6,8163~~ | ~~360, 361, 362, 363~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA FRANCISCO ASCARI~~ | ~~587~~ | ~~6,8163~~ | ~~646, 660, 661, 662, 666, 676, 677, 678, 681, 683, 684~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA GUILHERME LUCIAN~~ | ~~591~~ | ~~5,8403~~ | ~~650, 652, 655, 660, 661, 670, 671, 673, 675~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA JOÃO NIZZOLA~~ | ~~590~~ | ~~5,8403~~ | ~~670, 671, 673, 675, 676, 677~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA LUIZ ZANANDREA~~ | ~~592~~ | ~~5,8403~~ | ~~666~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA PAPA JOÃO PAULO II~~ | ~~495~~ | ~~6,8163~~ | ~~358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 367, 368, 369, 370~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA PAPA JOÃO PAULO II~~ | ~~495~~ | ~~5,8403~~ | ~~373, 374, 375, 376, 377, 378~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA PAPA JOÃO PAULO II~~ | ~~495~~ | ~~3,8934~~ | ~~379, 380, 382, 383~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA TRASTEVERE – VILLA ROMANA~~ | ~~710~~ | ~~11,0060~~ | ~~577, 578, 579~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~RUA CORONARI~~ | ~~711~~ | ~~11,0060~~ | ~~577, 579~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~VIA COLISEU~~ | ~~721~~ | ~~11,0060~~ | ~~577~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~VIA PANTEÃO~~ | ~~722~~ | ~~7,8614~~ | ~~580~~ |
| ~~SÃO CRISTÓVÃO~~ | ~~22~~ | ~~VIA VENETO~~ | ~~534~~ | ~~11,0060~~ | ~~578, 579, 580~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~5,8403~~ | ~~2, 6, 10, 17, 27~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~2,4320~~ | ~~20, 120~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BARI~~ | ~~632~~ | ~~5,8403~~ | ~~60, 61~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA FERRARA~~ | ~~633~~ | ~~5,8403~~ | ~~43, 44, 60, 61~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA 03-LOT. BELLA ITALIA II~~ | ~~634~~ | ~~5,8403~~ | ~~61~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA 5 DE MAIO~~ | ~~413~~ | ~~5,8403~~ | ~~1, 2, 3, 5, 6, 15, 16, 25, 180~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA 5 DE MAIO~~ | ~~413~~ | ~~3,8934~~ | ~~26~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA A - LOT.MONTE SOLARO-SG~~ | ~~640~~ | ~~5,8403~~ | ~~124~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA ALESSANDRIA~~ | ~~401~~ | ~~2,4320~~ | ~~21, 29, 33, 34, 35~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA ALESSANDRIA~~ | ~~401~~ | ~~5,8403~~ | ~~11, 38~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA ASTI~~ | ~~546~~ | ~~3,8934~~ | ~~50, 51, 52~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BELLUNO~~ | ~~414~~ | ~~5,8403~~ | ~~2, 6~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BERGAMO~~ | ~~417~~ | ~~3,8934~~ | ~~18, 19~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BOLOGNA~~ | ~~425~~ | ~~5,8403~~ | ~~39, 40, 45, 46, 47~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BOLOGNA~~ | ~~425~~ | ~~3,8934~~ | ~~41, 48~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BOLZANO~~ | ~~409~~ | ~~5,8403~~ | ~~3, 11, 12, 13, 24, 121, 124, 125, 130, 128, 129~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA BRESCIA~~ | ~~410~~ | ~~5,8403~~ | ~~1, 3, 4, 14, 130~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA C - LOT.MONTE SOLARO-SG~~ | ~~642~~ | ~~5,8403~~ | ~~124~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA CAPRI~~ | ~~544~~ | ~~5,8403~~ | ~~39, 61~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA CREMONA~~ | ~~416~~ | ~~3,8934~~ | ~~18, 19, 28~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA D - LOT.MONTE SOLARO-SG~~ | ~~643~~ | ~~5,8403~~ | ~~125~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA FIRENZE~~ | ~~512~~ | ~~5,8403~~ | ~~46, 47~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA GENOVA~~ | ~~403~~ | ~~3,8934~~ | ~~10~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA LUC~~**~~C~~**~~A~~ | ~~548~~ | ~~3,8934~~ | ~~53, 54, 55~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA MANTOVA~~ | ~~405~~ | ~~3,8934~~ | ~~13, 24, 121~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA MILANO~~ | ~~418~~ | ~~5,8403~~ | ~~7,17, 18, 28, 45, 46~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA MILANO~~ | ~~418~~ | ~~3,8934~~ | ~~47, 48, 58, 59, 62~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA MILAO~~ | ~~668~~ | ~~3,8934~~ | ~~26, 36, 37~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA MODENA~~ | ~~529~~ | ~~5,8403~~ | ~~17, 39, 40, 42, 43, 44~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA MONACO~~ | ~~404~~ | ~~3,8934~~ | ~~9~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA NAPOLI~~ | ~~532~~ | ~~3,8934~~ | ~~41~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA PADOVA~~ | ~~411~~ | ~~3,8934~~ | ~~14~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA PARMA~~ | ~~415~~ | ~~5,8403~~ | ~~6, 16~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA PESARO~~ | ~~542~~ | ~~5,8403~~ | ~~45, 46~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA PESCARA~~ | ~~402~~ | ~~3,8934~~ | ~~7, 9, 10, 20, 50~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA PISA~~ | ~~547~~ | ~~3,8934~~ | ~~52, 53~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA RAVENA~~ | ~~45722~~ | ~~2,4320~~ | ~~29, 35~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA RIMINI~~ | ~~543~~ | ~~3,8934~~ | ~~41, 47~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA ROVIGO~~ | ~~412~~ | ~~3,8934~~ | ~~4~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA POSITANO~~ | ~~44~~ | ~~2,4320~~ | ~~11, 22, 23, 34, 56, 57~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~31162~~ | ~~5,8403~~ | ~~24, 125, 200, 202~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~31162~~ | ~~3,8929~~ | ~~25, 26, 58, 65~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~31162~~ | ~~2,4320~~ | ~~29, 34~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA SIENA~~ | ~~545~~ | ~~3,8934~~ | ~~49, 50, 51, 52, 53, 54, 55~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA SOSPIROLO~~ | ~~641~~ | ~~5,8403~~ | ~~24, 124, 125~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA TORINO~~ | ~~533~~ | ~~5,8403~~ | ~~17, 39, 43~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA TRENTO~~ | ~~407~~ | ~~3,8934~~ | ~~12, 13, 22~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA TREVISO~~ | ~~400~~ | ~~2,4320~~ | ~~21, 30, 31~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA TRIESTE~~ | ~~420~~ | ~~3,8934~~ | ~~26, 32, 37~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA TURIM~~ | ~~667~~ | ~~3,8934~~ | ~~26, 36, 37~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA UDINE~~ | ~~408~~ | ~~3,8934~~ | ~~11, 12~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA VATICANO~~ | ~~419~~ | ~~3,8934~~ | ~~15, 25~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~RUA VENEZA~~ | ~~406~~ | ~~3,8934~~ | ~~12, 13, 22, 23, 24, 121~~ |
| ~~SÃO GOTARDO~~ | ~~7~~ | ~~VIA ESTRUTURAL~~ | ~~45468~~ | ~~3,8934~~ | ~~65~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 13 DE MAIO~~ | ~~35~~ | ~~13,6351~~ | ~~208, 209, 210~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 13 DE MAIO~~ | ~~35~~ | ~~9,2506~~ | ~~130, 134, 135, 138, 139~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 14 DE JULHO~~ | ~~39~~ | ~~9,2506~~ | ~~131, 132, 135, 136, 139, 140, 141~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 14 DE JULHO~~ | ~~39~~ | ~~6,8163~~ | ~~124, 125, 205~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 14 DE JULHO~~ | ~~39~~ | ~~13,6351~~ | ~~210, 211~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 24 DE MAIO~~ | ~~36~~ | ~~6,8163~~ | ~~125, 126~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 24 DE MAIO~~ | ~~36~~ | ~~13,6351~~ | ~~211, 212~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 24 DE MAIO~~ | ~~36~~ | ~~9,2506~~ | ~~132, 133, 136, 137, 140, 141~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA 25 DE MAIO~~ | ~~37~~ | ~~6,8163~~ | ~~127, 128~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA ALBERTO MATIONI~~ | ~~47~~ | ~~6,8163~~ | ~~125, 126, 127,128, 151, 237, 252~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA ANTÔNIO SOLDATELLI~~ | ~~531~~ | ~~2,4320~~ | ~~164, 237~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA ARTHUR CORSO~~ | ~~618~~ | ~~5,8403~~ | ~~152, 156~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DA LEGALIDADE~~ | ~~47720~~ | ~~5,8403~~ | ~~159~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DEMETRIO MOLON~~ | ~~75~~ | ~~6,8163~~ | ~~128, 151~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~13,6351~~ | ~~123, 138, 208, 209~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DON FINOTTE~~ | ~~11~~ | ~~5,8403~~ | ~~130, 134~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DOS FREIS CAPUCHINHOS~~ | ~~12~~ | ~~6,8163~~ | ~~126, 127, 141, 152~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DOS FREIS CAPUCHINHOS~~ | ~~12~~ | ~~9,2506~~ | ~~133, 137, 162, 212, 213, 214~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DR. OTTO TRINDADE~~ | ~~70~~ | ~~6,8163~~ | ~~150, 159~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA DR. OTTO TRINDADE~~ | ~~70~~ | ~~5,8403~~ | ~~216, 217, 283~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA ERNESTO ALVES~~ | ~~14~~ | ~~13,6351~~ | ~~208, 209~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA FREI SALVADOR~~ | ~~48~~ | ~~6,8163~~ | ~~130, 134, 216~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA FREI SALVADOR~~ | ~~48~~ | ~~9,2506~~ | ~~131, 132, 133, 135, 136, 137, 162, 214~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~5,8403~~ | ~~163~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA JOÃO MAMBRINI~~ | ~~494~~ | ~~9,2506~~ | ~~123~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~13,6351~~ | ~~130,131, 132, 209, 210, 211~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA JOHN KENNEDY~~ | ~~23~~ | ~~9,2506~~ | ~~133, 150, 212, 214, 215~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA JOSUE FAVERO~~ | ~~69~~ | ~~5,8403~~ | ~~159, 178~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~13,6351~~ | ~~124, 125, 208, 210, 211~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA JULIO DE CASTILHOS~~ | ~~24~~ | ~~9,2506~~ | ~~126, 127, 128, 150, 151, 159, 212, 213~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA LIBERA SOLDATELI FALAVIGNA~~ | ~~541~~ | ~~5,8403~~ | ~~293~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA MOSE OLIBONI~~ | ~~76~~ | ~~6,8163~~ | ~~124~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA PEDRO SOLDATELLI~~ | ~~26~~ | ~~9,2506~~ | ~~123, 124~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~9,2506~~ | ~~134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE~~ | ~~27~~ | ~~5,8403~~ | ~~152, 156, 162, 216, 217~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA RODOLFO FORTUNATTI~~ | ~~68~~ | ~~9,2506~~ | ~~205~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA RONY MONTANARI~~ | ~~436~~ | ~~5,8403~~ | ~~156, 162, 216~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~9,2506~~ | ~~140, 141~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~13,6351~~ | ~~138, 139~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~5,8403~~ | ~~152, 156~~ |
| ~~SÃO JOSÉ~~ | ~~4~~ | ~~RUA TEREZINHA MARI ZORGI~~ | ~~539~~ | ~~5,8403~~ | ~~283, 284~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~555, 556~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~5,4786~~ | ~~405~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~3,8934~~ | ~~427~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~19,4809~~ | ~~435~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~401~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA ANGELO GIUSTI~~ | ~~61~~ | ~~3,8934~~ | ~~401, 402, 403~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DAS ACACIAS~~ | ~~444~~ | ~~2,4320~~ | ~~427, 428, 431, 433~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DAS AMEIXEIRAS~~ | ~~477~~ | ~~2,4320~~ | ~~423, 424~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DAS PALMEIRAS~~ | ~~446~~ | ~~2,4320~~ | ~~425, 426, 427, 431~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DAS PRIMAVERAS~~ | ~~442~~ | ~~2,4320~~ | ~~432, 434~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DOS BUTIÁS~~ | ~~448~~ | ~~2,4320~~ | ~~424, 425~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DOS CIPRESTES~~ | ~~443~~ | ~~2,4320~~ | ~~428, 429, 433, 434~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA DOS IPES~~ | ~~445~~ | ~~2,4320~~ | ~~427, 428, 431, 433~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA FRANCISCO GRISA~~ | ~~60~~ | ~~3,8934~~ | ~~403, 404, 405, 409, 435~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA JOSÉ BIAZUS~~ | ~~59~~ | ~~3,8934~~ | ~~401, 402, 403, 404, 408, 409~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA MARIA SANDI ZANANDREA~~ | ~~58~~ | ~~3,8934~~ | ~~400, 401, 402, 406, 408~~ |
| ~~SÃO PEDRO~~ | ~~11~~ | ~~RUA RAIMUNDO MATTANA~~ | ~~62~~ | ~~3,8934~~ | ~~407, 408, 409~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~3,8934~~ | ~~161, 319, 254~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA 17 DE JULHO~~ | ~~38~~ | ~~9,2506~~ | ~~119, 120~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA 17 DE JULHO~~ | ~~38~~ | ~~6,8163~~ | ~~121, 122~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA 17 DE JULHO~~ | ~~38~~ | ~~4,8671~~ | ~~179, 218, 220, 221, 222, 223~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA ALEXANDRE PEDRON~~ | ~~2~~ | ~~13,6351~~ | ~~7, 8, 199, 200~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~4,8671~~ | ~~121, 122, 161, 180, 194, 218, 224, 316, 319~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA ANUNCIO CURRA~~ | ~~4~~ | ~~6,8163~~ | ~~8, 160, 195, 198, 199~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DA PAZ~~ | ~~10~~ | ~~9,2506~~ | ~~120, 180, 193,194~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DOM PEDRO I~~ | ~~63~~ | ~~6,8163~~ | ~~122, 180~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DOM PEDRO I~~ | ~~63~~ | ~~4,8671~~ | ~~179, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 245, 246, 346, 347, 348~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DOS MOTORISTAS~~ | ~~513~~ | ~~4,8671~~ | ~~153, 160, 245, 254, 455, 345, 346~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DR. ANTÔNIO TASSIS GONZALES~~ | ~~28468~~ | ~~4,8671~~ | ~~153, 221, 223~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DR. ANTÔNIO TASSIS GONZALES~~ | ~~28468~~ | ~~3,8934~~ | ~~154, 207, 227, 160~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA DR. BENITO ROTTA~~ | ~~514~~ | ~~4,8671~~ | ~~345, 346, 347, 348, 349, 455~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~4,8671~~ | ~~220, 319~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA FLORES DA CUNHA~~ | ~~15~~ | ~~6,8163~~ | ~~119, 121, 161, 319, 387~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~6,8163~~ | ~~119, 120, 121, 122~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~9,2506~~ | ~~180, 193, 194, 195, 196~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~13,6351~~ | ~~7, 8, 197, 198, 199, 200~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA HEITOR CURRA~~ | ~~19~~ | ~~7,7891~~ | ~~387~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA HORACIO BORGHETTI~~ | ~~64~~ | ~~4,8671~~ | ~~218, 219~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA HORACIO BORGHETTI~~ | ~~64~~ | ~~3,8934~~ | ~~224, 225~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA JOÃO MANUEL~~ | ~~18~~ | ~~13,6351~~ | ~~7, 8~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~2,4320~~ | ~~207, 246~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~4,8671~~ | ~~153, 254, 452, 453~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA JOÃO XXIII~~ | ~~22~~ | ~~3,8934~~ | ~~154, 319, 160~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA JOSÉ PANIZZON NETO~~ | ~~559~~ | ~~7,7891~~ | ~~387~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA MARECHAL FLORIANO~~ | ~~25~~ | ~~9,2506~~ | ~~193, 195, 194, 196~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA MARECHAL FLORIANO~~ | ~~25~~ | ~~3,8934~~ | ~~224, 225, 227, 347~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA MARECHAL FLORIANO~~ | ~~25~~ | ~~4,8671~~ | ~~349, 350, 452~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA FIORAVANTE RECH~~ | ~~28692~~ | ~~4,8671~~ | ~~452, 453, 454~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA SIXTO GABRIEL SCHIAVENIN~~ | ~~28691~~ | ~~4,8671~~ | ~~453, 454~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA PRESIDENTE VARGAS~~ | ~~65~~ | ~~3,8934~~ | ~~225, 226~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA PRESIDENTE VARGAS~~ | ~~65~~ | ~~4,8671~~ | ~~219, 220~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA PRINCESA ISABEL~~ | ~~66~~ | ~~4,8671~~ | ~~220, 221, 222, 223~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA PRINCESA ISABEL~~ | ~~66~~ | ~~3,8934~~ | ~~226, 227~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA PROF. ODILLA ANNA OLDRA~~ | ~~515~~ | ~~4,8671~~ | ~~348, 349~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA QUINTINO BOCAIUVA~~ | ~~14748~~ | ~~13,6351~~ | ~~195, 196, 197, 198~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA RIO BRANCO~~ | ~~30~~ | ~~13,6351~~ | ~~197, 198, 199, 200~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~7,7891~~ | ~~387~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~9,2506~~ | ~~119, 120, 193, 196~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~13,6351~~ | ~~197, 200, 387~~ |
| ~~UNIÃO~~ | ~~6~~ | ~~RUA SEVERO RAVIZZONI~~ | ~~18283~~ | ~~19,4809~~ | ~~7~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~9,2794~~ | ~~500~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~318, 474, 475, 494, 495, 545, 500~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ÂNGELO FANTE~~ | ~~585~~ | ~~7,1337~~ | ~~473~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ÂNGELO FANTE~~ | ~~585~~ | ~~7,9277~~ | ~~472~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA BORGES DE MEDEIROS~~ | ~~7~~ | ~~13,6351~~ | ~~317, 318, 475~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI~~ | ~~674~~ | ~~10,8026~~ | ~~475~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI~~ | ~~674~~ | ~~11,5346~~ | ~~474, 479~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI~~ | ~~674~~ | ~~12,8163~~ | ~~478~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI~~ | ~~674~~ | ~~13,1826~~ | ~~476~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI~~ | ~~674~~ | ~~13,9151~~ | ~~477~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CLAUDINO ANTÔNIO BOSCATTO~~ | ~~580~~ | ~~6,3426~~ | ~~468~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CLAUDINO ANTÔNIO BOSCATTO~~ | ~~580~~ | ~~7,1337~~ | ~~469~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA CLAUDINO ANTÔNIO BOSCATTO~~ | ~~580~~ | ~~7,9277~~ | ~~470, 473~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~8,4220~~ | ~~490~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~9,5209~~ | ~~486~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~9,8869~~ | ~~482, 492, 493, 494~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~10,5506~~ | ~~491~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~10,8026~~ | ~~485~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~11,3517~~ | ~~489~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~11,5346~~ | ~~481~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~12,4503~~ | ~~477, 478~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DIOGINES CONZ~~ | ~~672~~ | ~~13,5486~~ | ~~474, 475~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA DOS MOTORISTAS~~ | ~~513~~ | ~~7,1337~~ | ~~473, 499~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ELDA LOURDES TRUCCOLO CURRA~~ | ~~586~~ | ~~6,3426~~ | ~~468~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ELDA LOURDES TRUCCOLO CURRA~~ | ~~586~~ | ~~7,1337~~ | ~~469~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI~~ | ~~677~~ | ~~8,4220~~ | ~~487, 488, 491~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI~~ | ~~677~~ | ~~8,7889~~ | ~~484~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI~~ | ~~677~~ | ~~9,1546~~ | ~~490~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI~~ | ~~677~~ | ~~9,5209~~ | ~~486~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI~~ | ~~677~~ | ~~10,4360~~ | ~~485, 489~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA JOÃO MANTOVANI NETO~~ | ~~671~~ | ~~9,1546~~ | ~~484, 488~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA JOÃO MANTOVANI NETO~~ | ~~671~~ | ~~9,8869~~ | ~~485~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA JOÃO MANTOVANI NETO~~ | ~~671~~ | ~~10,2531~~ | ~~480, 489~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA JOÃO MANTOVANI NETO~~ | ~~671~~ | ~~10,9854~~ | ~~481~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA JOÃO MANTOVANI NETO~~ | ~~671~~ | ~~10,5394~~ | ~~476~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA JOÃO MANTOVANI NETO~~ | ~~671~~ | ~~12,4503~~ | ~~477~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA LUCIA MARIA GELATTI FONTANA~~ | ~~581~~ | ~~6,3426~~ | ~~471~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA LUCIA MARIA GELATTI FONTANA~~ | ~~581~~ | ~~7,9277~~ | ~~470~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~8,2391~~ | ~~491~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~8,4220~~ | ~~487~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~8,7889~~ | ~~486~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~8,9714~~ | ~~490~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~10,2531~~ | ~~483~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~10,5506~~ | ~~478, 479~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ~~ | ~~673~~ | ~~10,8026~~ | ~~482~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ORELIO CAVAGNOLLI~~ | ~~583~~ | ~~7,9277~~ | ~~470, 472~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ORELIO CAVAGNOLLI~~ | ~~583~~ | ~~7,1337~~ | ~~469~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ORELIO CAVAGNOLLI~~ | ~~583~~ | ~~6,3423~~ | ~~468, 471~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI~~ | ~~676~~ | ~~9,5209~~ | ~~487~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI~~ | ~~676~~ | ~~9,8869~~ | ~~483~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI~~ | ~~676~~ | ~~10,0183~~ | ~~484, 486~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI~~ | ~~676~~ | ~~11,1683~~ | ~~480, 485~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI~~ | ~~676~~ | ~~11,9009~~ | ~~482~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI~~ | ~~676~~ | ~~12,4503~~ | ~~481~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~38427~~ | ~~11,8454~~ | ~~500~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA VALENTINO CARPEGGIANI~~ | ~~675~~ | ~~11,7180~~ | ~~483~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA VALENTINO CARPEGGIANI~~ | ~~675~~ | ~~12,8163~~ | ~~478~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA VALENTINO CARPEGGIANI~~ | ~~675~~ | ~~13,1826~~ | ~~476~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA VALENTINO CARPEGGIANI~~ | ~~675~~ | ~~13,5486~~ | ~~482~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA VALENTINO CARPEGGIANI~~ | ~~675~~ | ~~14,1180~~ | ~~477, 481~~ |
| ~~VIDEIRAS~~ | ~~35~~ | ~~RUA ZENOR BERTOLAZZI CARDOSO~~ | ~~582~~ | ~~6,3426~~ | ~~471~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~VILA HERMES~~ | ~~30~~ | ~~ESTRADA ELO DE LIGACAO-LOT. HERMES~~ | ~~659~~ | ~~2,4320~~ | ~~6000, 6001, 6003~~ |
| ~~VILA HERMES~~ | ~~30~~ | ~~RUA ECOLOGICA~~ | ~~662~~ | ~~2,4320~~ | ~~6002~~ |
| ~~VILA HERMES~~ | ~~30~~ | ~~RUA IRMA DULCE~~ | ~~661~~ | ~~2,4320~~ | ~~6001, 6002~~ |
| ~~VILA HERMES~~ | ~~30~~ | ~~RUA JOSÉ FIRMINO HERMES~~ | ~~663~~ | ~~2,4320~~ | ~~6002, 6003~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RS 122~~ | ~~71~~ | ~~10,0183~~ | ~~436, 623~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~ESTRADA PARTICULAR L.BOA VISTA~~ | ~~648~~ | ~~2,4320~~ | ~~439~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA CATHARINA LOURDES FONTANA SECCO~~ | ~~628~~ | ~~5,3423~~ | ~~611, 612~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA EVARISTO DAL ALBA~~ | ~~625~~ | ~~5,3423~~ | ~~600~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA EVARISTO DAL ALBA~~ | ~~625~~ | ~~6,0103~~ | ~~602, 603, 604~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA FREDERICO FONTANA~~ | ~~629~~ | ~~5,3423~~ | ~~612~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA FREDERICO FONTANA~~ | ~~629~~ | ~~6,0103~~ | ~~613~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA GIRALDO FONTANA~~ | ~~623~~ | ~~6,0103~~ | ~~608, 609, 610, 615,616~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA GIRALDO FONTANA~~ | ~~623~~ | ~~2,4320~~ | ~~436, 438~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA HELIO ANTÔNIO FONTANA~~ | ~~621~~ | ~~6,0103~~ | ~~609, 610, 615, 616, 617~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA LEANDRO JOÃO MARCON~~ | ~~624~~ | ~~6,0103~~ | ~~616, 617~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA N 01 - LOTEAMENTO BOA VISTA~~ | ~~644~~ | ~~2,4320~~ | ~~438, 439~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA N 02 - LOTEAMENTO BOA VISTA~~ | ~~645~~ | ~~2,4320~~ | ~~436, 437, 438~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA BOA VISTA~~ | ~~646~~ | ~~2,4320~~ | ~~436, 437~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA IOLANDA VARIANI ROSSETTO~~ | ~~647~~ | ~~2,4320~~ | ~~437, 438, 439~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA PEDRO FONTANA NETTO~~ | ~~627~~ | ~~6,0103~~ | ~~602~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA TEREZINHA FONTANA NISSOLA~~ | ~~622~~ | ~~6,0103~~ | ~~607, 612, 613, 614, 615, 619, 622~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA TEREZINHA FONTANA NISSOLA~~ | ~~622~~ | ~~5,3423~~ | ~~618~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA WALDEMAR ANGELO ROSSETTO~~ | ~~620~~ | ~~6,0103~~ | ~~602, 603, 604, 605, 608, 609, 610~~ |
| ~~VILLAGGIO~~ | ~~34~~ | ~~RUA WALDEMAR ANGELO ROSSETTO~~ | ~~620~~ | ~~5,3423~~ | ~~600, 601, 606~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~10,0183~~ | ~~711, 716, 720, 724, 751, 749, 800, 880~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~13,6351~~ | ~~312~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~19,4809~~ | ~~725, 749~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~AV. 25 DE JULHO~~ | ~~28463~~ | ~~10,0183~~ | ~~724~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~AV. PELIZZER~~ | ~~50~~ | ~~6,8163~~ | ~~301, 302, 303, 304, 306, 307, 308, 700~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~AV. VINDIMA~~ | ~~78~~ | ~~6,8163~~ | ~~247, 300, 310, 312~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA 14 DE JULHO~~ | ~~39~~ | ~~6,8163~~ | ~~206, 304, 309~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA A- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~94~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA ANGELO PICCOLI~~ | ~~739~~ | ~~6,8163~~ | ~~704~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA ANSELMO CARPEGIANI~~ | ~~55~~ | ~~6,8163~~ | ~~301, 303~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA ANTÔNIO PELIZZER~~ | ~~636~~ | ~~6,8163~~ | ~~701~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA ANTÔNIO SOLDATELLI~~ | ~~531~~ | ~~2,4320~~ | ~~309, 320~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA ARCIZIO BARCARO~~ | ~~638~~ | ~~6,8163~~ | ~~703~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA AREZZO~~ | ~~684~~ | ~~19,4809~~ | ~~721, 720, 711, 722~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA AREZZO~~ | ~~684~~ | ~~16,4563~~ | ~~712, 713~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA B- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~95~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA B1- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~96~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA B2- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~97~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA C- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~98~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA C1- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~99~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA C2- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~100~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA CORTONA~~ | ~~690~~ | ~~16,4563~~ | ~~714, 715~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA D- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~101~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA E- CONDOMINIO COSTA NORTE~~ | ~~102~~ | ~~10,0183~~ | ~~752~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA EMPOLI~~ | ~~687~~ | ~~16,4563~~ | ~~712, 713~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA FRANCISCO BOSCATTO~~ | ~~52~~ | ~~6,8163~~ | ~~306, 307~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA LIVORNO~~ | ~~681~~ | ~~19,4809~~ | ~~725, 726~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA MONTALCINO~~ | ~~683~~ | ~~19,4809~~ | ~~749, 722~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA MONTECARLO~~ | ~~685~~ | ~~19,4809~~ | ~~721, 720~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA NORMELIO IVO PEDRON~~ | ~~637~~ | ~~6,8163~~ | ~~701, 702, 703~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA PIENZA~~ | ~~686~~ | ~~16,4563~~ | ~~720, 713, 718, 719~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA RODOLFO FORTUNATTI~~ | ~~68~~ | ~~9,2506~~ | ~~206~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA SAN CARLO~~ | ~~682~~ | ~~19,4809~~ | ~~726, 723~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~38427~~ | ~~3,8934~~ | ~~837~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA SEM DENOMINAÇÃO~~ | ~~38427~~ | ~~6,8163~~ | ~~706~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA SERAFIM SOGARI~~ | ~~740~~ | ~~6,8163~~ | ~~704, 706~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA SERAFIM SOGARI~~ | ~~740~~ | ~~10,0183~~ | ~~751~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA SIXTO ROSSETTO~~ | ~~51~~ | ~~6,8163~~ | ~~303, 304, 305, 306, 309, 708, 710~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA TEOTONIO VILELLA~~ | ~~54~~ | ~~6,8163~~ | ~~300, 301, 302~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA TOSCANA~~ | ~~680~~ | ~~19,4809~~ | ~~749, 725, 726, 723, 722, 721~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VERONA~~ | ~~72~~ | ~~9,2506~~ | ~~240~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VERONA~~ | ~~72~~ | ~~13,6351~~ | ~~247~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VIAREGGIO~~ | ~~688~~ | ~~6,8163~~ | ~~716~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VIAREGGIO~~ | ~~688~~ | ~~16,4563~~ | ~~713, 718, 717, 714, 716~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VIRGINIA BETIOL ULIAN~~ | ~~53~~ | ~~6,8163~~ | ~~305, 306, 307, 311~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VIRGINIA BETIOL ULIAN~~ | ~~53~~ | ~~6,8163~~ | ~~700, 701, 702~~ |
| ~~VINDIMA~~ | ~~5~~ | ~~RUA VOLTERRA~~ | ~~689~~ | ~~16,4563~~ | ~~714, 715, 716~~ |
|  |  |  |  |  |  |
| ~~VENETO~~ | ~~39~~ | ~~RUA 02 – LOT. V. VERDE~~ | ~~650~~ | ~~2,4320~~ | ~~504, 505~~ |
| ~~VENETO~~ | ~~39~~ | ~~RUA 09 – LOT. V. VERDE~~ | ~~45538~~ | ~~2,4320~~ | ~~505~~ |
|  |  |  |  |  |  |

ANEXO XV (nova redação dada pela Lei Complementar nº 179, de 31 de julho de 2023)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | | | |
| **Planta de Valores de Flores da Cunha – IPTU** | | | | | |
| Nome Bairro | Código Bairro | Nome Logradouro | Código Logradouro | URM m² Terreno | Quadras |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA DOS IMIGRANTES | 737 | 2,4320 | 12, 13 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA GIROLAMO MIORANZA | 697 | 2,4320 | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 02 – ALFREDO CHAVES | 726 | 2,4320 | 4,5 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 03 – ALFREDO CHAVES | 727 | 2,4320 | 1,5,6,10, 1 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 04 - ALFREDO CHAVES | 728 | 2,4320 | 6,7 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 05 - ALFREDO CHAVES | 729 | 2,4320 | 7,8 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 06 - ALFREDO CHAVES | 730 | 2,4320 | 9,1 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 07 - ALFREDO CHAVES | 731 | 2,4320 | 1,11 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 08 - ALFREDO CHAVES | 732 | 2,4320 | 2 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 09 - ALFREDO CHAVES | 733 | 2,4320 | 2, 14 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 10 - ALFREDO CHAVES | 734 | 2,4320 | 14 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA N 11 - ALFREDO CHAVES | 735 | 2,4320 | 13, 14 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | RUA PIETRO MIORANZA | 736 | 2,4320 | 1, 2, 3, 4, 11 |
| ALFREDO CHAVES | 37 | **VIA ÂNGELIO ARALDI** | 601 | 2,4320 | 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 |
|  |  |  |  |  |  |
| APARECIDA | 2 | **ERS 122** | 71 | 9,2506 | 388,389 |
| APARECIDA | 2 | RUA 17 DE JULHO | 38 | 9,2506 | 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118 |
| APARECIDA | 2 | RUA 17 DE JULHO | 38 | 13,6351 | 111, 116 |
| APARECIDA | 2 | RUA ADÃO MAMBRINI | 1 | 9,2506 | 251, 323 |
| APARECIDA | 2 | RUA ALBERTO SOGARI | 421 | 6,8163 | 241, 242 |
| APARECIDA | 2 | RUA ALEXANDRE PEDRON | 2 | 9,2506 | 1, 171, 324 |
| APARECIDA | 2 | RUA ALEXANDRE PEDRON | 2 | 13,6351 | 2, 3, 4, 89, 90, 91 |
| APARECIDA | 2 | RUA ALEXANDRE PEDRON | 2 | 19,4809 | 5, 93 |
| APARECIDA | 2 | RUA ASA DA PAZ | 423 | 6,8163 | 242 |
| APARECIDA | 2 | RUA BARROS CASSAL | 5 | 9,2506 | 1, 171, 324 |
| APARECIDA | 2 | RUA CAETANO BOSCATO | 8 | 9,2506 | 249, 250 |
| APARECIDA | 2 | RUA DA PAZ | 10 | 9,2506 | 104, 105, 108, 109, 110, 113, 242, 243 |
| APARECIDA | 2 | RUA DA PAZ | 10 | 13,6351 | 106, 107, 111, 112 |
| APARECIDA | 2 | RUA DR. MONTAURY | 13 | 13,6351 | 255, 385, 459, 460, 388 |
| APARECIDA | 2 | RUA DR. MONTAURY | 13 | 19,4809 | 106, 107, 111, 112, 116, 117 |
| APARECIDA | 2 | RUA DR. MONTAURY | 13 | 28,2480 | 4, 5, 91, 96, 97, 101, 102 |
| APARECIDA | 2 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 9,2506 | 109, 110, 114, 115 |
| APARECIDA | 2 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 13,6351 | 89, 90, 94, 95, 100, 104, 105 |
| APARECIDA | 2 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 28,2480 | 2, 3 |
| APARECIDA | 2 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 5,8403 | 201 |
| APARECIDA | 2 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 9,2506 | 114, 115, 117, 204, **241** |
| APARECIDA | 2 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 13,6351 | 116, 255 |
| APARECIDA | 2 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 6,8163 | 459 |
| APARECIDA | 2 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 7,7891 | 118, 385, 386 |
| APARECIDA | 2 | RUA FRANCISCO LUNARDI | 80 | 9,2506 | 459, 460 |
| APARECIDA | 2 | RUA HILARIO FONTANA | 20 | 9,2506 | 249, 323, 251 |
| APARECIDA | 2 | RUA HILARIO FONTANA | 20 | 6,8163 | 171 |
| APARECIDA | 2 | RUA IRENO TOMAS ZULIAN | 56 | 5,8403 | 203, 204 |
| APARECIDA | 2 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 6,8163 | 171 |
| APARECIDA | 2 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 9,2506 | 1 |
| APARECIDA | 2 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 19,4809 | 2, 3, 4, 5 |
| APARECIDA | 2 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 9,2506 | 110, 111, 115, 116 |
| APARECIDA | 2 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 13,6351 | 90, 91, 95, 96, 100, 101, 105, 106 |
| APARECIDA | 2 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 28,2480 | 3, 4 |
| **APARECIDA** | **2** | **RUA JOSÉ PANIZZON NETO** | **559** | **13,6351** | **385, 388** |
| APARECIDA | 2 | RUA JOSÉ PANIZZON NETO | 559 | 7,7891 | 386, 389 |
| APARECIDA | 2 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 5,8403 | 201, 202, 203, 204 |
| APARECIDA | 2 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 9,2506 | 109, 114, 241 |
| APARECIDA | 2 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 13,6351 | 89, 94, 99, 104, 243, 244, 249, 250, 251, 323, 324, |
| APARECIDA | 2 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 19,4809 | 1, 2 |
| APARECIDA | 2 | RUA MARECHAL FLORIANO | 25 | 13,6351 | 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107 |
| APARECIDA | 2 | RUA MARECHAL FLORIANO | 25 | 9,2506 | 103, 108 |
| APARECIDA | 2 | RUA PEDRO BULLA | 434 | 9,2506 | 243, 244 |
| APARECIDA | 2 | RUA PEDRO MAIOLI | 57 | 5,5880 | 201, 202 |
| APARECIDA | 2 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 9,2506 | 117, 118 |
| APARECIDA | 2 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 19,4809 | 5, 6, 92, 93, 97, 98, 102, 103, 107, 108 |
| APARECIDA | 2 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 9,2506 | 386 |
| APARECIDA | 2 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 14748 | 9,2506 | 98, 103, 249, 323 |
| APARECIDA | 2 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 14748 | 13,6351 | 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102 |
| APARECIDA | 2 | RUA RIO BRANCO | 30 | 9,2506 | 171, 250, 324 |
| APARECIDA | 2 | RUA SEGREDO | 84 | 9,2506 | 385, 460 |
| APARECIDA | 2 | RUA RIO BRANCO | 30 | 13,6351 | 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98 |
| APARECIDA | 2 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 38427 | 6,8163 | 171 |
| APARECIDA | 2 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 7,7891 | 386 |
| APARECIDA | 2 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 9,2506 | 103, 113, 108, 118 |
| APARECIDA | 2 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 13,6351 | 93, 98 |
|  |  |  |  |  |  |
| CENTRO | 1 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 321, 322 |
| CENTRO | 1 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 43,8351 | 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 |
| CENTRO | 1 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 28,2480 | 48, 56, 191, 192 |
| CENTRO | 1 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 185, 186, 238, 239, 313 |
| CENTRO | 1 | AV. VINDIMA | 78 | 13,6351 | 236, 321 |
| CENTRO | 1 | RUA ANDRADE NEVES | 3 | 9,2506 | 170, 174, 175 |
| CENTRO | 1 | RUA ANDRADE NEVES | 3 | 19,4809 | 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 |
| CENTRO | 1 | RUA ANDRADE NEVES | 3 | 6,8163 | 16, 24 |
| CENTRO | 1 | RUA ÂNGELO OLIBONI | 455 | 13,6351 | 248, 321 |
| CENTRO | 1 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 6,8163 | 16 |
| CENTRO | 1 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 13,6351 | 32, 40, 64, 72, 80, 88, 188, 189, 190, 253, 187 |
| CENTRO | 1 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 28,2480 | 48, 192 |
| CENTRO | 1 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 19,4809 | 191 |
| CENTRO | 1 | RUA BARROS CASSAL | 5 | 28,2480 | 17, 25, 33, 41, 49, 57, 168, 169, 177, 321, 322 |
| CENTRO | 1 | RUA BARROS CASSAL | 5 | 9,2506 | 9, 170 |
| CENTRO | 1 | RUA BARROS CASSAL | 5 | 13,6351 | 65, 73, 81 |
| CENTRO | 1 | RUA BARROS CASSAL | 5 | 13,6351 | 236 |
| CENTRO | 1 | RUA BENTO GONÇALVES | 6 | 19,4809 | 66 |
| CENTRO | 1 | RUA BENTO GONÇALVES | 6 | 19,4809 | 67, 75 |
| CENTRO | 1 | RUA BENTO GONÇALVES | 6 | 13,6351 | 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 188, 189 |
| CENTRO | 1 | RUA BENTO GONÇALVES | 6 | 13,6351 | 236 |
| CENTRO | 1 | RUA BORGES DE MEDEIROS | 7 | 13,6351 | 172, 281 |
| CENTRO | 1 | RUA BORGES DE MEDEIROS | 7 | 19,4809 | 168, 322 |
| CENTRO | 1 | RUA BORGES DE MEDEIROS | 7 | 43,8351 | 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 45, 46 |
| CENTRO | 1 | RUA BORGES DE MEDEIROS | 7 | 28,2480 | 39, 40, 47, 48, 192, 253 |
| CENTRO | 1 | RUA BORGES DE MEDEIROS | 7 | 28,2480 | 316, 186 |
| CENTRO | 1 | RUA CANABARRO | 9 | 13,6351 | 73, 81, 83 |
| CENTRO | 1 | RUA CESAR PIARDI | 441 | 13,6351 | 236 |
| CENTRO | 1 | RUA DON FINOTTE | 11 | 13,6351 | 81, 83, 87, 88 |
| CENTRO | 1 | RUA DON FINOTTE | 11 | 6,8163 | 181, 187, 280 |
| CENTRO | 1 | RUA DON FINOTTE | 11 | 19,4809 | 82 |
| CENTRO | 1 | RUA DON FINOTTE | 11 | 9,2506 | 236 |
| CENTRO | 1 | RUA DR. MONTAURY | 13 | 28,2480 | 12, 13, 20, 21, 28, 29, 61 |
| CENTRO | 1 | RUA DR. MONTAURY | 13 | 43,8351 | 36, 37, 45, 53 |
| CENTRO | 1 | RUA DR. MONTAURY | 13 | 19,4809 | 68, 69 |
| CENTRO | 1 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 28,2480 | 10, 11, 18, 19, 26, 58, 59 |
| CENTRO | 1 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 43,8351 | 34, 35, 42, 43, 50, 51 |
| CENTRO | 1 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 19,4809 | 66, 67 |
| CENTRO | 1 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 13,6351 | 83 |
| CENTRO | 1 | RUA FLORENÇA | 73 | 13,6351 | 238, 239 |
| CENTRO | 1 | RUA FREI EUGÊNIO | 16 | 28,2480 | 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 |
| CENTRO | 1 | RUA FREI EUGÊNIO | 16 | 19,4809 | 190, 191 |
| CENTRO | 1 | RUA FREI EUGÊNIO | 16 | 13,6351 | 184, 185 |
| CENTRO | 1 | RUA GARIBALDI | 17 | 19,4809 | 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 189, 190 |
| CENTRO | 1 | RUA GARIBALDI | 17 | 13,6351 | 182, 184 |
| CENTRO | 1 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 13,6351 | 15, 16, 23, 24 |
| CENTRO | 1 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 19,4809 | 31, 32, 39, 40, 71, 72, 79, 80, 87, 88 |
| CENTRO | 1 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 28,2480 | 47, 48, 55, 56, 63, 64 |
| CENTRO | 1 | RUA HILARIO FONTANA | 20 | 9,2506 | 170, 175 |
| CENTRO | 1 | RUA IRMÃS DE SÃO JOSÉ | 456 | 13,6351 | 248, 321 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO JOSÉ OLIBONI | 21 | 6,8163 | 169, 173 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 6,8163 | 175, 170 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 9,2506 | 9 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 19,4809 | 11, 12, 13, 14, |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 13,6351 | 15, 16 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 13,6351 | 184, 185, 186, 282, 281 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 5,8403 | 182, 279, 183 |
| CENTRO | 1 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 6,8163 | 181, 280, 299 |
| CENTRO | 1 | RUA JOAQUIM MASCARELLO | 49 | 13,6351 | 79, 80, 87, 88, 187, 188 |
| CENTRO | 1 | RUA JOAQUIM MASCARELLO | 49 | 6,8163 | 181, 182, 280 |
| CENTRO | 1 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 28,2480 | 11, 12, 12, 19, 20, 27, 28, 59, 60 |
| CENTRO | 1 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 43,8351 | 35, 36, 43, 51, 52 |
| CENTRO | 1 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 19,4809 | 67, 68 |
| CENTRO | 1 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 13,6351 | 76, 83 |
| CENTRO | 1 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 9,2506 | 241 |
| CENTRO | 1 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 28,2480 | 9, 10, 17, 18, 25, 26, 33, 34, 57, 58 |
| CENTRO | 1 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 43,8351 | 41, 42, 49, 50 |
| CENTRO | 1 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 19,4809 | 65, 66, 73, 74, 81, 82 |
| CENTRO | 1 | RUA LINCEU FALAVIGNA | 41 | 6,8163 | 174 |
| CENTRO | 1 | RUA MARECHAL FLORIANO | 25 | 13,6351 | 104 |
| CENTRO | 1 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 28,2480 | 13, 14, 21, 22, 29, 30, 37, 38, 61, 62 |
| CENTRO | 1 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 43,8351 | 45, 46, 53 |
| CENTRO | 1 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 19,4809 | 69, 70 |
| CENTRO | 1 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 28 | 13,6351 | 197 |
| CENTRO | 1 | RUA RAIMUNDO MONTANARI | 29 | 28,2480 | 25, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37 |
| CENTRO | 1 | RUA RAIMUNDO MONTANARI | 29 | 13,6351 | 172, 173, 253 |
| CENTRO | 1 | RUA RAIMUNDO MONTANARI | 29 | 19,4809 | 30, 31, 32, 39, 40, 168, 169 |
| CENTRO | 1 | RUA RODOLFO FORTUNATTI | 68 | 9,2506 | 236 |
| CENTRO | 1 | RUA SÃO JOSÉ | 31 | 28,2480 | 192 |
| CENTRO | 1 | RUA SÃO JOSÉ | 31 | 19,4809 | 184, 185, 190, 191, 253, 316 |
| CENTRO | 1 | RUA SÃO JOSÉ | 31 | 13,6351 | 181, 182, 187, 188, 189 |
| CENTRO | 1 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 19,4809 | 14, 15, 22, 23, 30, 31, 39, 70, 71, 79, 86, 87 |
| CENTRO | 1 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 43,8351 | 46, 47 |
| CENTRO | 1 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 28,2480 | 54, 55, 62, 63 |
| CENTRO | **1** | RUA TEREZINHA MARI ZORGI | 539 | 9,2506 | 313 |
| CENTRO | 1 | RUA TIRADENTES | 33 | 19,4809 | 17, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 31, 32 |
| CENTRO | 1 | RUA TIRADENTES | 33 | 28,2480 | 21, 29, 30, 26 |
| CENTRO | 1 | RUA VERONA | 72 | 13,6351 | 248 |
| CENTRO | 1 | RUA VERONA | 72 | 9,2506 | 238, 239 |
| CENTRO | 1 | RUA VICENZA | 74 | 13,6351 | 238, 248, 321 |
| CENTRO | 1 | VIA VENETO | 534 | 9,2506 | 313 |
| CENTRO | 1 | RUA VIRGINIO CARLETTI | 34 | 13,6351 | 168, 172, 173 |
|  |  |  |  |  |  |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA 13 DE MAIO | 35 | 9,2506 | 143 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA 14 DE JULHO | 39 | 9,2506 | 143, 144, 146 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA 14 DE JULHO | 39 | 6,8163 | 228, 229, 234, 235 |
| **COLINA DE FLORES** | **3** | **RUA 14 DE JULHO** | **39** | **19,4809** | **313** |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA 24 DE MAIO | 36 | 9,2506 | 144, 145 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA 24 DE MAIO | 36 | 5,8403 | 149 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 13,6351 | 146, 234 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 5,8403 | 147, 149, 235 |
| **COLINA DE FLORES** | **3** | **RUA DON FINOTTE** | **11** | **19,4809** | **313** |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA DON FINOTTE | 11 | 13,6351 | 142, 146 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA DON FINOTTE | 11 | 6,8163 | 228, 234, 230 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA DOS FREIS CAPUCHINHOS | 12 | 5,8403 | 145, 147, 148, 229, 235, 314 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 5,8403 | 148, 157 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 6,8163 | 144, 145, 147, 149 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 13,6351 | 143, 146 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 6,8163 | 228, 229, 230, 231, 232, 233 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA SÃO JOSÉ | 31 | 6,8163 | 228, 234 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA SÃO JOSÉ | 31 | 5,8403 | 229, 235 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 9,2506 | 144, 145 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 13,6351 | 143, 138 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 5,8403 | 148 |
| COLINA DE FLORES | 3 | RUA TEREZINHA MARI ZORGI | 539 | 5,8403 | 285, 457, 595 |
| **COLINA DE FLORES** | **3** | **RUA TEREZINHA MARI ZORGI** | **539** | **19,4809** | **597** |
| COLINA DE FLORES | 3 | VIA VENETO | 534 | 9,2506 | 597, 598, 599 |
|  |  |  |  |  |  |
| GRANJA UNIÃO | 10 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 10,0183 | 879, 895 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 850, 895, 899 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | **ERS 122** | 71 | 3,8934 | 449, 450, 451 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA ADIR GIRONDI | 518 | 9,2506 | 325, 326, 335, 336, 339, 340 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA DA PAZ | 10 | 5,8403 | 330, 331 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA DA PAZ | 10 | 9,2506 | 325, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA DR. HILDEBRANDO C. PEREIRA | 520 | 6,8163 | 328, 329, 332, 333 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA DR. HILDEBRANDO C. PEREIRA | 520 | 5,8403 | 341, 342 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA ERNESTO SEGUNDO BERTOLINI | 480 | 5,8403 | 176, 330, 331, 340, 341, 342, 343, 344 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA HILARIO FONTANA | 20 | 9,2506 | 337, 338 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA HILARIO FONTANA | 20 | 6,8163 | 176 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA IVO MAIOLI | 521 | 6,8163 | 329, 330, 331, 332 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA IVO MAIOLI | 521 | 5,8403 | 342 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 6,8163 | 176 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA JOÃO SLAVIERO | 516 | 9,2506 | 336, 337, 338, 339 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA MARIA BOSCHI ZORGI | 522 | 6,8163 | 331 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA PEDRO ÂNGELO ZAMBONI | 519 | 6,8163 | 327, 328, 333, 334 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA PEDRO ÂNGELO ZAMBONI | 519 | 5,8403 | 340, 341 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 28 | 5,8403 | 331, 343 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 28 | 6,8163 | 332, 333, 334, 335, 340, 341, 342 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 28 | 9,2506 | 336, 337, 338, 339 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA RIO BRANCO | 30 | 6,8163 | 340 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA RIO BRANCO | 30 | 6,8163 | 338, 339, 344 |
| GRANJA UNIÃO | 10 | RUA VALENTIN BERTON | 517 | 6,8163 | 326, 327, 334, 335, 340 |
|  |  |  |  |  |  |
| LAGOA BELA | 21 | ESTRADA SANTO ANTÔNIO | 578 | 3,1694 | 463, 464 |
| LAGOA BELA | 21 | ESTRADA DOS VINHAIS | 699 | 10,0183 | 950 |
| LAGOA BELA | 21 | **VIA ÂNGELIO ARALDI** | 601 | 10,0183 | 985, 990 |
| LAGOA BELA | 21 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 950, 970, 971, 980, 981, 990 |
| LAGOA BELA | 21 | RUA DARIO MASCARELLO | 577 | 3,1694 | 461, 462, 464, 465 |
| LAGOA BELA | 21 | RUA HONORINO BORDIN | 575 | 3,1694 | 463, 464 |
| LAGOA BELA | 21 | RUA IRMAOS CORADI | 576 | 3,1694 | 464 |
| LAGOA BELA | 21 | RUA SANTA ANA | 574 | 3,1694 | 462, 464 |
|  |  |  |  |  |  |
| **LINHA OITENTA** | **27** | **RUA ADHAUTT MANTOVANI** | **741** | **4,5503** | **620** |
| LINHA OITENTA | 27 | **VIA A OTÁVIO ROCHA** | 579 | 4,5503 | 620 |
|  |  |  |  |  |  |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA PERIMETRAL – VILLA ROMANA | 723 | 2,4320 | 166,584, 593, 594 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | ESTRADA DOS TRADICIONALISTAS | 679 | 7,8614 | 582, 583, 580, 589 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA ARI KOPPE | 530 | 2,4320 | 166, 167, 294 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA ANTÔNIO SOLDATELLI | 531 | 2,4320 | 294 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA ANTÔNIO SOLDATELLI | 531 | 3,8929 | 356 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA CARLOS TRONCO | 528 | 3,8934 | 355, 357 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA CLAUDINO VENTURINI | 473 | 3,8934 | 155, 352 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA D. ADELIA VAILATI SLAVIERO | 549 | 3,8934 | 155, 352, 353, 354, 355, 356 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 5,8403 | 287, 288 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA IRMA ALBERTA TASCA | 536 | 5,8403 | 286, 291, 292 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA IRMA GIACINTA GRIGOLETTO | 535 | 5,8403 | 292 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 9,2506 | 286 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA JOSÉ CATAFESTA | 524 | 3,8934 | 352, 353, 354, 355 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA JOSUE FAVERO | 69 | 3,8934 | 351, 352 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA JOSUE FAVERO | 69 | 5,8403 | 155, 292 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA LIBERA SOLDATELI FALAVIGNA | 541 | 5,8403 | 286, 292, |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA NATAL COLLODA | 526 | 3,8934 | 355, 356 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA ORESTES PRIMO PRADELLA | 474 | 3,8934 | 155 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 3,8934 | 286, 287 |
| **MORADA DO CAMPING** | **15** | **RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE** | **27** | **5,8403** | **291** |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA SÃO BOAVENTURA | 666 | 5,8403 | 458 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA SEM DENOMINAÇÃO – NOVA ROMA | 554 | 2,4320 | 294 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA TEREZINHA MARI ZORGI | 539 | 5,8403 | 286 287, 288, 458 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA VENETO | 534 | 9,2506 | 599 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA VOVO LOLINHA MAMBRINI | 540 | 5,8403 | 286, 287, 288, 289, 290, 291, 458 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA LEONARDO DA VINCI | 712 | 9,4337 | 587 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA LEONARDO DA VINCI | 712 | 8,8049 | 586, 588 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA SISTINA | 713 | 11,0060 | 581, 586, 588 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA SISTINA | 713 | 9,4337 | 582, 587 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA MECENAS | 714 | 8,8049 | 586 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA GISEPPE VERDI | 715 | 9,4337 | 587 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA MICHELANGELO | 716 | 11,0060 | 586, 581 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA MICHELANGELO | 716 | 9,4337 | 587,582 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA GIACOMO PUCCINI | 717 | 7,8614 | 582, 587, 589 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA FALERNO | 718 | 7,8614 | 582 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA FEDERICO FELLINI | 719 | 7,8614 | 582, 583 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | RUA MONTEVERDE | 720 | 7,8614 | 583 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA PANTEÃO | 722 | 11,0060 | 581 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA PANTEÃO | 722 | 9,4337 | 582 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA PANTEÃO | 722 | 7,8614 | 580,583 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA VENETO | 534 | 11,0060 | 581,586 |
| MORADA DO CAMPING | 15 | VIA VENETO | 534 | 8,8049 | 588 |
|  |  |  |  |  |  |
| NOVA ROMA | 20 | ESTRADA ÂNGELO DORO | 654 | 2,4320 | 1200, 1230, 1260, 1270, 1280, 1290 |
| NOVA ROMA | 20 | ESTRADA AURÉLIO SCOPEL | 87 | 2,4320 | 1550, 1650, 1675, 1750, 1880, 1900, 2200, 2205, 2230, 2240, 2250, 2260, 2270, 2280, 2300, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327 |
| NOVA ROMA | 20 | ESTRADA DOS GIRASSOIS | 91 | 2,4320 | 1550, 2319, 2320, 2321, 2323 |
| NOVA ROMA | 20 | ESTRADA DOS TRADICIONALISTAS | 679 | 2,4320 | 295 |
| **NOVA ROMA** | **20** | **ESTRADA UVA BORDÔ** | **15733** | **2,4320** | **296** |
| NOVA ROMA | 20 | RUA ADELINO GATELLI | 614 | 2,4320 | 2000, 2100, 2160, 2205 2215, 2225 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA ANGELO DOMINGOS PRETO | 615 | 2,4320 | 1030, 1035, 1040, 1070, 1090, 1150 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA ANTÔNIO SOLDATELLI | 531 | 2,4320 | 295, 296, 298,1000, 1010, 1030, 1040, 1050, 1060, 1090, 1100 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA ANTÔNIO SOLDATELLI | 531 | 2,4320 | 1050 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA AURELIA ZUPPA MENEGUZZO | 665 | 2,4320 | 1260, 1270 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS AZALEIAS | 613 | 2,4320 | 1950, 2000, 2050 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS CAMELIAS | 610 | 2,4320 | 1360, 1370 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS HORTENCIAS | 617 | 2,4320 | 1040, 1060 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS ROSAS | 608 | 2,4320 | 1050, 1059, 1100, 1200, 1300, 1350, 1360, 1390, 1450, 1500, 1550, 1600, 1650, 1700, 1750, 1840 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS ROSAS | 608 | 11,0060 | 1400, 1460 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS TULIPAS | 93 | 2,4320 | 2321, 2322, 2323, 2324 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DAS VIOLETAS | 607 | 2,4320 | 1360, 1370, 1390, 1450, 1455 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DOLORES CARMEM CARRARO | 606 | 2,4320 | 1950, 2050 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DOS JASMINS | 605 | 2,4320 | 1450, 1455, 1550, 1800, 2000 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DOS LIRIOS | 609 | 2,4320 | 1450 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA DOS MANACAS | 92 | 2,4320 | 2321, 2323 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA FORTUNATO PEDRO ZUPPA | 616 | 2,4320 | 1030, 1040 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA ILDA SALVADOR CARRARO | 612 | 2,4320 | 1390, 1455, 1950 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA LUIZ CARRARO | 611 | 2,4320 | 1370, 1390, 1450, 1455, 1555, 1675, 1850, 1880, 1900 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA N 28 - FULINA | 653 | 2,4320 | 1280, 1290 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA N.01- LOT.POPULAR NOVA ROMA | 724 | 2,4320 | 1900, 1901 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA N.12 - NOVA ROMA | 86 | 2,4320 | 1555, 1650, 1675, 1750, 1850, 1880, 1901, 2200, 2205 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA BEIJA-FLOR | 43770 | 2,4320 | 2200 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA 15 DE NOVEMBRO | 28723 | 2,4320 | 1901, 2200, 2230 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA AUGUSTO ALVES | 28724 | 2,4320 | 2200, 2205 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA SILVIA BOSCATO SALVADOR | 631 | 2,4320 | 1090, 1100 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA NASCER DO SOL | 655 | 2,4320 | 2260, 2280 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 554 | 2,4320 | 296, 298, 870, 1000, 1090, 1290, 1350, 1360, 1370,1390, 1450, 1455, 1550, 1555, 1675, 1750, 1900, 2000, 2050, 2100, 2150, 2200, 2205, 2225, 2230, 2240, 2260, 2315, 2322, 2326, |
| NOVA ROMA | 20 | RUA JOÃO SALVADOR | 46362 | 11,0060 | 1400, 1460 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA JOÃO SALVADOR | 46362 | 8,8049 | 1410, 1420, 1430, 1440, 1451 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA SANTOS LUIZ SALVADOR | 46363 | 8,8049 | 1400, 1460 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA OLISSE SALVADOR | 46364 | 8,8049 | 1400, 1410, 1451, 1460 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA BRÁS SALVADOR | 46365 | 8,8049 | 1410, 1451 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA FREI LEÔNIDAS SALVADOR | 46366 | 7,8614 | 1440 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA IRENE LUCIA SALVADOR CORSO | 46367 | 7,8614 | 1440 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA INEZ SALVADOR SANDI | 46368 | 7,8614 | 1430, 1440 |
| NOVA ROMA | 20 | RUA SILVIA BOSCATO SALVADOR | 631 | 8,8049 | 1410, 1420, 1440, 1451 |
|  |  |  |  |  |  |
| NOVA TRENTO | 16 | **ERS 122** | 71 | 14,7417 | 686 |
| NOVA TRENTO | 16 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 680, 685 |
| NOVA TRENTO | 16 | **ERS 122** | 71 | 9,2506 | 390,391 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA FLÁVIO LUIS FERRARINI | 742 | 13,6351 | 396, 441, 446, 693, 694, 697 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA FLÁVIO LUIS FERRARINI | 742 | 14,7420 | 391, 686 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA IVO JOÃO SONDA | 743 | 13,6351 | 682,687,688, 689, 692, 693, 694, 697 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA NEUSA BORGHETTI DOS SANTOS | 744 | 13,6351 | 682 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA SARGENTO PEDRO MARTINI | 745 | 13,6351 | 691, 692 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA APPARICIO ANTONIO SGARIONI | 746 | 13,6351 | 680, 682, 685, 686, 689, 690, 691 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA JAMES JOSÉ CONTI | 748 | 13,6351 | 688,689 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA PROFESSORA CLAUDINA NAIR CONTI | 749 | 13,6351 | 687, 688 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA ALCIDES JOSÉ CORSO | 565 | 6,8163 | 441, 442 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA ARY FINGER | 560 | 9,2506 | 390, 392, 393 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA CARINO BEGNINI | 567 | 6,8163 | 443, 444, 446 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA CARINO BEGNINI | 567 | 13,6351 | 441, 446, 689, 691, 692, 693, 694 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA CARLOS RODRIGUES MARTINS | 568 | 6,8163 | 446, 447 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA DOS EXPEDICIONÁRIOS | 569 | 6,8163 | 447, 448 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA FELISBERTO PEREIRA DA SILVA | 602 | 10,0183 | **996,** 999 |
| **NOVA TRENTO** | **16** | **RUA FREI ALOISIO PERSICI** | **561** | **7,7891** | **395** |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA FREI ALOISIO PERSICI | 561 | 9,2506 | 392, 393, 394, 396 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA FREI ALOÍSIO PERSICI | 561 | 13,6351 | 391, 396, 682, 686, 697 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA GUIDO D'ANDREA | 562 | 6,8163 | 396, 397 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA LINO D ANDREA | 570 | 7,7891 | 394, 399 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA LUIZ JOSÉ PEDRON | 572 | 6,8163 | 444, 445 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA LUIZ JOSÉ PEDRON | 572 | 7,7891 | 394, 395, 399, 440 |
| **NOVA TRENTO** | **16** | **RUA LUIZ JOSÉ PEDRON** | **572** | **10,0183** | **996** |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA OLDER NERY | 563 | 6,8163 | 397, 398 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA OLINDO PEROZZO | 566 | 6,8163 | 442, 443 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA RAUL ROSALINO BIGARELLA | 571 | 6,8163 | 445, 446, 447, 448 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA RAUL ROSALINO BIGARELLA | 571 | 7,7891 | 395, 396, 397, 398, 440, 441, 442, 443 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA RAUL ROSALINO BIGARELLA | 571 | 9,2506 | 390, 392, 393 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA ROBERTO JOÃO CARPEGGIANI | 564 | 6,8163 | 398, 441 |
| NOVA TRENTO | 16 | RUA ROBERTO JOÃO CARPEGGIANI | 564 | 13,6351 | 396, 441, 682, 687, 694, 697 |
| NOVA TRENTO | 16 | **VIA ÂNGELO ARALDI** | 601 | 10,0183 | 995, 999 |
|  |  |  |  |  |  |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA BARBERA | 309 | 3,8934 | 4 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA BARBERA | 309 | 5,8403 | 12 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA BONARDA | 302 | 5,8403 | 6, 7, 11, 31, 32, 70 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA BONARDA | 302 | 2,4320 | 19, 20, 21, 22, 23, 37, 38, 39, 47, 48, 53, 62 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA BONARDA | 302 | 2,4320 | 25 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA BORDEAUX | 303 | 3,8934 | 6, 10 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA CABERNET | 310 | 3,8934 | 16, 17 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA HEBERMONT | 307 | 3,8934 | 2, 3 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA HEBERMONT | 307 | 5,8403 | 14, 15, 18 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA HEBERMONT | 307 | 2,4320 | 181, 60 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA ISABEL | 306 | 3,8934 | 12, 19 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA ISABEL | 306 | 5,8403 | 13, 14, 15, 18, 181 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA MERLOT | 308 | 3,8934 | 3 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA MERLOT | 308 | 5,8403 | 14 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA MOSCATO | 304 | 5,8403 | 31 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA MOSCATO | 304 | 3,8934 | 3, 4, 5, 6, 28, 29, 30 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA NIAGARA | 301 | 5,8403 | 7, 8 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA PERLONA | 305 | 3,8934 | 5, 6 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA RIESLING | 438 | 2,4320 | 18, 60 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 558 | 2,4320 | 18, 40, 46, 47,49, 53, 54, 56, 58, 181 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 558 | 2,3446 | 41, 53, 63 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA SEMILON | 439 | 2,4320 | 23, 181 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA TREBIANO | 440 | 2,4320 | 9, 33, 34 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA UVA CARMEN | 698 | 2,4320 | 48 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA UVA ITALIA | 300 | 5,8403 | 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA UVA ITALIA | 300 | 3,8934 | 1, 16, 26, 42, 43, 50, 51, 52, 55, 57 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | RUA UVA SEIBEL | 658 | 2,4320 | 32 |
| OTÁVIO ROCHA | 8 | VRS 122 | 557 | 2,4320 | 32 |
|  |  |  |  |  |  |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 129, 257, 258, 360, 560, 570, 590 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ALDO LUIZ SANTINI | 482 | 5,8403 | 261, 262, 265, 266, 268, 270, 271, 273, 274, 275 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ALDO LUIZ SANTINI | 482 | 6,8163 | 258, 259 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ERNESTO CAETANO MURARO | 485 | 6,8163 | 259, 260 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ERNESTO CAETANO MURARO | 485 | 5,8403 | 263, 264, 266, 267, 269, 271, 272, 273, 275, 276 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA JOÃO BATISTA ZILLI | 489 | 5,8403 | 266, 268, 269 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA JOAO MARIA DEVENZ | 596 | 5,8403 | 360, 364, 366, 370, 372, 466, 467, 521 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA JUARTE JOSÉ TODESCHINI | 488 | 5,8403 | 262, 263, 266, 590 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS | 490 | 5,8403 | 129, **267**, 268, 269, 271, 272, 590 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA MODESTO MARINI | 491 | 5,8403 | 271, 273 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA OLINDO CARLOS TOIGO | 486 | 6,8163 | 256, 257, 259, 590 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA OLIVIO GELAIN | 492 | 5,8403 | **272,** 273, 275 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA OLIVO LUIZ BORDIN | 483 | 5,8403 | 262, 263 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA SARGENTO REOLON | 484 | 5,8403 | 268, 269 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 38427 | 19,4809 | 570 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA TIO RICO | 493 | 5,8403 | 275, 277, 278 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA VASCO ULYSSES MASCARELLO | 487 | 6,8163 | 259, 262, 263, 590 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | VIA VENETO | 534 | 9,2506 | 129, 573, 585 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ANTONIO VIVALDI – VILLA ROMANA | 704 | 9,4337 | 574 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ANTONIO VIVALDI – VILLA ROMANA | 704 | 8,8049 | 572 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA ANTONIO VIVALDI – VILLA ROMANA | 704 | 7,8614 | 573 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA VITTORIA | 705 | 7,8614 | 573 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA FONTANA DI TREVI | 706 | 9,4337 | 573,574,575,576 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA FORUM ROMANO | 707 | 10,0626 | 576 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA FORUM ROMANO | 707 | 9,4337 | 575 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA POETA HORÁCIO | 708 | 9,4337 | 575 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | RUA LUCIANO PAVAROTTI | 709 | 9,4337 | 574, 575 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | VIA COLISEU | 721 | 10,0626 | 573,576 |
| PARQUE DOS PINHEIROS | 9 | VIA COLISEU | 721 | 9,4337 | 575,574 |
|  |  |  |  |  |  |
| PEROLA | 12 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 621 |
| PEROLA | 12 | **ERS 122** | 71 | 2,4320 | 414, 422 |
| PEROLA | 12 | RUA DAS AMEIXEIRAS | 477 | 2,4320 | 420 |
| PEROLA | 12 | RUA DAS CEREJEIRAS | 452 | 2,4320 | 411, 413 |
| PEROLA | 12 | RUA DAS LARANJEIRAS | 451 | 2,4320 | 416, 418, 419, 421 |
| PEROLA | 12 | RUA DAS PALMEIRAS | 446 | 2,4320 | 415, 416, 419, 420, 421, 422 |
| PEROLA | 12 | RUA DAS PITANGUEIRAS | 454 | 2,4320 | 413, 415 |
| PEROLA | 12 | RUA DAS TANGERINAS | 453 | 2,4320 | 418, 419 |
| PEROLA | 12 | RUA DOS ARACAS | 450 | 2,4320 | 411, 416, 417, 418 |
| PEROLA | 12 | RUA DOS ARACAS | 450 | 2,3446 | 410 |
| PEROLA | 12 | RUA DOS GUABIJUS | 449 | 2,4320 | 412, 414, 415 |
| PEROLA | 12 | RUA DOS LIMOEIROS | 479 | 2,4320 | 421, 422 |
| PEROLA | 12 | RUA DOS PESSEGUEIROS | 478 | 2,4320 | 416 |
|  |  |  |  |  |  |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 640, 663, 666, 678, 684, 639 |
| **SÃO CRISTÓVÃO** | **22** | **AV. 25 DE JULHO** | **28463** | **10,0183** | **624** |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | ESTRADA JACOB MATTANA | 593 | 5,8403 | 624, 640, 645, 646, 625, 639 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | PERIMETRAL SÃO CRISTÓVÃO | 45079 | 6,8163 | 653 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 624 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | **RUA ALCIDE ANTÔNIO STUANI** | 588 | 6,8163 | 681, 683 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA THERESINA SOGARI MATTANA | 47833 | 5,8403 | 640, **645** |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | **RUA GUILHERME FONTANA** | 599 | 5,8403 | 624 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA 8 - SÃO CRISTÓVÃO | 594 | 5,8403 | 660 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA 9 - SÃO CRISTÓVÃO | 595 | 4,1140 | 671, 673 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA BENJAMIN BROCH | 589 | 5,8403 | 659, 670, 675, 676 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS ARAUCÁRIAS | 496 | 6,8163 | 358, 359, 360, 361 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS CANELAS | 507 | 3,8934 | 376, 378, 379, 380 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS CASTANHEIRAS | 509 | 3,8934 | 379, 380, 381, 382, 383 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS CORTICEIRAS | 511 | 3,8934 | 383, 384 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS FIGUEIRAS | 498 | 6,8163 | 362, 363, 364, 365 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS GOIABEIRAS | 505 | 5,8403 | 374, 375 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS IMBUIAS | 503 | 5,8403 | 372, 373 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DAS QUARESMAS | 500 | 6,8163 | 366, 367, 368, 369 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS AN**J**ICOS | 504 | 5,8403 | 373, 374 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS CARVALHOS | 510 | 3,8934 | 381, 382 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS CEDROS | 502 | 5,8403 | 370, 371, 376 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS COQUEIROS | 499 | 6,8163 | 364, 365, 366, 367 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS JABORANDIS | 508 | 5,8403 | 377, 378 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS JACARANDAS | 501 | 6,8163 | 368, 369, 370, 371 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS JATOBÁS | 506 | 5,8403 | 374, 375, 377 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA DOS LOUROS | 497 | 6,8163 | 360, 361, 362, 363 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA FRANCISCO ASCARI | 587 | 6,8163 | 646, 660, 661, 662, 666, 676, 677, 678, 681, 683, 684 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA GUILHERME LUCIAN | 591 | 5,8403 | 650, 652, 655**, 656,** 660, 661, 670, 671, 673, 675 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA JOÃO NIZZOLA | 590 | 5,8403 | 670, 671, 673, 675, 676, 677 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA LUIZ ZANANDREA | 592 | 5,8403 | 666 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA PAPA JOÃO PAULO II | 495 | 6,8163 | 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 367, 368, 369, 370 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA PAPA JOÃO PAULO II | 495 | 5,8403 | 373, 374, 375, 376, 377, 378 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA PAPA JOÃO PAULO II | 495 | 3,8934 | 379, 380, 382, 383 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA TRASTEVERE – VILLA ROMANA | 710 | 11,0060 | 577, 578, 579 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | RUA CORONARI | 711 | 11,0060 | 577, 579 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | VIA COLISEU | 721 | 11,0060 | 577 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | VIA PANTEÃO | 722 | 7,8614 | 580 |
| SÃO CRISTÓVÃO | 22 | VIA VENETO | 534 | 11,0060 | 578, 579, 580 |
|  |  |  |  |  |  |
| SÃO GOTARDO | 7 | **ERS 122** | 71 | 5,8403 | 2, 6, 10, 17, 27 |
| SÃO GOTARDO | 7 | **ERS 122** | 71 | 2,4320 | 20, 120 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BARI | 632 | 5,8403 | 60, 61 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA FERRARA | 633 | 5,8403 | 43, 44, 60, 61 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA 03-LOT. BELLA ITALIA II | 634 | 5,8403 | 61 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA 5 DE MAIO | 413 | 5,8403 | 1, 2, 3, 5, 6, 15, 16, 25, 180 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA 5 DE MAIO | 413 | 3,8934 | 26 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA A - LOT.MONTE SOLARO-SG | 640 | 5,8403 | 124 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA ALESSANDRIA | 401 | 2,4320 | 21, 29, 33, 34, 35 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA ALESSANDRIA | 401 | 5,8403 | 11, 38 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA ASTI | 546 | 3,8934 | 50, 51, 52 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BELLUNO | 414 | 5,8403 | 2, 6 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BERGAMO | 417 | 3,8934 | 18, 19 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BOLOGNA | 425 | 5,8403 | 39, 40, 45, 46, 47 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BOLOGNA | 425 | 3,8934 | 41, 48 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BOLZANO | 409 | 5,8403 | 3, 11, 12, 13, 24, 121, 124, 125, 130, 128, 129 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA BRESCIA | 410 | 5,8403 | 1, 3, 4, 14, 130 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA C - LOT.MONTE SOLARO-SG | 642 | 5,8403 | 124 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA CAPRI | 544 | 5,8403 | 39, 61 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA CREMONA | 416 | 3,8934 | 18, 19, 28 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA D - LOT.MONTE SOLARO-SG | 643 | 5,8403 | 125 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA FIRENZE | 512 | 5,8403 | 46, 47 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA GENOVA | 403 | 3,8934 | 10 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA LUC**C**A | 548 | 3,8934 | 53, 54, 55 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA MANTOVA | 405 | 3,8934 | 13, 24, 121 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA MILANO | 418 | 5,8403 | 7,17, 18, 28, 45, 46 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA MILANO | 418 | 3,8934 | 47, 48, 58, 59, 62 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA MILAO | 668 | 3,8934 | 26, 36, 37 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA MODENA | 529 | 5,8403 | 17, 39, 40, 42, 43, 44 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA MONACO | 404 | 3,8934 | 9 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA NAPOLI | 532 | 3,8934 | 41 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA PADOVA | 411 | 3,8934 | 14 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA PARMA | 415 | 5,8403 | 6, 16 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA PESARO | 542 | 5,8403 | 45, 46 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA PESCARA | 402 | 3,8934 | 7, 9, 10, 20, 50 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA PISA | 547 | 3,8934 | 52, 53 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA RAVENA | 45722 | 2,4320 | 29, 35 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA RIMINI | 543 | 3,8934 | 41, 47 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA ROVIGO | 412 | 3,8934 | 4 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA POSITANO | 44 | 2,4320 | 11, 22, 23, 34, 56, 57 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 31162 | 5,8403 | 24, 125, 200, 202 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 31162 | 3,8929 | 25, 26, 58, 65 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 31162 | 2,4320 | 29, 34 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA SIENA | 545 | 3,8934 | 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA SOSPIROLO | 641 | 5,8403 | 24, 124, 125 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA TORINO | 533 | 5,8403 | 17, 39, 43 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA TRENTO | 407 | 3,8934 | 12, 13, 22 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA TREVISO | 400 | 2,4320 | 21, 30, 31 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA TRIESTE | 420 | 3,8934 | 26, 32, 37 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA TURIM | 667 | 3,8934 | 26, 36, 37 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA UDINE | 408 | 3,8934 | 11, 12 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA VATICANO | 419 | 3,8934 | 15, 25 |
| SÃO GOTARDO | 7 | RUA VENEZA | 406 | 3,8934 | 12, 13, 22, 23, 24, 121 |
| SÃO GOTARDO | 7 | VIA ESTRUTURAL | 45468 | 3,8934 | 65 |
|  |  |  |  |  |  |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 13 DE MAIO | 35 | 13,6351 | 208, 209, 210 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 13 DE MAIO | 35 | 9,2506 | 130, 134, 135, 138, 139 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 14 DE JULHO | 39 | 9,2506 | 131, 132, 135, 136, 139, 140, 141 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 14 DE JULHO | 39 | 6,8163 | 124, 125, 205 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 14 DE JULHO | 39 | 13,6351 | 210, 211 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 24 DE MAIO | 36 | 6,8163 | 125, 126 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 24 DE MAIO | 36 | 13,6351 | 211, 212 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 24 DE MAIO | 36 | 9,2506 | 132, 133, 136, 137, 140, 141 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA 25 DE MAIO | 37 | 6,8163 | 127, 128 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA ALBERTO MATIONI | 47 | 6,8163 | 125, 126, 127,128, 151, 237, 252 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA ANTÔNIO SOLDATELLI | 531 | 2,4320 | 164, 237 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA ARTHUR CORSO | 618 | 5,8403 | 152, 156 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DA LEGALIDADE | 47720 | 5,8403 | 159 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DEMETRIO MOLON | 75 | 6,8163 | 128, 151 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DON FINOTTE | 11 | 13,6351 | 123, 138, 208, 209 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DON FINOTTE | 11 | 5,8403 | 130, 134 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DOS FREIS CAPUCHINHOS | 12 | 6,8163 | 126, 127, 141, 152 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DOS FREIS CAPUCHINHOS | 12 | 9,2506 | 133, 137, 162, 212, 213, 214 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DR. OTTO TRINDADE | 70 | 6,8163 | 150, 159 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA DR. OTTO TRINDADE | 70 | 5,8403 | 216, 217, 283 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA ERNESTO ALVES | 14 | 13,6351 | 208, 209 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA FREI SALVADOR | 48 | 6,8163 | 130, 134, 216 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA FREI SALVADOR | 48 | 9,2506 | 131, 132, 133, 135, 136, 137, 162, 214 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 5,8403 | 163 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA JOÃO MAMBRINI | 494 | 9,2506 | 123 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 13,6351 | 130,131, 132, 209, 210, 211 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA JOHN KENNEDY | 23 | 9,2506 | 133, 150, 212, 214, 215 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA JOSUE FAVERO | 69 | 5,8403 | 159, 178 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 13,6351 | 124, 125, 208, 210, 211 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA JULIO DE CASTILHOS | 24 | 9,2506 | 126, 127, 128, 150, 151, 159, 212, 213 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA LIBERA SOLDATELI FALAVIGNA | 541 | 5,8403 | 293 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA MOSE OLIBONI | 76 | 6,8163 | 124 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA PEDRO SOLDATELLI | 26 | 9,2506 | 123, 124 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 9,2506 | 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA PROFESSORA MARIA DAL CONTE | 27 | 5,8403 | 152, 156, 162, 216, 217 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA RODOLFO FORTUNATTI | 68 | 9,2506 | 205 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA RONY MONTANARI | 436 | 5,8403 | 156, 162, 216 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 9,2506 | 140, 141 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 13,6351 | 138, 139 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 5,8403 | 152, 156 |
| SÃO JOSÉ | 4 | RUA TEREZINHA MARI ZORGI | 539 | 5,8403 | 283, 284 |
|  |  |  |  |  |  |
| SÃO PEDRO | 11 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 555, 556 |
| SÃO PEDRO | 11 | **ERS 122** | 71 | 5,4786 | 405 |
| SÃO PEDRO | 11 | **ERS 122** | 71 | 3,8934 | 427 |
| SÃO PEDRO | 11 | **ERS 122** | 71 | 19,4809 | 435 |
| SÃO PEDRO | 11 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 401 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA ANGELO GIUSTI | 61 | 3,8934 | 401, 402, 403 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DAS ACACIAS | 444 | 2,4320 | 427, 428, 431, 433 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DAS AMEIXEIRAS | 477 | 2,4320 | 423, 424 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DAS PALMEIRAS | 446 | 2,4320 | 425, 426, 427, 431 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DAS PRIMAVERAS | 442 | 2,4320 | 432, 434 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DOS BUTIÁS | 448 | 2,4320 | 424, 425 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DOS CIPRESTES | 443 | 2,4320 | 428, 429, 433, 434 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA DOS IPES | 445 | 2,4320 | 427, 428, 431, 433 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA FRANCISCO GRISA | 60 | 3,8934 | 403, 404, 405, 409, 435 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA JOSÉ BIAZUS | 59 | 3,8934 | 401, 402, 403, 404, 408, 409 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA MARIA SANDI ZANANDREA | 58 | 3,8934 | 400, 401, 402, 406, 408 |
| SÃO PEDRO | 11 | RUA RAIMUNDO MATTANA | 62 | 3,8934 | 407, 408, 409 |
|  |  |  |  |  |  |
| UNIÃO | 6 | **ERS 122** | 71 | 3,8934 | 161, 319, 254 |
| UNIÃO | 6 | RUA 17 DE JULHO | 38 | 9,2506 | 119, 120 |
| UNIÃO | 6 | RUA 17 DE JULHO | 38 | 6,8163 | 121, 122 |
| UNIÃO | 6 | RUA 17 DE JULHO | 38 | 4,8671 | 179, 218, 220, 221, 222, 223 |
| UNIÃO | 6 | RUA ALEXANDRE PEDRON | 2 | 13,6351 | 7, 8, 199, 200 |
| UNIÃO | 6 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 4,8671 | 121, 122, 161, 180, 194, 218, 224, 316, 319 |
| UNIÃO | 6 | RUA ANUNCIO CURRA | 4 | 6,8163 | 8, 160, 195, 198, 199 |
| UNIÃO | 6 | RUA DA PAZ | 10 | 9,2506 | 120, 180, 193,194 |
| UNIÃO | 6 | RUA DOM PEDRO I | 63 | 6,8163 | 122, 180 |
| UNIÃO | 6 | RUA DOM PEDRO I | 63 | 4,8671 | 179, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 245, 246, 346, 347, 348 |
| UNIÃO | 6 | RUA DOS MOTORISTAS | 513 | 4,8671 | 153, 160, 245, 254, 455, 345, 346 |
| UNIÃO | 6 | RUA DR. ANTÔNIO TASSIS GONZALES | 28468 | 4,8671 | 153, 221, 223 |
| UNIÃO | 6 | RUA DR. ANTÔNIO TASSIS GONZALES | 28468 | 3,8934 | 154, 207, 227, 160 |
| UNIÃO | 6 | RUA DR. BENITO ROTTA | 514 | 4,8671 | 345, 346, 347, 348, 349, 455 |
| UNIÃO | 6 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 4,8671 | 220, 319 |
| UNIÃO | 6 | RUA FLORES DA CUNHA | 15 | 6,8163 | 119, 121, 161, 319, 387 |
| UNIÃO | 6 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 6,8163 | 119, 120, 121, 122 |
| UNIÃO | 6 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 9,2506 | 180, 193, 194, 195, 196 |
| UNIÃO | 6 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 13,6351 | 7, 8, 197, 198, 199, 200 |
| UNIÃO | 6 | RUA HEITOR CURRA | 19 | 7,7891 | 387 |
| UNIÃO | 6 | RUA HORACIO BORGHETTI | 64 | 4,8671 | 218, 219 |
| UNIÃO | 6 | RUA HORACIO BORGHETTI | 64 | 3,8934 | 224, 225 |
| UNIÃO | 6 | RUA JOÃO MANUEL | 18 | 13,6351 | 7, 8 |
| UNIÃO | 6 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 2,4320 | 207, 246 |
| UNIÃO | 6 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 4,8671 | 153, 254, 452, 453 |
| UNIÃO | 6 | RUA JOÃO XXIII | 22 | 3,8934 | 154, 319, 160 |
| UNIÃO | 6 | RUA JOSÉ PANIZZON NETO | 559 | 7,7891 | 387 |
| UNIÃO | 6 | RUA MARECHAL FLORIANO | 25 | 9,2506 | 193, 195, 194, 196 |
| UNIÃO | 6 | RUA MARECHAL FLORIANO | 25 | 3,8934 | 224, 225, 227, 347 |
| UNIÃO | 6 | RUA MARECHAL FLORIANO | 25 | 4,8671 | 349, 350, 452 |
| UNIÃO | 6 | RUA FIORAVANTE RECH | 28692 | 4,8671 | 452, 453, 454 |
| UNIÃO | 6 | RUA SIXTO GABRIEL SCHIAVENIN | 28691 | 4,8671 | 453, 454 |
| UNIÃO | 6 | RUA PRESIDENTE VARGAS | 65 | 3,8934 | 225, 226 |
| UNIÃO | 6 | RUA PRESIDENTE VARGAS | 65 | 4,8671 | 219, 220 |
| UNIÃO | 6 | RUA PRINCESA ISABEL | 66 | 4,8671 | 220, 221, 222, 223 |
| UNIÃO | 6 | RUA PRINCESA ISABEL | 66 | 3,8934 | 226, 227 |
| UNIÃO | 6 | RUA PROF. ODILLA ANNA OLDRA | 515 | 4,8671 | 348, 349 |
| UNIÃO | 6 | RUA QUINTINO BOCAIUVA | 14748 | 13,6351 | 195, 196, 197, 198 |
| UNIÃO | 6 | RUA RIO BRANCO | 30 | 13,6351 | 197, 198, 199, 200 |
| UNIÃO | 6 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 7,7891 | 387 |
| UNIÃO | 6 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 9,2506 | 119, 120, 193, 196 |
| UNIÃO | 6 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 13,6351 | 197, 200, 387 |
| UNIÃO | 6 | RUA SEVERO RAVIZZONI | 18283 | 19,4809 | 7 |
|  |  |  |  |  |  |
| **VENETO** | **39** | **ESTRADA UVA BORDÔ** | **15733** | **2,4320** | **320** |
| VENETO | 39 | RUA 02 – LOT. V. VERDE | 650 | 2,4320 | 504, 505 |
| VENETO | 39 | RUA 09 – LOT. V. VERDE | 45538 | 2,4320 | 505 |
|  |  |  |  |  |  |
| VIDEIRAS | 35 | **ERS 122** | 71 | 9,2794 | 500 |
| VIDEIRAS | 35 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 318, 474, 475, 494, 495, 545, 500 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ÂNGELO FANTE | 585 | 7,1337 | 473 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ÂNGELO FANTE | 585 | 7,9277 | 472 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA BORGES DE MEDEIROS | 7 | 13,6351 | 317, 318, 475 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI | 674 | 10,8026 | 475 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI | 674 | 11,5346 | 474, 479 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI | 674 | 12,8163 | 478 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI | 674 | 13,1826 | 476 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CATARINA GIAQUELIN MANTOVANI | 674 | 13,9151 | 477 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CLAUDINO ANTÔNIO BOSCATTO | 580 | 6,3426 | 468 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CLAUDINO ANTÔNIO BOSCATTO | 580 | 7,1337 | 469 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA CLAUDINO ANTÔNIO BOSCATTO | 580 | 7,9277 | 470, 473 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 8,4220 | 490 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 9,5209 | 486 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 9,8869 | 482, 492, 493, 494 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 10,5506 | 491 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 10,8026 | 485 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 11,3517 | 489 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 11,5346 | 481 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 12,4503 | 477, 478 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DIOGINES CONZ | 672 | 13,5486 | 474, 475 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA DOS MOTORISTAS | 513 | 7,1337 | 473, 499 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ELDA LOURDES TRUCCOLO CURRA | 586 | 6,3426 | 468 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ELDA LOURDES TRUCCOLO CURRA | 586 | 7,1337 | 469 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI | 677 | 8,4220 | 487, 488, 491 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI | 677 | 8,7889 | 484 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI | 677 | 9,1546 | 490 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI | 677 | 9,5209 | 486 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA FRANCISCO DE ASSIS BRASIL LAVORATTI | 677 | 10,4360 | 485, 489 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA JOÃO MANTOVANI NETO | 671 | 9,1546 | 484, 488 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA JOÃO MANTOVANI NETO | 671 | 9,8869 | 485 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA JOÃO MANTOVANI NETO | 671 | 10,2531 | 480, 489 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA JOÃO MANTOVANI NETO | 671 | 10,9854 | 481 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA JOÃO MANTOVANI NETO | 671 | 10,5394 | 476 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA JOÃO MANTOVANI NETO | 671 | 12,4503 | 477 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA LUCIA MARIA GELATTI FONTANA | 581 | 6,3426 | 471 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA LUCIA MARIA GELATTI FONTANA | 581 | 7,9277 | 470 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 8,2391 | 491 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 8,4220 | 487 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 8,7889 | 486 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 8,9714 | 490 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 10,2531 | 483 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 10,5506 | 478, 479 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA OLIVA CARPEGGIANI CONZ | 673 | 10,8026 | 482 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ORELIO CAVAGNOLLI | 583 | 7,9277 | 470, 472 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ORELIO CAVAGNOLLI | 583 | 7,1337 | 469 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ORELIO CAVAGNOLLI | 583 | 6,3423 | 468, 471 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI | 676 | 9,5209 | 487 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI | 676 | 9,8869 | 483 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI | 676 | 10,0183 | 484, 486 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI | 676 | 11,1683 | 480, 485 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI | 676 | 11,9009 | 482 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA PROFESSOR VALDEMAR ANTÔNIO BONIATTI | 676 | 12,4503 | 481 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 38427 | 11,8454 | 500 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA VALENTINO CARPEGGIANI | 675 | 11,7180 | 483 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA VALENTINO CARPEGGIANI | 675 | 12,8163 | 478 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA VALENTINO CARPEGGIANI | 675 | 13,1826 | 476 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA VALENTINO CARPEGGIANI | 675 | 13,5486 | 482 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA VALENTINO CARPEGGIANI | 675 | 14,1180 | 477, 481 |
| VIDEIRAS | 35 | RUA ZENOR BERTOLAZZI CARDOSO | 582 | 6,3426 | 471 |
|  |  |  |  |  |  |
| VILA HERMES | 30 | ESTRADA ELO DE LIGACAO-LOT. HERMES | 659 | 2,4320 | 6000, 6001, 6003 |
| VILA HERMES | 30 | RUA ECOLOGICA | 662 | 2,4320 | 6002 |
| VILA HERMES | 30 | RUA IRMA DULCE | 661 | 2,4320 | 6001, 6002 |
| VILA HERMES | 30 | RUA JOSÉ FIRMINO HERMES | 663 | 2,4320 | 6002, 6003 |
|  |  |  |  |  |  |
| VILLAGGIO | 34 | **ERS 122** | 71 | 10,0183 | 436, 623 |
| VILLAGGIO | 34 | ESTRADA PARTICULAR L.BOA VISTA | 648 | 2,4320 | 439 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA CATHARINA LOURDES FONTANA SECCO | 628 | 5,3423 | 611, 612 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA EVARISTO DAL ALBA | 625 | 5,3423 | 600 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA EVARISTO DAL ALBA | 625 | 6,0103 | 602, 603, 604 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA FREDERICO FONTANA | 629 | 5,3423 | 612 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA FREDERICO FONTANA | 629 | 6,0103 | 613 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA GIRALDO FONTANA | 623 | 6,0103 | 608, 609, 610, 615,616 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA GIRALDO FONTANA | 623 | 2,4320 | 436, 438 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA HELIO ANTÔNIO FONTANA | 621 | 6,0103 | 609, 610, 615, 616, 617 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA LEANDRO JOÃO MARCON | 624 | 6,0103 | 616, 617 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA N 01 - LOTEAMENTO BOA VISTA | 644 | 2,4320 | 438, 439 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA N 02 - LOTEAMENTO BOA VISTA | 645 | 2,4320 | 436, 437, 438 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA BOA VISTA | 646 | 2,4320 | 436, 437 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA IOLANDA VARIANI ROSSETTO | 647 | 2,4320 | 437, 438, 439 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA PEDRO FONTANA NETTO | 627 | 6,0103 | 602 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA TEREZINHA FONTANA NISSOLA | 622 | 6,0103 | 607, 612, 613, 614, 615, 619, 622 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA TEREZINHA FONTANA NISSOLA | 622 | 5,3423 | 618 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA WALDEMAR ANGELO ROSSETTO | 620 | 6,0103 | 602, 603, 604, 605, 608, 609, 610 |
| VILLAGGIO | 34 | RUA WALDEMAR ANGELO ROSSETTO | 620 | 5,3423 | 600, 601, 606 |
|  |  |  |  |  |  |
| VINDIMA | 5 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 10,0183 | 711, 716, 720, 724, 749, 751, **752,** 800, 880 |
| VINDIMA | 5 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 13,6351 | 312 |
| VINDIMA | 5 | AV. 25 DE JULHO | 28463 | 19,4809 | 725, 749 |
| VINDIMA | 5 | AV. PELIZZER | 50 | 6,8163 | 301, 302, 303, 304, 306, 307, 308, 700 |
| VINDIMA | 5 | AV. VINDIMA | 78 | 6,8163 | 247, 300, 310, 312 |
| VINDIMA | 5 | RUA 14 DE JULHO | 39 | 6,8163 | 206, 304, 309 |
| VINDIMA | 5 | RUA A- CONDOMINIO COSTA NORTE | 94 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA ANGELO PICCOLI | 739 | 6,8163 | 704 |
| VINDIMA | 5 | RUA ANSELMO CARPEGIANI | 55 | 6,8163 | 301, 303 |
| VINDIMA | 5 | RUA ANTÔNIO PELIZZER | 636 | 6,8163 | 701 |
| VINDIMA | 5 | RUA ANTÔNIO SOLDATELLI | 531 | 2,4320 | 309, 320 |
| VINDIMA | 5 | RUA ARCIZIO BARCARO | 638 | 6,8163 | 703 |
| VINDIMA | 5 | RUA AREZZO | 684 | 19,4809 | 721, 720, 711, 722 |
| VINDIMA | 5 | RUA AREZZO | 684 | 16,4563 | 712, 713 |
| VINDIMA | 5 | RUA B- CONDOMINIO COSTA NORTE | 95 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA B1- CONDOMINIO COSTA NORTE | 96 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA B2- CONDOMINIO COSTA NORTE | 97 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA C- CONDOMINIO COSTA NORTE | 98 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA C1- CONDOMINIO COSTA NORTE | 99 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA C2- CONDOMINIO COSTA NORTE | 100 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA CORTONA | 690 | 16,4563 | 714, 715 |
| VINDIMA | 5 | RUA D- CONDOMINIO COSTA NORTE | 101 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA E- CONDOMINIO COSTA NORTE | 102 | 10,0183 | 752 |
| VINDIMA | 5 | RUA EMPOLI | 687 | 16,4563 | 712, 713 |
| VINDIMA | 5 | RUA FRANCISCO BOSCATTO | 52 | 6,8163 | 306, 307 |
| VINDIMA | 5 | RUA LIVORNO | 681 | 19,4809 | 725, 726 |
| VINDIMA | 5 | RUA MONTALCINO | 683 | 19,4809 | 749, 722 |
| VINDIMA | 5 | RUA MONTECARLO | 685 | 19,4809 | 721, 720 |
| VINDIMA | 5 | RUA NORMELIO IVO PEDRON | 637 | 6,8163 | 701, 702, 703 |
| VINDIMA | 5 | RUA PIENZA | 686 | 16,4563 | 720, 713, 718, 719 |
| VINDIMA | 5 | RUA RODOLFO FORTUNATTI | 68 | 9,2506 | 206 |
| VINDIMA | 5 | RUA SAN CARLO | 682 | 19,4809 | 726, 723 |
| VINDIMA | 5 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 38427 | 3,8934 | 837 |
| VINDIMA | 5 | RUA SEM DENOMINAÇÃO | 38427 | 6,8163 | 706 |
| VINDIMA | 5 | RUA SERAFIM SOGARI | 740 | 6,8163 | 704, 706 |
| VINDIMA | 5 | RUA SERAFIM SOGARI | 740 | 10,0183 | 751 |
| VINDIMA | 5 | RUA SIXTO ROSSETTO | 51 | 6,8163 | 303, 304, 305, 306, 309, 708, 710 |
| VINDIMA | 5 | RUA TEOTONIO VILELLA | 54 | 6,8163 | 300, 301, 302 |
| VINDIMA | 5 | RUA TOSCANA | 680 | 19,4809 | 749, 725, 726, 723, 722, 721 |
| VINDIMA | 5 | RUA VERONA | 72 | 9,2506 | 240 |
| VINDIMA | 5 | RUA VERONA | 72 | 13,6351 | 247 |
| VINDIMA | 5 | RUA VIAREGGIO | 688 | 6,8163 | 716 |
| VINDIMA | 5 | RUA VIAREGGIO | 688 | 16,4563 | 713, 718, 717, 714, 716 |
| VINDIMA | 5 | RUA VIRGINIA BETIOL ULIAN | 53 | 6,8163 | 305, 306, 307, 311 |
| VINDIMA | 5 | RUA VIRGINIA BETIOL ULIAN | 53 | 6,8163 | 700, 701, 702 |
| VINDIMA | 5 | RUA VOLTERRA | 689 | 16,4563 | 714, 715, 716 |
|  |  |  |  |  |  |
| **TRAVESSÃO CLARO** | **38** | **ESTRADA CAPELA SANTA BARBARA CONDOMÍNIO HANGARES MENEGA** | **14529** | **4,5503** | **6004** |